

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Lúcia Regina Rudit Dias

**A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS DE
GÊNERO COMO UMA ESTÉTICA DA AMIZADE**

PORTO ALEGRE

2011

Lúcia Regina Ruduit Dias

**A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS DE GÊNERO
COMO UMA ESTÉTICA DA AMIZADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jaqueline Tittoni

**Porto Alegre
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Lúcia Regina Ruduit Dias

**A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS DE GÊNERO
COMO UMA ESTÉTICA DA AMIZADE**

Conceito final: _____

Dissertação aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de mestre em
Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Vieira Zanella

Avaliador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi

Avaliador: Prof. Dr. Salo de Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Jaqueline Tittoni

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional por possibilitarem minha formação no mestrado, através do ensino público de qualidade.

À orientadora Jaqueline Tittoni por viver a formação como uma ética, colocando luz no caminho para que ele fosse construído pelos meus próprios pés.

À amiga Jaque pelo estímulo, apoio, amizade e pelo desejo de querer ver seus amigos e suas amigas bem.

Aos/às colegas de mestrado, em especial à Greice Tanikado pelo acolhimento no início do mestrado e à Daiana Cargnin e Lucia Reus por todos os momentos de troca.

À colega Priscila Detoni pela leitura do texto e pelas sugestões.

Ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU-UFRGS) por proporcionar a realização deste estudo, especialmente ao coordenador Guilherme Jantsch pela confiança no empréstimo de inúmeras revistas do SAJU-UFRGS, algumas, inclusive, raras.

Ao grupo G8-Generalizando pelos momentos de formação e transformação que propiciaram minha constituição enquanto pesquisadora, através dos debates, reflexões, práticas, trocas, embates, afetos e bom-bons das tardes de sexta-feira.

Ao Professor Henrique Caetano Nardi e à professora Betânia Alfonsin, pelas contribuições ao projeto do estudo por ocasião de minha banca de qualificação.

À professora doutora Andréa Vieira Zanella e aos professores doutores Henrique Caetano Nardi e Salo de Carvalho por aceitarem compor a banca de defesa de dissertação, contribuindo na reflexão sobre este estudo.

Ao Luís e à Natália, por serem meu companheiro e minha companheira de vida, me desafiando, através do convívio com as diferenças, a me transformar.

Aos meus pais Lauro e Rejane a terem me ensinado a olhar para o outro e a ter dedicação, perseverança e prazer com o estudo e com o trabalho.

Ao Domingos Sávio da Silveira pelos livros e por refletir em seu olhar o carinho pelo SAJU-UFRGS e a importância que o mesmo tem na formação de um profissional do Direito.

A tod@s os meus amigos e amigas pela sua presença de apoio e “torcida”, vital em minha vida, em especial à Cinara Petrini pela presença de seu carinho na versão em língua estrangeira do resumo deste estudo.

RESUMO

O presente estudo analisa as práticas em assessoria jurídica universitária, problematizando a experiência d@s trabalhadoras do grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS) que trabalha com direitos de gênero. O estudo investiga como a prática de assessoria jurídica universitária se coloca enquanto uma ética que potencializa a produção de uma estética de amizade entre @s trabalhadoras do G8-G. A estratégia metodológica utilizada é a intervenção fotográfica, inserida no âmbito da psicologia social e da pesquisa-intervenção, tendo por base o acompanhamento do grupo e utilizando-se de ferramentas oriundas da Análise Institucional. A intervenção fotográfica possibilita a análise das dizibilidades e visibilidades presentes no G8-G utilizando-se das ferramentas de análise de implicação, diário de pesquisa, restituição e oficinas de fotografia. A intervenção fotográfica baseia-se no conceito de ato fotográfico onde não só as imagens são importantes, mas todo o processo envolvido no produzir, olhar, contemplar, pensar e lidar com as fotografias. As discussões provocadas pela intervenção, analisadas à luz das noções de sujeito, ética e estética em Michel Foucault e que embasam o conceito de estética da amizade, indicam o G8-G enquanto um coletivo em fluxo composto por movimentos produtores de subjetividade, sendo estes movimentos a assessoria, o gênero e as disciplinas. As experiências do G8-G se configuram como práticas de si onde um trabalho de si sobre si mesmo se coloca enquanto um trabalho ético que aponta na direção de uma estética da amizade que convoca outras maneiras de operar em assessoria jurídica universitária, através da horizontalização, descentralização, parceria, lidando com a complexidade e instabilidade na direção de uma singularização do trabalho e de uma composição da vida como uma obra de arte.

Palavras-chave: Assessoria jurídica universitária. Direitos de gênero. Processos de subjetivação. Estética da amizade. Intervenção fotográfica.

ABSTRACT

This study examines the practices in university legal counsel, questioning the experience of Generalizing Group-G8 (G8-G) workers of the Office of Legal Counsel of Rio Grande do Sul Federal University (UFRGS-SAJU) working with gender rights. The study investigates how the practice of university legal counsel arises as an ethic that enhances the production of an aesthetic of friendship between G8-G workers. The methodological approach is photographic intervention, embedded within social psychology and research intervention, based on monitoring the group and using tools derived from the institutional analysis. The photographic intervention allows the analysis of what is utterable and visibilities present in G8-G using the tools of analysis of implication, research diary, restoration and photography workshops. The photographic intervention is based on the concept of the photographic act where not only the images are important, but the entire process involved in producing, looking, contemplating, thinking and dealing with the photographs. Discussions provoked by the intervention, analyzed in the light of the notions of self, ethics and aesthetics in Foucault and which embody the concept of aesthetics of friendship, indicate G8-G as a collective in flow composed of movements that produce subjectivity, being these movements advice, gender and disciplines. G8-G experiences are configured as a practice where a work by itself on itself stands as a work ethic that points towards an aesthetic of friendship that summons other ways to operate in university legal counsel, by flattening, decentralization, partnership, dealing with the complexity and instability towards a singularity of the paper and a composition of life as a work of art.

Keywords: Legal Advice university. Gender rights. Subjective processes. Aesthetics of friendship. Photographic intervention.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

CAAR – Centro Acadêmico André da Rocha.

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

CEJIL – Centro para a Justiça e o Direito Internacional.

CLADEM – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

ENAJU – Encontro Nacional de Assessoria Jurídica.

ENED – Encontro Nacional de Estudantes de Direito.

GAIRE – Grupo de Assessoria aos Imigrantes e Refugiados.

GAJUP – Grupo de Assessoria Justiça Popular.

GAP – Grupo de Assistência Popular.

G8-G – Grupo 8-Generalizando.

JECrim – Juizado Especial Criminal.

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

LGBT – Lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

PACS – Pacto Civil de Solidariedade.

PL – Projeto de Lei.

RENAJU – Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária.

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão.

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária.

STF – Supremo Tribunal Federal.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UnB – Universidade de Brasília.

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTO DA PESQUISA	20
2.1 Um percurso de pesquisa, alguns olhares.....	20
2.2 O SAJU-UFRGS: uma história de regularidades e dispersões.....	24
2.3 De G8 a G8-Generalizando.....	32
3 ESTÉTICA DA AMIZADE: OS CONCEITOS FOUCAULTIANOS COMO LINHAS DE LUZ FOCANDO O OLHAR	38
4 A PESQUISA-INTERVENÇÃO E A INTERVENÇÃO FOTOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	48
4.1 No campo da pesquisa-intervenção.....	48
4.2 A intervenção fotográfica: o ato fotográfico em um campo de visibilidades e dizibilidades.....	57
5 O FLUXO G8-G E OS MOVIMENTOS DA ASSESSORIA, DO GÊNERO E DAS DISCIPLINAS	75
5.1 O que se fez possível ver no G8-G.....	75
5.2 O G8-G como um jorro d'água ou... Os movimentos de um fluxo.....	85
5.3 A assessoria e a assistência jurídica: um campo de tensões.....	96
5.4 De direitos das mulheres a direitos de gênero.....	106
5.5 As fraturas nos limites das disciplinas.....	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXO A – TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL	145
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	147





1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as práticas em assessoria jurídica universitária, problematizando a experiência d@s trabalhadoras do grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS) que trabalha com direitos de gênero. O estudo investiga como a prática de assessoria jurídica universitária se coloca enquanto uma ética que potencializa a produção de uma estética de amizade entre @s trabalhadoras do G8-G. O G8-G tem por objetivo principal o acesso efetivo à justiça e a garantia dos direitos humanos como condição fundamental de cidadania, através de práticas que fomentem o debate acerca das questões de gênero e a visibilidade e legitimidade jurídico-social às sexualidades historicamente marginalizadas. Tal trabalho é desenvolvido por meio de abordagens individuais e coletivas, criando e fomentando espaços de problematização das desigualdades de gênero, a partir de uma abordagem interdisciplinar.

O estudo se coloca no G8-G a partir de um projeto de extensão realizado pela Faculdade de Psicologia da UFRGS junto ao SAJU-UFRGS e que se chama “Assessoria em psicologia ao SAJU-UFRGS”, operando junto a estudantes de direito, psicologia e ciências sociais, bem como psicólog@s e advogad@s.

A proposta metodológica traz como pressupostos os conceitos construídos no âmbito da Psicologia Social, pela Análise Institucional e pela pesquisa-intervenção, que dão suporte para a estratégia metodológica da intervenção fotográfica, neste estudo utilizada, colocando-se no campo das análises qualitativas dos processos coletivos. Neste contexto, o conjunto de ferramentas utilizado na estratégia metodológica da intervenção fotográfica é composto pelo acompanhamento do grupo, o diário de pesquisa, a análise de implicação, a restituição e as oficinas de fotografia, operando nas dizibilidades e nas visibilidades do coletivo. Sendo assim, a subjetividade da pesquisadora não é algo que deva ser evitado, mas, muito pelo contrário, é vista como parte integrante da pesquisa que dela se utiliza para compreender o próprio processo de pesquisar bem como os seus resultados. A restituição também é vista como parte deste processo, ocorrendo ao longo do mesmo e não enquanto um momento isolado ao final do estudo no qual se “comunica” os resultados aos “sujeitos da pesquisa” ou a eles se entrega uma cópia da pesquisa realizada.

A consideração ao processo de construção feito no percurso da pesquisadora transparece na escrita que circula entre a utilização da primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural na construção da narrativa textual. Esta tem, ainda, a flexão de gênero como uma marca, visibilizando tanto as mulheres e seu processo histórico de luta pela igualdade e pelo acesso à justiça quanto a presença de outras possibilidades de identidade de gênero e de orientação sexual que não a heteronormativa vigente em nossa sociedade. Desta forma, em lugar da flexão que utiliza o “universal masculino”, o texto tem a presença do “@” para indicar palavras que terminariam com “o” ou “a” (exemplo: advogad@s) e de “æ” no lugar do plural com terminações com “a” ou “e” (exemplo: trabalhadoræs). Estas formas foram escolhidas e utilizadas, sempre que possível, no lugar da forma “o(a)” por darem mais fluência ao texto ao mesmo tempo que visibilizam não apenas homens e mulheres, mas apontam para a possibilidade de outras existências nas relações de gênero.

O “jogo” com a normatividade heterossexual se faz presente, ainda, através da escolha de um pseudônimo masculino por parte de uma integrante do grupo, bem como de um pseudônimo ambíguo por parte de outro; pseudônimos estes escolhidos pel@s própri@s trabalhadoræs do grupo G8-G que participaram da pesquisa e que tem por objetivo manter o sigilo em relação a essæs.

Algumas reflexões de Michel Foucault sustentam o estudo através dos conceitos de sujeito, subjetividade, ética e amizade que fornecem o arcabouço teórico para a construção da concepção de estética da amizade. As contribuições de Deleuze e de autores afiliados à sua proposta teórica, como Barros (1998 e 2007) e Passetti (2003), se fazem presentes na compreensão dos conceitos trazidos por Foucault, sem a pretensão de contextualizar o tema do estudo na complexidade do pensamento deleuzeano.

Partindo desses conceitos, o estudo tem como analisadores o próprio processo do grupo G8-G e suas experiências, tomando-o como um “jorro” ou como um “fluxo” e enquanto um coletivo (BARROS, 1998 e 2007). Para compreender como se dão os processos de subjetivação d@s trabalhadoræs, também foram tomados como analisadores os “movimentos” da tensão assessoria-assistência, o deslocamento do grupo ao operar com o conceito de gênero e as fissuras nos limites das disciplinas Direito e Psicologia. Este processo do grupo é vivido e experienciado em suas práticas e em seus movimentos de dentro do SAJU-UFRGS para fora, para a comunidade e em suas incursões pelos movimentos sociais. O

estudo analisa, então, como estes três movimentos deixam suas marcas nos processos de subjetivação d@s trabalhadoras do coletivo G8-G no sentido de uma estética da amizade. Uma estética que aponte para a vida pautada por uma ética como “prática reflexiva da liberdade”, buscando-se uma concordância entre “o que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é” (FOUCAULT, 2006e, p. 219). Nesta concepção ética está implicada a construção de uma vida como obra de arte, pautada no respeito pela diferença e no convívio com o instável.

Os capítulos são iniciados por narrativas fotográficas construídas por mim a partir das imagens produzidas pelo grupo G8-G para as oficinas de fotografia realizadas nesse grupo. As imagens de autoria do próprio grupo são priorizadas e não outras que circularam ao longo do acompanhamento, com exceção da fotografia de número 8 da página 104. Esta imagem circulou pelo grupo de e-mails do G8-G, gerando uma importante discussão sobre as prescrições de gênero e sobre as diferenças de valoração de gênero e “raça”. Tais narrativas são móveis, partindo-se da compreensão de que o visível e o dizível, imagens e escrita, são códigos diferentes e não se reduzem um ao outro (FOUCAULT, 2011 e DELEUZE 2005), mas se inter cruzam, sendo as relações de poder o que os entrelaça. Partindo-se dessa idéia, sugere-se ao leitor que experimente as possibilidades da visualização das imagens e da leitura textual. Como cada narrativa antecede o capítulo que lhe segue e compõe visualidades da temática do mesmo, as fotografias de cada narrativa foram numeradas a partir do algarismo um. Desta forma, também pode ser realizada a leitura em “intercruzamento” de imagens e texto, em “batalha” (DELEUZE, 2005) através das relações de poder evidenciadas no âmbito da discussão sobre assessoria jurídica, gênero e disciplinas. As imagens podem ser deslocadas de seu lugar e movimentar-se para que o leitor possa visualizá-las ao mesmo tempo em que lê o texto. Nos momentos em que as fotografias referidas não compõem a narrativa imediatamente anterior, a fotografia pode ser localizada pela página indicada no texto.

Esta dissertação é composta por quatro partes que trazem o contexto da pesquisa, os conceitos foucaultianos que dão suporte para as análises, as estratégias metodológicas e as análises a respeito do processo do grupo sem, contudo, tratar-se de uma divisão rígida, sendo que conceitos, posições e análises vão se articulando ao longo do texto.

Na primeira parte, “Contexto da pesquisa”, apresentamos, no primeiro capítulo chamado “Um percurso de pesquisa, alguns olhares”, uma “análise de implicação”

(GIROTTO, 2010; LOURAU, 1993; PAULON, 2005; ROCHA e AGUIAR 2003), situando minha trajetória profissional e sua influência no olhar de pesquisadora que incide no trabalho do G8-G, analisando os reflexos sobre o percurso que a problemática de estudo vai tomando ao longo do caminho de pesquisa. O segundo capítulo, “O SAJU-UFRGS: uma história de regularidades e dispersões” situa a história do SAJU-UFRGS contextualizando a emergência desse estudo a partir da compreensão de que esse serviço está imerso em “jogos de relações” (FOUCAULT, 2003) e insere-se em um “campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2003). Sendo assim, compõe uma história de regularidades e dispersões (FOUCAULT, 2007) onde as condições de possibilidade de existência da assessoria jurídica universitária vão sendo produzidas. Os mesmos pressupostos foucaultianos são levados em consideração no terceiro capítulo, desta primeira parte, intitulado “De G8 a G8-Generalizando”. Nesse capítulo se faz presente tanto a história de deslocamento de um serviço de assistência jurídica para um serviço que engloba tanto a assistência quanto a assessoria jurídica, como a ampliação da temática de direitos da mulher para direitos de gênero.

A segunda parte, intitulada “Estética da amizade: os conceitos foucaultianos como linhas de luz focando o olhar” abarca os conceitos de sujeito, subjetividade, ética e amizade que dão suporte para a idéia de estética da amizade constituída neste estudo.

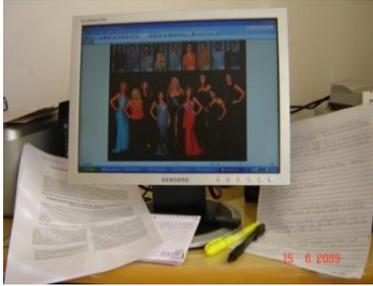
As estratégias metodológicas são a temática da terceira parte dessa dissertação, sendo que, no primeiro capítulo, abordo a estratégia metodológica da pesquisa-intervenção sob o título “No campo da pesquisa-intervenção”. A intervenção fotográfica, estratégia metodológica utilizada neste estudo e que corrobora os princípios da pesquisa-intervenção, é explicitada no segundo capítulo, intitulado “A intervenção fotográfica: o ato fotográfico em um campo de visibilidades e dizibilidades”.

A quarta parte aborda as análises a respeito do processo do grupo. No primeiro capítulo, “O que se fez possível ver no G8-G”, enfocamos as visibilidades e dizibilidades produzidas nas oficinas de fotografia, realizadas junto ao G8-G, durante o acompanhamento do grupo. No segundo capítulo, “O G8-G como um jorro d’água ou... Os movimentos de um fluxo” discutimos a visão do G8-G como “fluxo”, destacando os conceitos de grupo enquanto um coletivo (BARROS, 1998 e 2007), de processo (BARROS 2007) e de fluxo (BARROS, 2007; DELEUZE e GUATTARI, 1997). Essa análise ocorre no sentido de como assessoria, gênero e disciplinas produzem os processos de subjetivação d@s trabalhadoras do G8-G em

direção a uma estética da amizade. No terceiro capítulo, como o próprio título “A assessoria e a assistência jurídica: um campo de tensões” evidencia, aparece a discussão a respeito das tensões ocorridas entre a assessoria e a assistência jurídica e suas diferentes compreensões na prática jurídica universitária junto ao SAJU-UFRGS. Nesse capítulo analisamos, ainda, como essa tensão movimenta o G8-G no sentido de práticas não binárias, indicando uma construção de resoluções singulares, em parceria, que se movimentam na direção de uma estética da amizade. O quarto capítulo, “De direitos da mulher a direitos de gênero”, aborda o movimento do grupo que parte do trabalho com direitos da mulher e se desloca para o trabalho com direitos de gênero. Este movimento mostra um percurso onde @s trabalhadoras do G8-G se subjetivam em contato com um conceito dinâmico e instável como o de gênero e que convoca à relação com as diferenças, implicando uma estética da amizade. No quinto capítulo, intitulado “As fraturas nos limites das disciplinas”, analiso os processos de subjetivação d@s trabalhadoras do G8-G, na relação entre as disciplinas Psicologia e Direito, mostrando como os limites das mesmas se flexibilizam nas práticas desse coletivo e como operam no sentido de uma estética da amizade que rompe com práticas isoladas, colocando força em práticas de parceria, desestabiliza “verdades”, operando resistências (FOUCAULT, 2006d) ao poder disciplinar (FOUCAULT, 2009c) e potencializa a horizontalidade e a descentralização.

Por último, trago as considerações finais do estudo, fazendo uma apreciação do que foi possível realizar com a presente pesquisa e apontando para as aberturas que a mesma opera.

1



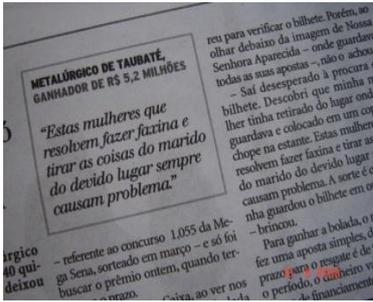
2



3



4



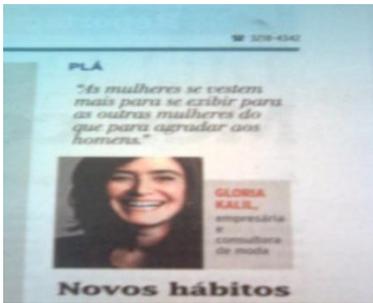
5



6



7



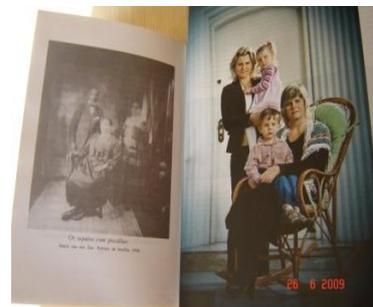
8



9



10



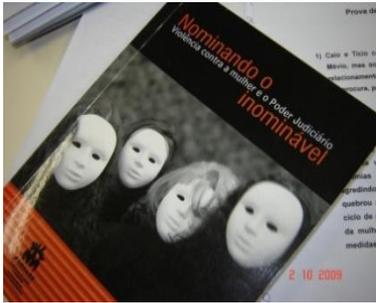
11



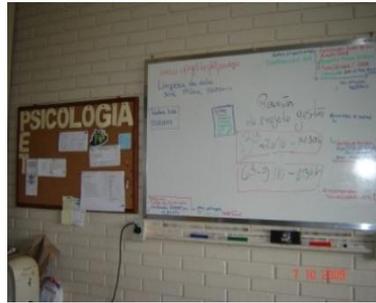
12



13



14



15



16



17



18



19



20



21



22



23



24



25



26



27



28



29



30



31



32



33



34



35



36



37



38



39



40



41



42



43



44



45



46



47



48



49



2 CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 Um percurso de pesquisa, alguns olhares

Caminhando se faz o caminho. Caminhando se deixam pegadas na areia. Fotografando se produzem fotografias. Olhar tanto para as pegadas na areia quanto para as fotos é ficar se (re)pensando o tempo inteiro, tanto no sentido de saber onde se está e para onde se vai. (GIROTTI, 2010)

Inicialmente, faz-se importante situar o ponto de partida de uma trajetória que vai delineando uma forma de ver em Psicologia e que torna possível este estudo. Minha primeira experiência profissional foi como funcionária pública, em uma secretaria de educação municipal, onde colaborei no redimensionamento do trabalho de uma clínica restrita a avaliações psicológicas de crianças, entre quatro paredes, para um trabalho de psicopedagogia que se desloca para as escolas e suas realidades. Depois, como docente de futur@s educador@s, em uma universidade, procurei por foco e luz na realidade do ensino público e da maior parte da população brasileira. Por último, resalto minha atividade enquanto psicóloga em uma organização socioeducativa, na qual o contato direto com a comunidade evidenciava suas vulnerabilidades e o desrespeito pelos direitos básicos a que deveriam ter acesso. A temática de gênero apenas tangenciava minha prática, estando dela distanciada, embora tivesse tido contato com a mesma, há muitos anos atrás, através de um estudo sobre trabalho doméstico.

Chego ao G8-G através de uma parceria do curso de Psicologia da UFRGS com o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) desta mesma universidade, por meio do projeto de extensão “Assessoria em Psicologia ao SAJU/UFRGS”. Minha inserção no G8-G, assim, está influenciada por minha trajetória profissional e de vida e por meu olhar que foca na importância da construção de trabalhos coletivos em Psicologia, apontando para um desejo de ir para a comunidade e de lá estabelecer um trabalho com o SAJU-UFRGS.

Dessa forma é que se constituiu meu primeiro esboço de projeto de pesquisa no Mestrado, advindo do interesse pelas mulheres da comunidade que ouviam outras mulheres em situações de violência doméstica. Na organização onde trabalhei, por exemplo, pude observar que o pedido de ajuda ou o compartilhamento de uma história ocorria com uma

educadora, com as funcionárias da limpeza e até com outras mães, mas não necessariamente com o setor técnico destinado ao serviço social ou psicológico. Meu interesse, portanto, se agrega à disposição de contribuir com o movimento do G8-G, que buscava uma ampliação de seu trabalho de assistência jurídica na direção da assessoria às escolas públicas da cidade.

Atravessada pelo interesse em estudar a ética foucaultiana e a temática da amizade, surgiu o primeiro esboço de projeto: “Mulheres que ouvem mulheres: a estética da amizade como dispositivo de reflexão nas mulheres que convivem com a violência doméstica.” A inserção em um grupo de pesquisa que tem a intervenção fotográfica como metodologia e a entrada no G8-G, grupo que já estava sendo acompanhado por uma mestranda que se utilizava desta metodologia¹, fez com que eu me colocasse no lugar de “fazedora de fotos” numa experimentação do que esse recurso poderia me possibilitar. Assim, inúmeras fotografias começaram a povoar meu diário de pesquisa, que é todo composto por escritos e imagens. De tais imagens surgiu uma “narrativa fotográfica”, tema com o qual o grupo de pesquisa estava implicado no momento, a partir dos estudos de Achutti sobre o potencial narrativo da imagem fotográfica na composição de textos visuais como uma “nova forma de escritura” preñe de conhecimentos e de sentidos (ACHUTTI, 2004, p. 71). A narrativa fotográfica, por mim produzida, se inspira no trabalho fotoetnográfico de Achutti (2004) e se apresenta como uma série de fotos relacionadas entre si, compondo uma sequência de informações visuais, através das quais o “[...] fotografar não é apenas refletir a realidade, é também reflexionar sobre ela e nela refletir-se” (ACHUTTI, 2004, p. 71). Trata-se de um olhar que comporta uma escolha já presente no apertar do disparador, pois fotografar é “dar a ver”, é “uma forma de pensar e olhar” (ACHUTTI, 2004, p. 99), “é o discurso de um olhar” (ACHUTTI, 2004, p. 111). A contribuição de Barthes (1984) também se fez presente na constituição dessa narrativa fotográfica, ao propiciar pensar a fotografia como objeto de três intensões (ou práticas ou emoções), que são o fazer, o suportar e o olhar. Assim é que, depois de produzir as fotografias e suportá-las, olho-as para extrair delas o que me é possível ver.

A primeira narrativa, composta por muitas das fotos acima e que fez parte de meu projeto de dissertação, já visibiliza um deslocamento que ocorre em mim enquanto pesquisadora, bem como em minha temática de pesquisa, e sobressaem ao meu olhar

¹ A pesquisa em questão chama-se “Assistência jurídica e direitos da mulher: (trans)formações possíveis”, foi realizada por Renata Ghisleni de Oliveira durante os anos de 2008 e 2009, no G8-G, e consta nas referências bibliográficas deste trabalho.

sobretudo movimentos: um primeiro movimento diz respeito a alguém que começa a submergir no campo e no tema de pesquisa e que, com um olhar curioso, começa a rever diversos aspectos que implicam o universo das mulheres, tais como: trabalho, relacionamentos, sexualidade, amizade e as exigências da cultura em relação a padrões de beleza, de comportamento e de modos de vida. À medida que a submersão no trabalho junto ao G8-G aumenta, as imagens mostram a temática relativa à violência de gênero, assunto esse de interesse tanto do Direito como da Psicologia e que coloca em questão as diferenças entre essas duas disciplinas no lidar com as mulheres que buscam o serviço de assessoria jurídica universitária, evidenciando diferentes pontos de vista. Percebo, então, um movimento inicial de fora do G8-G para dentro do G8-G.

A imersão no trabalho do grupo traz questões relativas ao Direito e ao tensionamento existente entre o formalismo do Direito e, em contrapartida, as forças de contraposição e resistência a esse formalismo. O mesmo ocorre em relação à Psicologia. As imagens fazem-nos pensar nas diferenças entre tais disciplinas e o modo como cada uma opera sobre estudantes e profissionais, ao subjetivá-los em diferentes modos de ser e de ver. As forças de resistência colocam em xeque um modo de fazer, de pensar e de ser d@s trabalhadoras do serviço e possibilita outros interesses e práticas, nem sempre consensuais dentro do grupo ou dentro do SAJU-UFRGS. O fato de estar dentro do grupo, sentindo-me uma integrante do mesmo, torna possível realizar o movimento oposto, ou seja, de saída de dentro do G8-G. Tal movimento ocorreu, entretanto, de outra forma, em outro lugar: o de participante do trabalho do grupo. Tal lugar permitiu, inclusive, um papel de representação, em relação ao serviço, em fóruns mais amplos de discussão a respeito dos direitos das mulheres. Mudança de lugar e mudança de eixo da pesquisa, ao realizar o movimento que parte de um interesse pelas mulheres das comunidades e as temáticas que lhes concernem (como a violência doméstica) e rumo para o interesse sobre @s trabalhadoras do serviço de assessoria jurídica universitária e a prática com a temática de direitos das mulheres. De um interesse inicial sobre o que possibilita uma abertura de canal de troca entre as mulheres da comunidade, há um deslocamento para o interesse no trabalho de assessoria jurídica enquanto um dispositivo de reflexão ética para @s trabalhadoras em contato com as mulheres enquanto sujeitos de direito. A qualificação de mestrado já se dá sobre um trabalho que tem como título “A assessoria universitária nos direitos da mulher como dispositivo de reflexão ética: Uma estética da amizade?”.

Depois desse momento, outras fotografias foram sendo produzidas por mim e a narrativa aqui apresentada me fez ver outros deslocamentos que percorro junto com o grupo, como da temática das mulheres para a temática de gênero, a saída das quatro paredes da assistência e a ida para diversas comunidades (acadêmica; comunidade São Judas Tadeu²; movimento social de defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais³; movimento social de combate à violência doméstica, entre outras a que as primeiras vão abrindo acesso) e o avanço do trabalho interdisciplinar. Tais deslocamentos evidenciam o processo do grupo e sua potência e é o que pretendo aqui discutir, neste estudo intitulado, agora, “A assessoria jurídica universitária nos direitos de gênero como uma estética da amizade.”

A narrativa visual operou, para mim, como uma ferramenta para análise de implicação⁴ ao proporcionar a enunciação do modo de ver o campo de pesquisa e a problematização da minha relação com o que aparece nas imagens (GIROTTO, 2010), pois:

Ao se deparar com a sua produção fotográfica, surge um espaço para o pesquisador produzir temas questões e pensar na sua ética do ver, permitindo a ele problematizar sua relação com o campo pesquisado. No encontro com sua produção estética, o pesquisador pode se deparar com questões antes invisibilizadas, ampliando as leituras possíveis e abrindo espaço para novos olhares para o campo de pesquisa. (GIROTTO, 2010)

Cabe salientar que o que me foi possível ver e pensar a partir das narrativas fotográficas se constitui em um ponto de vista, uma das possíveis visibilizações a partir das imagens, uma produção de sentidos que não exclui diversas outras leituras que apontem outros olhares, outros pontos de vista.

² Comunidade localizada em uma área pública estadual, no Bairro Partenon, zona leste da cidade de Porto Alegre e constituída por aproximadamente 700 famílias. Encontra-se em processo de regularização fundiária, para o que conta com a assessoria do SAJU-UFRGS. Conta com uma associação de moradores cujo endereço do blog é <http://amovitapoa.blogspot.com/>.

³ Daqui em diante referido como movimento LGBT, conforme a nomenclatura adotada pelos movimentos sociais nacionais e pelo grupo G8-G, diferindo da sigla internacional LGBTTIQ, que abarca lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersex e *queer*.

⁴ Assunto abordado na página 53 deste estudo.

2.2 O SAJU-UFRGS: Uma história de regularidades e dispersões

A história do SAJU-UFRGS está presente, datada no tempo, no sentido de configurar o contexto de emergência do estudo e tem por princípio que, ao mesmo tempo em que do SAJU-UFRGS falamos, nós o constituímos. Se a história do SAJU-UFRGS está presente, é em uma aproximação com a concepção propiciada pelo estudioso francês Michel Foucault (2003). Segundo tal concepção, pensar um discurso não se trata de “reestabelecê-lo sobre si mesmo”, mas tomar os “jogos de relações”, em que há a preocupação com as condições de sua existência, com a correlação com outros enunciados e com as formas de enunciação que ele exclui. A partir dessa visão é que pensamos a temática da assistência e da assessoria jurídica, não como compondo uma unidade, mas “um nó em uma rede”, “um feixe de relações”. Sua unidade é variável e relativa e se constitui “a partir de um campo complexo de discursos” (FOUCAULT, 2003, p. 37).

Trata-se, então, de uma história de regularidades, mas também de dispersões e de discontinuidades (FOUCAULT, 2007), na qual uma abordagem sobre o entorno cultural, social, econômico e político sofre um recorte apenas por uma questão de concentração no foco do estudo, mas se deixa transparecer claramente, por exemplo, no episódio político brasileiro do golpe militar de 1964, que ocasionou a extinção temporária do SAJU-UFRGS. A assistência e a assessoria jurídica não se constituem em uma convivência pacífica, mas como frutos de relações de saber-poder (FOUCAULT, 1979, 2009b), nos quais o trabalho protagonizado pelos estudantes se colocou como resistência a práticas chamadas “tradicionais”⁵, no que concerne ao Direito.

O que se diz aqui, sobre o SAJU-UFRGS não é a pretensão de ser “a” verdade sobre o serviço, mas uma possibilidade de olhar que é fruto de uma escolha que não exclui outras possibilidades e que tem a temática da ética e da estética da amizade como referência. Tal olhar é que toma algumas tensões entre diferentes concepções de Direito (sobretudo aquelas

⁵ O termo práticas “tradicionais” é utilizado, aqui, no sentido de um Direito que tem por base o positivismo, que está colocado como um sistema de normas estatais destinadas a garantir a paz social e que deve basear-se na força da lei sobre qualquer outra fonte de direito. A partir dessa visão, o Direito estaria voltado para o indivíduo enquanto unidade social básica, cujo propósito é ser seu maximizador de bem-estar, através da lógica do direito processual. A principal crítica a tal forma de ver o Direito é sua redução à legalidade e ao dogmatismo, conformado enquanto um conjunto de normas que reflete a ideologia da classe dominante e que serve de instrumento de dominação social. (ESCOLAS..., n. 1, set/92; CAMPILONGO, 2006; JÚNIOR, 2006; LUZ, 1999; LUZ, 2006).

que enfrentam o caráter político e técnico dessa área do conhecimento), entre assistência e assessoria e entre as diferentes posições de poder expressas nas relações entre professores, estudantes, diretores e mesmo entre os grupos que compõem o SAJU-UFRGS. A história do SAJU-UFRGS traz a dimensão de um trabalho que se coloca como efeito de relações de poder e de práticas jurídicas definindo um serviço.

A mirada que propomos parte da idéia de que é possível perceber o entrelaçamento da constituição do SAJU-UFRGS com a própria construção do que se compreende por assistência e assessoria jurídica no ambiente universitário brasileiro. Não se trata de uma constituição do serviço por sobre saberes prévios.

O SAJU-UFRGS é um programa de extensão universitária pautado pelo protagonismo estudantil, cujos gestores de trabalho são os próprios estudantes da Faculdade de Direito da UFRGS. O programa tem por objetivo o oferecimento de serviços de assessoria e assistência jurídica gratuita à população de baixa renda e a construção de conhecimentos por parte dos estudantes. Seu trabalho é pautado pelo acesso efetivo à justiça e pela garantia dos direitos humanos como condição fundamental de cidadania.

A organização tem sua fundação em 1950, pioneira no país. Embora tenha passado por inúmeras reformulações, mantém sempre seus objetivos principais e seus princípios de abertura aos estudantes da faculdade, de democracia, participação e protagonismo por parte d@s estudantes.

Inicialmente, o SAJU-UFRGS se constituiu como departamento do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), da Faculdade de Direito da UFRGS que, a partir da reunião de alguns membros, tinha o objetivo de prestar serviço de assistência judiciária que possibilitasse a “prática forense” por parte d@s estudantes (FARAH, 2000). Na época, a administração geral do SAJU-UFRGS cabia a um diretor indicado pel@s estagiári@s e escolhido pelo presidente do CAAR. Seu funcionamento se dava de forma precária, por não possuir localização determinada. Somente em 1955 é que ocorreu o acordo entre o CAAR e a direção da faculdade para construção da sede no subsolo do edifício.

No princípio da década de 60, o funcionamento do SAJU-UFRGS era irregular: não havia sistematização do trabalho nem divisão em setores ou tarefas e era conhecido pelo nome

de Serviço de Assistência Judiciária, o que restringia as atividades a um trabalho ligado ao âmbito mais estrito do judiciário. Na mesma década, o nome da organização se modificou para Serviço de Assistência Jurídica. A mudança se baseou na compreensão de que a Assistência Judiciária Gratuita diz respeito ao poder judiciário, ao qual “compete administrar a justiça e dar solução aos casos litigiosos”. Por outro lado, @s integrantes do SAJU-UFRGS possuíam conhecimentos das leis e do direito para auxiliar @s interessad@s na procura e defesa de seus direitos, o que conformaria a Assistência Jurídica Gratuita. Também contribuiu para tal alteração o confronto com uma demanda que colocava o SAJU-UFRGS frente a conflitos passíveis de abordagem fora do âmbito judiciário (FARAH, 2000; RAMOS, 2010⁶). Ainda na década de 60, a organização buscou apoio na faculdade de assistência social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e obteve, inicialmente, a ajuda de duas assistentes sociais, inaugurando o trabalho interdisciplinar dentro do SAJU-UFRGS. A busca dessa parceria se deu pela possibilidade de a maioria dos casos atendidos pelo SAJU-UFRGS terem suas resoluções no âmbito extrajudicial (NUNES, 2010)⁷.

O crescimento da demanda em relação ao serviço fez com que o mesmo se expandisse e se redimensionasse, o que proporcionou amplas reformas estruturais, como a divisão nos departamentos cível, penal e trabalhista e a mudança de enfoque, pois “de trabalho assistemático, visando apenas a prática jurídica do futuro advogado, o SAJU-UFRGS estruturou-se, visando também o atendimento à população carente” (O QUE É..., n. 1, nov. 92, p. 6). O redimensionamento do trabalho e a ampliação de atendimentos fizeram com que, na década de 60, a organização tivesse o reconhecimento público de um trabalho próspero. Na mesma época, ocorreu também a estruturação do regimento interno da organização e a entrada de dois professores com a função de orientar o trabalho d@s estudantes. O próspero trabalho atraiu, então, as atenções de outras universidades do país, e, em 1963, surgiu o SAJU-UFBA (SAJU da Universidade Federal da Bahia), tendo o SAJU-UFRGS como modelo, cuja parceria deu origem a laços estreitos de troca de ideias mantidos pelas duas organizações. (NUNES, 2010)⁸.

Com o grande crescimento do trabalho ocorreram alguns problemas de funcionamento do SAJU-UFRGS, já que alguns assistentes, frente a um grande número de casos atendidos,

⁶ <<http://www.ufrgs.br/saju/historia/historia-50-63.pdf>>.

⁷ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

⁸ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

começaram a cobrar por seus serviços e desviaram-se do princípio de gratuidade da organização. O principal fator de crise se deu em função do golpe militar de 1964, que, devido a seu caráter autoritário, passou a realizar intervenções administrativas nas universidades federais, como se pode ver através deste relato:

Apenas há pouco mais de um mês após o golpe de 31 de Março de 1964, já era criada na UFRGS a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), responsável por investigar e expulsar dezenas de estudantes, professores e técnicos, iniciando um controle político dentro da universidade que ainda se agravaria no final da década com o Ato Institucional nº 5, em 1968. (NUNES, 2010)⁹

Dois meses após o golpe, foram suspensas as eleições para o CAAR pelo Conselho Universitário, retomadas no ano seguinte, perante a prerrogativa de que o CAAR se restringisse apenas a questões acadêmicas. O SAJU-UFRGS, no entanto, não ficou isolado desse processo sociopolítico mais amplo, sendo que:

[...] devido a seu caráter social e contato intenso com a população mais pobre, começou a ser muito presente a politização do espaço, passando a se envolver com causas que transcendiam a do trabalho de assistência realizado e criando conflitos com a direção da Faculdade, ao mesmo tempo em que fazia deteriorar o serviço assistencial oferecido. (NUNES, 2010)¹⁰.

Imersa em tal conjuntura política, a direção da Faculdade de Direito criou o Instituto André da Rocha, em 1968, sob a justificativa de aprimorar a organização do SAJU-UFRGS. Tal órgão autárquico veio, então, substituir o SAJU-UFRGS no serviço de assistência jurídica, contra a vontade dos estudantes representados pelo CAAR. A liberdade de funcionamento presente no SAJU-UFRGS foi tolhida quase em sua totalidade, com a drástica redução dos serviços de assistência jurídica, que continuam até 1971, quando a direção da faculdade cria o Serviço de Preparação Profissional para realizar a preparação técnica dos alunos do curso de Direito. Assim, encerraram-se os serviços gratuitos e o contato com a população, por justificativas como a de que o estado brasileiro já havia intensificado o acesso à justiça através de órgãos próprios. A formação d@s estudantes de Direito ficou, dessa forma, restrita a aspectos meramente técnicos, causando a extinção do SAJU-UFRGS (NUNES, 2010)¹¹.

⁹ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

¹⁰ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

¹¹ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

Em 1976, iniciou-se um movimento de reabertura do SAJU-UFRGS, por parte de estudantes, com o intuito de retomar “[...] o trabalho de assistência, nas áreas de família e criminal, de modo a auxiliar na formação prática dos estudantes e contribuir socialmente com o serviço gratuito.” (NUNES, 2010)¹², mas com um “modelo de reprodução não-crítica” da prática do Direito, com o caráter do “que hoje denomina-se ‘escritório modelo’, uma vez que ainda fortemente influenciado pelo controle político exercido sobre a sociedade.” (BECKER e RAMOS, 2010, p. 2).

Em meados da década de 80, @s estudantes começaram a se sentir insatisfeit@s “com uma assistência que não atendia mais às reais necessidades da população.” (O QUE É..., n.1, nov. 92, p. 6) e, principalmente, com o convênio estabelecido com a Legião Brasileira de Assistência ¹³ (LBA) em 1988¹⁴. No documento que firma o convênio entre LBA e o SAJU-UFRGS, há a utilização da nomenclatura “serviço de assistência judiciária” em alguns momentos e, em outros, de “serviço de assistência jurídica” ¹⁵, o que alude à presença ativa desses dois discursos operando dentro do serviço. O trabalho era desenvolvido não só nas dependências da Faculdade de Direito, mas também em cinco centros sociais em diferentes bairros da cidade. Tal trabalho também deveria estar em consonância com as orientações programáticas da LBA.

A insatisfação, por parte do SAJU-UFRGS, com o tipo de assistência que prestavam na época era baseado na visão de que havia uma falência do serviço assistencialista, que os problemas são comuns a uma grande parcela da população e que as relações jurídicas deveriam ir se coletivizando. Tal discussão era imersa em um contexto mais amplo de resistência à repressão e de constituição de importantes movimentos sociais, época de grandes

¹² Idem.

¹³ A LBA foi instituída pelo Governo federal no Decreto-Lei 593 de 1969, supervisionada pelo Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, conforme decreto n° 96891 de 1988.

¹⁴ As revistas do SAJU-UFRGS fixam a data de 1988 como a de estabelecimento do convênio entre a entidade e a LBA, enquanto que Ramos (<<http://www.ufrgs.br/saju/historia/convenio-saju-lba-1989.pdf>>) traz a data de 1989 para tal. Optou-se por manter a data de 1988 no presente texto devido à maior proximidade temporal da publicação das revistas do SAJU-UFRGS com os fatos ocorridos, bem como tal data constar em maior número de materiais consultados.

¹⁵ <<http://www.ufrgs.br/saju/historia/convenio-saju-lba-1989.pdf>>.

ocupações urbanas, de protestos à ditadura e de conflitos pela terra como em Encruzilhada Natalino¹⁶, o que se constituía na “primavera dos movimentos sócias do país”¹⁷.

Nessa época, o movimento do SAJU-UFRGS de repensar sua prática e seu papel perante a sociedade intensificou o questionamento do papel das assistências jurídicas e da noção de neutralidade, trazendo a visão da necessidade de um novo posicionamento frente à formação, ao próprio direito e à sociedade. Também tomou força a proposta de um trabalho que também fosse jurídico e não mais apenas judiciário. O SAJU-UFRGS passou, então, por uma nova reformulação, a partir da qual os departamentos da época (cível, penal, família e trabalhista) foram extintos porque impediam “a interação necessária entre os assistentes” (O QUE É..., n.1, nov. 92, p. 6-7). Após a extinção dos departamentos, optou-se pela estrutura de grupos temáticos que pudessem ser criados por qualquer membro do SAJU-UFRGS, desde que a partir dos seguintes critérios: 1) participação de mais dois membros do SAJU-UFRGS além do proponente; 2) definição do tema e dos objetivos do grupo; 3) participação de um(a) professor(a) convidado(a) para orientar o grupo e a ampla divulgação da criação do mesmo ao conjunto do SAJU-UFRGS. Ao partir desse momento, o trabalho passou a ter um viés prioritariamente coletivo, dirigido à comunidade, “de modo a integrar o SAJU com a realidade social” (O QUE É..., n. 2, set/92, p. 6) sem, no entanto, extinguir o atendimento individual.

Na visão de Nunes¹⁸:

A partir de tais atividades, passa-se a se consolidar no SAJU uma divisão entre as atividades de *assistência*, que tratava do atendimento de casos individuais na Faculdade, e *assessoria*, termo mais abrangente, com enfoque principal em demandas coletivas e atuação em conjunto e em parceria com outros grupos sociais, não se restringindo ao espaço da Faculdade, mas também indo às comunidades. Devido ao crescimento da diversidade de atividades no SAJU, data do final da década a sua mudança de nome, de Serviço de *Assistência* Jurídica para Serviço de *Assessoria* Jurídica, dada a

¹⁶ Conflito que teve início em 1978 e que percorreu o final dos anos 70 e início dos anos 80, no município de Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul, decorrente da desassistência a minorias por parte do Estado e que redundou na expulsão de agricultores de terras indígenas caingangues e envolveu latifundiários e o poderio militar. A expulsão originou cerca de 30 acampamentos às margens das estradas da região que se tornaram o berço do Movimento dos Sem Terra (MST), movimento social de protesto, na época, à ditadura militar e sua política agrária. Tal movimento veio a se constituir em um dos maiores e mais importantes movimentos sociais da América Latina. (Ver <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=15724>).

¹⁷ Informação oral prestada pelo palestrante Domingos Sávio Dresch da Silveira por ocasião do evento “SAJU: 60 anos”, ocorrido em 01/10/2010 nas dependências da Faculdade de Direito da UFRGS.

¹⁸ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

maior abrangência de ações que compreendia as atividades de assessoria, que também engloba a de assistência.

Desse modo, a partir desta década consolidava-se uma tendência que seria decisiva ao SAJU desde então: A maior presença da crítica ao Direito tradicional, do debate, da auto-reflexão das suas atividades e do compromisso em não apenas auxiliar o deficitário sistema judiciário, mas promover mesmo ações transformadoras da realidade. Esta proposta inovadora do Direito acabava por desejar também a maior independência frente ao CAAR, tradicionalmente de feição mais conservadora, entidade que administrava o SAJU, ainda que este possuísse autonomia com coordenação própria e sem maiores interferências no seu trabalho. (NUNES, 2010)

A crítica em relação ao Direito “tradicional” e a vontade de constituir um trabalho de “transformação social” sofreu influências de dois importantes movimentos que influenciavam os juristas do Rio Grande do Sul (NUNES, 2010)¹⁹: O “Direito Achado na Rua” desenvolvido na UnB (Universidade de Brasília) por Roberto Lyra Filho, jurista e docente brasileiro que compreendia o Direito não enquanto dedução legal, mas como uma “construção social da liberdade”; e o Direito Alternativo, que se trata de uma visão nascida a partir dos movimentos comunitários na América Latina e que traz uma visão global e antidogmática do Direito, cujos preceitos questionam o mito da neutralidade e evidenciam a preocupação com os elementos políticos e sociais e não somente com o processo jurídico. O Direito Alternativo também concebe o Direito enquanto instrumento de transformação e emancipação do ser humano. (ESCOLAS..., n. 1, nov/92).

O trabalho do SAJU-UFRGS foi se ampliando e novos grupos foram sendo criados. Em 1991, foram criados os grupos de Estudos de Atendimento Individual, Regularização Fundiária, Direito do Trabalho, Núcleo de Estudos Criminológicos e Estudo de Ações Coletivas. Através do trabalho de assessoria, foram estabelecidas parcerias com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para atuação na regularização fundiária em comunidades da cidade. A partir disso, estreitaram-se os laços com outros núcleos de assessoria jurídica do país e, em 1996, foi realizado um Encontro Nacional de Assessoria Jurídica (ENAJU), por ocasião do XVI Encontro Nacional de Estudantes de Direito (ENED). Durante o encontro, foi criada a Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias (RENAJU), baseada nas experiências do SAJU-UFRGS e SAJU-UFBA, da qual o SAJU-UFRGS participa até os dias de hoje.

¹⁹ <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>.

Atualmente, a estrutura do SAJU-UFRGS está composta por uma coordenação-geral discente, da qual fazem parte coordenador(a), vice-coordenador(a) e tesoureir@. Além disso, conta com um conselho deliberativo composto pela coordenação da organização e pel@s monitores de cada grupo de trabalho que faz parte do SAJU-UFRGS. @s monitores são aqueles que realizam a coordenação interna do grupo de trabalho, além do trabalho de assessoria e assistência desempenhado pel@s demais, que são nomead@s de assistentes. Atualmente, os grupos de trabalho são em número de quatorze. @s docentes encontram-se presentes através de uma coordenação geral docente e de professoræs orientadoræs que são convidad@s a se ligar a um grupo, de acordo com o interesse nesse acompanhamento. A coordenação geral docente tem a função de acompanhar o trabalho d@s estudantes através dos projetos de trabalho e dos relatórios anuais de atividades.

O trabalho de assessoria e assistência jurídica é realizado pel@s assistentes em conjunto com advogad@s voluntári@s, que passam por processo de seleção anual para entrada no serviço, os quais podem, entretanto, permanecer por mais tempo na instituição. À época do estudo, a organização contava com aproximadamente 150 integrantes.

O SAJU-UFRGS atua através de cinco projetos. Dois deles são integrantes de projetos de Assistência Jurídica: 1) o projeto de “Assistência no acesso à justiça”, que tem por objetivo a resolução da demanda das pessoas que buscam o SAJU-UFRGS de forma judicial ou extrajudicial. Esse trabalho é desenvolvido por nove grupos denominados: G1(Área cível e trabalhista), G2 (Cível, família e trabalhista), G3 (Cível e família), G4 (Cível e família), G5 (Criança e adolescente), G6 (Cível e Família), G7 (Direitos do consumidor), G8 (Direitos da mulher e de gênero) e G9 (Criança e adolescente). 2) O Grupo de Estudos e Intervenção em Matéria Penal (GEIP), que tem por meta o atendimento d@s ré(u)s, garantindo-lhes o direito de ampla defesa, além do estudo da matéria e do processo penal.

Além dos dois projetos na área da assistência, o SAJU-UFRGS conta com mais três projetos de assessoria jurídica: 1) “Abrigando a Cidadania”, realizado pelo Grupo de Assistência Popular (GAP), com o objetivo de capacitar, orientar e fortalecer moradores de áreas irregulares de ocupação habitacional para atuarem na ótica da promoção e a garantia do direito à terra urbana e à moradia adequada. 2) O Grupo de Assessoria aos Imigrantes e Refugiados (GAIRE), que tem por finalidade promover auxílio àquelæs que chegam ao Rio Grande do Sul como refugiad@s, bem como aos imigrantes. 3) O “Tá Direito?”, promovido

pelo Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP)²⁰, que tem por finalidade desenvolver atividades em espaços da sociedade, visando com isso maior acesso da população ao direito²¹. No final do ano de 2010, formou-se um novo grupo chamado de Grupo de Mediação. Seu objetivo é a pesquisa e a formação d@s sajuan@s²² na prática da mediação e a constituição de um grupo de assistência jurídica que opere na resolução de conflitos a partir de resoluções extrajudiciais, através do estímulo à autonomia das partes assistidas²³.

2.3 De G8 a G8-Generalizando:

O G8 foi criado em 2006, ano da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.430 de 07/08/2006)²⁴, tendo por objetivo a garantia dos direitos das mulheres, através do trabalho da assistência jurídica às mulheres que não teriam condições financeiras de contratar um advogado. A partir do trabalho com tais mulheres, o grupo se constitui como importante espaço de interlocução com as comunidades das quais as mesmas provêm. Além do atendimento à população, o grupo realiza uma reunião semanal onde são pautados assuntos diversos sobre o funcionamento do trabalho, bem como estudos sobre temáticas de interesse e discussão de casos atendidos. À época do estudo, o G8-Generalizando contava com um advogado e duas advogadas voluntárias, uma monitora e um monitor (que também desempenham o trabalho de assistentes), cinco assistentes, um estudante de Psicologia bolsista de iniciação científica, uma estudante de ciências sociais, um psicólogo e uma psicóloga-pesquisadora.

A compreensão de que as questões ligadas às mulheres perpassam relações de gênero e de que tais questões constituem uma demanda latente em nossa sociedade faz com que o grupo se volte para o estudo das questões LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

²⁰ O grupo modificou seu nome, em 2009, “de ‘Grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular’ para ‘Grupo de Assessoria Justiça Popular’, por entender que o acesso ao direito proposto pela prática de assessoria do grupo não se restringe apenas ao jurídico, mas em uma perspectiva transdisciplinar – superando a própria interdisciplinaridade, pois não se trata de uma soma de áreas do saber, mas a fusão delas em uma nova prática.” (GAJUP, 2010, p. 8).

²¹ As informações sobre a estrutura e funcionamento do SAJU, bem como de seus grupos de trabalho, foram obtidas a partir do site da organização: <<http://www.ufrgs.br/saju/>>.

²² Forma como são chamad@s @s integrantes do SAJU-UFRGS.

²³ Informações obtidas no documento “A Mediação como balizadora de princípios Sajuanos: o compromisso para com o social e a cooperação”, submetido à aprovação do conselho do SAJU e posteriormente à Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

²⁴ Lei disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>.

transexuais) e passe a ter por objetivo a ampliação de seu trabalho com a inclusão de tal população. Ao mesmo tempo, imerso na discussão sobre assistência e assessoria jurídica, que perpassa o SAJU-UFRGS, o grupo faz um movimento de ampliação de seu trabalho da assistência jurídica, já realizada, para a assessoria jurídica.

No final de 2009, o G8 construiu seu projeto de assessoria jurídica e passou a se denominar G8-Generalizando (G8-G). A preocupação passa a ser a constituição de um trabalho sobre as “questões de gênero que ultrapassam as barreiras heteronormativas, fomentando visibilidade e legitimidade jurídico-social às sexualidades historicamente marginalizadas”²⁵.

O grupo passa a operar não só na assistência jurídica às mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, especialmente às vítimas de agressão, como também na realização de atividades junto à comunidade pela via da promoção dos direitos de gênero. Seus objetivos passaram a ser:

- Fomentar visibilidade e legitimidade jurídico-social às sexualidades historicamente marginalizadas;
- Suscitar o debate acerca das questões de gênero dentro e fora do ambiente acadêmico;
- Estimular o empoderamento do público alvo por meio de abordagens individuais e coletivas;
- Criar e fomentar espaços de problematização das desigualdades de gênero, a partir de uma abordagem interdisciplinar. (Projeto Generalizando²⁶)

Embora o grupo passe a operar pela compreensão mais ampla de direitos de gênero e compreendendo que o termo inclui tanto a população LGBT quanto as mulheres, opta por manter, em seus materiais de divulgação, bem como em seus escritos, a expressão “grupo de assistência e assessoria em direitos da mulher e de gênero”, em função do entendimento da importância da presença do termo “mulheres”. Tal inclusão ao mesmo tempo ratifica o lugar histórico das lutas sociais das mulheres, bem como facilita o reconhecimento de uma possibilidade de auxílio, por parte daquelas que não viessem a perceber a viabilidade de acolhimento do mesmo por não estarem inseridas nas discussões sobre gênero. É possível perceber, então, os movimentos de saída do G8-G do espaço físico do SAJU-UFRGS em direção à “rua” ou à “comunidade” (como já o fez o SAJU-UFRGS em vários momentos de

²⁵Ver <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=4>>.

²⁶ Conforme projeto encaminhado pelo G8-G ao SAJU-UFRGS e subsequentemente à Pró-reitoria de Extensão (PROEXT) da UFRGS.

sua história), inserindo a temática das mulheres em uma discussão mais ampla de gênero e propiciando fraturas nas fronteiras disciplinares do Direito.

Para o bom andamento do trabalho de assessoria, são elaborados cursos de capacitação para @s integrantes, no que diz respeito ao trabalho com a população LGBT. Daí adveio o encontro com a ONG SOMOS-Comunicação, Saúde e Sexualidade de Porto Alegre²⁷, (doravante denominada ONG SOMOS), iniciado a partir da indicação da familiar de uma integrante do grupo.

O encontro opera como um acontecimento, no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2007), porque diz respeito a uma casualidade, uma dispersão operada sobre o discurso do grupo, um encontro com a população LGBT e seu modo de ver, suas práticas sociais, objetivos e lutas em defesa de seus direitos.

Em um acontecimento temos:

[...] cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. Tal descontinuidade golpeia e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas [...]: o instante e o sujeito. E, por debaixo deles, independentemente deles, é preciso conceber entre essas séries descontínuas relações que não são da ordem da sucessão [...]. (FOUCAULT, 2007, p. 58)

Esse encontro muda o rumo do que o grupo imaginava como alvo de assessorias e, conseqüentemente, a direção de seu trabalho. Opera-se um deslocamento das escolas para outras comunidades. No entanto, também se opera a oportunidade de uma reflexão sobre o próprio grupo, a partir da capacitação realizada pela ONG SOMOS (que teve como objetivo a qualificação para trabalho em grupos), bem como o estreitamento de vínculos com o movimento de defesa dos direitos LGBT e de suas práticas.

²⁷ Para maiores informações sobre o trabalho da organização é possível visitar o blog <<http://somosglbt.blogspot.com/>>.

O primeiro movimento do G8-G em direção à assessoria jurídica ocorreu com algumas visitas realizadas pela monitora do grupo à Vila Chocolateão²⁸, no final de 2009, a convite do GAJUP, grupo do SAJU-UFRGS que realizava assessoria jurídica popular à comunidade. O objetivo era de constituir uma cooperativa no local. Embora tenha se vislumbrado uma possibilidade de trabalho junto ao grupo de mães da comunidade, o G8-G resolveu não continuar investindo numa possibilidade de trabalho. Isso ocorreu devido à fragilidade do vínculo embrionário que o próprio GAJUP enfrentava com a comunidade à época e pelos conflitos existentes na mesma e que poderiam colocar o G8-G em situações com as quais não estava preparado para lidar naquele momento. Ao mesmo tempo, com o duplo objetivo de divulgar o trabalho de assistência jurídica e captar parceiros no trabalho de assessoria, o G8-G retomou o contato com a ONG Themis²⁹ de Porto Alegre, parceira histórica dos tempos da fundação do grupo, e com larga trajetória na defesa dos direitos das mulheres.

O segundo contato estabelecido com o objetivo de criar vínculo com uma comunidade da cidade e oferecer assessoria jurídica ocorreu com a ONG Sempre Mulher³⁰, onde foram realizadas visitas de divulgação do trabalho da assistência e a programação de uma atividade de assessoria que acabou por não se efetivar.

No princípio do ano letivo de 2010, começaram os contatos com a Comunidade São Judas Tadeu, através de indicação do GAP, grupo do SAJU-UFRGS que já oferecia assessoria jurídica à comunidade em assuntos de regularização fundiária. Nessa comunidade, o grupo realizou contatos e visitas à associação de moradores. Com base nas visitas, o grupo executou um trabalho chamado “Caminhos da Penha”, que objetivava propiciar a discussão e o esclarecimento sobre o acesso aos direitos das mulheres e o caminho de acesso à justiça nos casos de violência doméstica.

²⁸ Vila originada de uma ocupação de terrenos na área central da cidade de Porto Alegre, rodeada de prédios de importantes organizações públicas e federais, que abriga cerca de 200 famílias que obtém seu sustento da coleta de material para reciclagem.

²⁹ THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, fundada em 1993, localizada na cidade de Porto Alegre, busca no Direito e na capacitação legal a efetivação dos direitos humanos das mulheres através do acesso à justiça. Ver: <<http://www.themis.org.br/index.php>>.

³⁰ Sempre Mulher - Instituto de Pesquisa e Intervenção Sobre Relações Raciais, organização localizada na zona norte da cidade de Porto Alegre, prioriza o atendimento às mulheres negras e suas famílias, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para o acesso aos direitos humanos. Ver: <http://ong.portoweb.com.br/sempremulher/default.php?p_secao=5>.

A partir dessas mudanças na forma de se olhar, o grupo realizou diversos outros contatos. Tais contatos levaram à participação no Fórum Permanente de Combate à Violência Doméstica³¹, na Campanha Ponto Final na Violência Contra as Mulheres³² e na Parada Livre de Porto Alegre³³, além de intervenções na comunidade acadêmica nas temáticas de gênero.

Até então, o trabalho de assistência era compreendido como o trabalho de atendimento individualizado às pessoas que chegassem ao SAJU-UFRGS, com o objetivo de proporcionar-lhes acesso à justiça. Já a assessoria era vista como o trabalho na comunidade, portanto coletivo e que tem por objetivo “emancipar, por meio da conscientização de direitos e de deveres”³⁴.

A implantação da assessoria no G8-G trouxe discussão a respeito das diferenças dos trabalhos, das posturas que se exige d@s profissionais, problematizando a separação entre os dois enfoques e colocando em questão o papel técnico e ético-político d@s trabalhadoras. O grupo passou a se denominar como “um grupo interdisciplinar em que a assistência e a assessoria trabalham lado a lado”³⁵. A discussão, contudo, além de reforçar a idéia de interdisciplinaridade, fragiliza a dicotomia assistência-assessoria, embora, para uma diferenciação entre o trabalho que é feito nas dependências do SAJU-UFRGS e o trabalho que é feito fora do mesmo, mantenha-se a nomenclatura assistência e assessoria, respectivamente. Ainda que a nomenclatura binária se mantenha, a clara separação que existia entre a assistência e a assessoria se fissa.³⁶

³¹ O Fórum Permanente de Combate à Violência Doméstica foi criado em julho de 2010, na cidade de Porto Alegre. É composto por 27 entidades do poder público e da sociedade civil organizada e tem como objetivos fortalecer o combate à violência doméstica e aprimorar os serviços judiciais de atendimento às mulheres em situação de violência.

³² A Campanha Ponto Final na Violência Contra as Mulheres tem desenvolvimento simultâneo no Brasil, Bolívia, Haiti e Guatemala. Seu lançamento no Brasil ocorreu em maio de 2010. O objetivo da campanha é mudar as atitudes e crenças sociais relacionadas à discriminação, desigualdade e iniquidade de gênero que sustentam e promovem a violência contra as mulheres. Maiores informações disponíveis em <<http://www.campanhapontofinal.com.br/>>.

³³ Parada realizada na cidade de Porto Alegre, pelas organizações de defesa dos direitos da comunidade LGBT. No ano de 2010, teve sua décima quarta edição, cujo tema foi “A sexualidade tem todas as cores”.

³⁴ Ver <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=1>>.

³⁵ Ver <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=4>>.

³⁶ No presente estudo será mantida a nomenclatura “assistência” para designar o trabalho individualizado, desenvolvido nas dependências do SAJU e “assessoria” para designar o trabalho que ocorre na própria comunidade, ambos desempenhados pelo G8-Generalizando.

Ao mesmo tempo em que o G8-G passa por tais experiências que provocam mudanças em suas práticas, o SAJU-UFRGS também enfrenta um processo de reestruturação. É através desse processo que os projetos de assessoria, antes apresentados e executados por um grupo específico, passam a fazer parte do SAJU-UFRGS como um todo, com o conseqüente estímulo da integração dos diferentes grupos na execução dos projetos. Este estudo não acompanhou, entretanto, o processo do SAJU-UFRGS. O foco aqui foi restringido exclusivamente às experiências ocorridas no G8-G.

3 ESTÉTICA DA AMIZADE: OS CONCEITOS FOUCAULTIANOS COMO LINHAS DE LUZ FOCANDO O OLHAR

Este estudo fundamenta-se nas noções de sujeito, subjetividade e modos de subjetivação, desenvolvidas no pensamento foucaultiano, para, então, construir as ideias de práticas de si e de ética, que deram suporte para nossa posição sobre a estética da amizade.

No contexto teórico deste estudo, o conceito foucaultiano de subjetividade e de sujeito são fundamentais, uma vez que estabelecem a base para a compreensão sobre quem são os sujeitos implicados no trabalho de assessoria jurídica universitária. Tais sujeitos são produzidos nos jogos de verdade de uma época e de uma determinada sociedade que os levam a determinadas formas de reconhecimento.

Para Foucault, a subjetividade é “[...] a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo.” (FOUCAULT, 2006b, p. 236). A experiência de si, por sua vez, é este processo que leva ao reconhecimento de si mesmo; são os modos de reconhecer-se. A experiência de si envolve os regimes de verdade, os jogos de poder e os tensionamentos entre os processos de sujeição e resistência. Já a prática de si é “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser.” (FOUCAULT, 2006a, p. 265). Essas práticas, como o próprio autor coloca, não são algo “que o próprio indivíduo invente”, mas são “esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2006a, p. 276).

Em “O sujeito e o poder”, Foucault (1995b, p. 231) coloca que seu objetivo foi “elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos”. O autor deixa claro que, embora tenha transitado por inúmeras temáticas, todas as suas explorações tinham por objetivo elucidar os modos de subjetivação. Ainda no mesmo escrito, Foucault (1995b, p. 235) coloca que há dois significados para sujeito: o primeiro, sujeito ao outro por controle e dependência. O segundo, sujeito “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento”.

Foucault (FOUCAULT, 2009b, 1995a) se perguntará, então, sobre os modos pelos quais os seres humanos transformam a si mesmos em sujeitos. Esses modos de subjetivação

estão relacionados a uma forma de poder que categoriza o sujeito, que o marca por sua própria individualidade e o une à sua própria identidade.

No que se refere a esse processo de subjetivação, os sujeitos são objetivados de duas formas: pelos modos de investigação que dão a si mesmos o status de ciência e que colocam o ser humano como objeto do conhecimento e pelas práticas divisórias que dividem o ser humano tanto em seu interior quanto em relação aos outros em dicotomias, como, por exemplo, loucos *versus* sãos, criminosos *versus* “bons meninos” etc. (FOUCAULT, 2009b).

A noção de poder, em Foucault (FOUCAULT, 2009b, 1995b), entretanto, não corresponde, por exemplo, ao poder estratificado em estruturas de dominação como do Estado sobre a população, mas diz respeito ao poder que põe em jogo as relações entre indivíduos ou grupos. O exercício do poder se dá através de ações sobre as ações dos outros. A partir dessa concepção de poder, é fundamental o elemento liberdade, pois a liberdade é a pré-condição para o exercício do poder. Isto é, onde não há liberdade, há violência.

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995b, p. 244)

Se a liberdade está implicada nas relações de poder, então é possível opor resistência ao poder. Para Foucault, “onde há poder há resistência e, no entanto, [...] esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2006d, p. 105), já que o poder tem um caráter relacional, ou seja, de correlações de poder. Sendo assim, as correlações de poder existem em função da “multiplicidade de pontos de resistência, que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Não existe, portanto, com relação ao poder, *um* lugar da grande Recusa [...]. Mas sim resistências, no plural” (FOUCAULT, 2006d, p. 106).

O autor traz a noção de resistências, no plural, como atravessando indivíduos, mas também estratificações sociais:

Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo

irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo ou no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. [...] introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. (FOUCAULT, 2006d, p. 106-107)

Para Foucault (1995a, p. 263), a subjetivação envolve um movimento ético no qual o ser humano não segue simplesmente as regras morais de uma sociedade e de um tempo, mas reflete sobre as mesmas, nesse processo de constituição de si. O sujeito está imerso, então, em um “trabalho ético” ao refletir acerca da maneira pela qual ele deve constituir a si mesmo “enquanto sujeito moral de suas próprias ações”.

Faz-se importante ressaltar, então, as noções de modos de subjetivação e processos de subjetivação. Por modos de subjetivação entende-se o “[...] modo predominante como os sujeitos relacionam-se com a regra e a forma como se vêm obrigados a cumprir e, ao mesmo tempo, se reconhecer como ligados a esta obrigação.” Por processos de subjetivação entende-se a “[...] maneira como cada indivíduo se relaciona com o regime de verdades próprio a cada período, ou seja, a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado em cada trajetória de vida.” (NARDI, 2006, p. 22). A partir destas considerações define-se que o foco principal deste estudo é colocar em análise os processos de subjetivação pautados pela estética da amizade na relação d@s trabalhadoras do G8-G com o trabalho desenvolvido pelo grupo.

O presente estudo, assim, parte de um olhar ético-estético sobre a problemática em questão, ao tomar os conceitos foucaultianos de sujeito, subjetividade, ética e de amizade para reflexão sobre a mesma.

Para Loureiro (2004), não há uma preocupação, na obra foucaultiana, com a precisão dos termos relacionados ao conceito de estética da existência, já que Foucault se utiliza de palavras como forma, estilo, estética, arte e beleza em vários momentos e sem clara distinção teórica, embora o uso de uma ou de outra origem diferentes implicações.

Em sua obra “História da sexualidade II: o uso dos prazeres”, Foucault (2009a) ao referir-se à sua intenção de trabalhar através da história das problematizações éticas e não dos sistemas de moral feitos a partir das interdições, fala nas artes da existência dizendo:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2009a, p. 17-18)³⁷

Para Loureiro (2004), as origens do estudo da estética da existência se encontram nos trabalhos foucaultianos sobre poder e sobre o “cuidado de si” dos gregos livres, entre os quais a governabilidade dos outros estava intimamente ligada à governabilidade de si. A estética da existência seria, então, uma alternativa ética para a contemporaneidade, não no sentido de um retorno aos gregos, mas enquanto uma inspiração para as questões de nossa época.

Parece que em Foucault [...] os caminhos para o delineamento de uma ética “pós-moderna” passam, necessariamente, por parâmetros estéticos. Pois se já não cremos em uma essência definidora da natureza humana (fundamento último dos critérios de bem, de verdade etc), se não compartilhamos uma única moral nem a consideramos capaz de nortear o que seria uma vida ideal, então há de se conceber a relação consigo e com os outros a partir da autocriação. (LOUREIRO, 2004, p. 5)

Loureiro (2004) coloca, ainda, que o fato de Foucault associar os termos forma e estilo à arte e beleza parece significar que não basta à vida possuir uma forma ou estilo qualquer, mas sim, arte e beleza “são *predicados necessários* ao procedimento de conferir uma forma ou um estilo à existência” (LOUREIRO, 2004, p. 7-8). Para a autora, há uma diferença entre arte e beleza que se apagou ao longo de um percurso histórico, porquanto beleza trata de uma valoração positiva que implica um julgamento por parte de um sujeito, enquanto que arte implica atividade, produção, o que remete a uma ação que se materializa em um objeto.

Na visão de Loureiro, Foucault se refere à filosofia antiga, a partir da qual o conceito de belo, bem e verdade são inseparáveis e a beleza tem um caráter de exemplaridade que foi perdido ao longo do percurso histórico, com o rompimento da ligação entre beleza e outros valores. Nesta linha de pensamento, Loureiro (2004) opta pelo termo “vida como obra de

³⁷ Embora a edição em português tenha utilizado a expressão “práticas refletidas” temos preferido utilizar o termo “práticas reflexivas”, como na edição em língua espanhola, por acreditar que em nossa língua ela enuncie melhor o sentido de uma análise, um movimento do pensamento sobre si mesm@.

arte”, trabalhado por Foucault, por trazer a noção da arte como ação transformadora, não aleatória, que porta uma alteridade, uma menção ao outro, um interlocutor, e que torna fundamental “[...] confrontar o que se pensa e o que se diz com o que se faz e o que se é” (FOUCAULT, 2006e, p. 219).

Foucault (1984), na entrevista intitulada “Uma estética da existência”, traz essa noção da vida como “uma obra de arte pessoal”, ao explicar que, na Antiguidade, “a vontade de ser um sujeito moral e a procura de uma ética da existência” era “um esforço para afirmar a própria liberdade e dar a sua própria vida uma certa forma na qual podia se reconhecer e ser reconhecido por outros e onde a posteridade mesma poderia encontrar como exemplo” (FOUCAULT, 1984, p. 2).

Com a lenta instauração do cristianismo, passa-se de “uma prática, um estilo de liberdade” para uma experiência moral regida pela obediência a um código de regras. Obediência, essa, que está em processo de desaparecimento ou já desapareceu e é a busca por uma estética da existência, com seu potencial de criação e alteridade, a resposta para tal ausência. O autor deixa, assim, elementos para a reflexão sobre a possível relação entre a estética da existência e a ética.

Partindo do conceito de ética Foucaultiano como “prática reflexiva da liberdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 267), pretende-se abordar como o trabalho dos integrantes do G8-G, na área de direitos de gênero, pode ser produzido como elemento possibilitador de reflexão ética.

Para Foucault (1995a), o trabalho ético conta com quatro aspectos principais: a substância ética, ou seja, qual a parte do sujeito, de seu comportamento, que está relacionada à conduta ética; os modos de sujeição, que é a maneira pela qual as pessoas são incitadas a reconhecer suas ações morais; os meios, ou seja, como o sujeito pode se modificar para se tornar ético; e a teleologia, que é o estudo das finalidades, o tipo de sujeito que se aspira ser.

Foucault (1995a) nos mostra que na vida dos pensadores gregos livres há uma forma de subjetivação supraindividual, já que a relação consigo mesmo era concebida de forma inseparável das relações com os outros. O encontro com o outro era produtor de transformações em si. No cuidado de si grego, por sua vez, estava implicada uma

inseparabilidade da ética e da política. Aquele que cuidasse bem de si, conseqüentemente cuidaria bem da pólis, da cidade, dos outros. O cuidado de si apresenta-se, então, como uma condição pedagógica e ética na constituição de um bom governador, através da relação com um mestre. Embora o cuidado de si grego fosse privilégio de poucos, pode servir, hoje, de disparador para uma reflexão em relação à ética enquanto processo de transformação de si.

Em seu livro “A hermenêutica do sujeito”, Foucault (2006c) traz o termo *Epiméleia Heautou*, o cuidado de si, como “inquietude de si”, ou seja, algo que perturba o sujeito e que o impulsiona na direção de uma transformação de si. Foucault (2006 c) coloca que o cuidado de si grego implica uma atitude geral em relação ao mundo, sendo “um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro”. É “[...] uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo.” O cuidado de si é também, no entanto, uma “forma de atenção, de olhar” e, ainda, elemento propulsor de ações práticas de si para consigo que levam à transformação de si (FOUCAULT, 2006c, p. 14). Nesse contexto, o “conhecer a si” estava ligado ao “cuidar de si”.

Em um longo processo histórico, a moral cristã, assim como a moral moderna, opera no que Foucault (2006c) irá chamar de “momento cartesiano”, uma transformação do cuidado de si integrado ao “conhecer a si”. Há uma requalificação do “conhece-te a ti mesmo”, que passa a ser visto como forma de consciência para se acessar a verdade. Uma verdade, então, que está fora do sujeito e por ele deve ser conhecida. Ao mesmo tempo há um processo de desqualificação do cuidado de si.

No pensamento dos homens gregos livres, a amizade, embora em um contexto de homosociabilidade que exclui as mulheres, encontra-se indissociada da filosofia e da política, pois o filosofar com o outro é justamente o meio de os filósofos aprofundarem suas amizades e se tornarem nobres.

Nas mudanças que vão ocorrendo nesta forma de relação, nos séculos I e II, há o ápice de uma transformação caracterizada pela dissociação entre o “cuidado de si” e o “cuidado do outro”. O “cuidado de si”, como pressuposição do “cuidado do outro” dá lugar a uma prática do “cuidado de si” autofinalizada, na qual o objeto passa a ser exclusivamente o si mesmo. Não que haja um descuido do outro, pois

A pastoral cristã mantém o vínculo intersubjetivo, que na Antiguidade tinha a forma da amizade e da relação mestre-aluno [...]. A relação entre dois sujeitos, na qual cada um participava, mediante seu cuidado de si, do cuidado do outro, transforma-se em uma relação em que o pastor, como diretor das almas, está incumbido de administrar o cuidado. (Ortega, 1999, p. 125)

O papel do mestre perdeu, então, sua importância, visto que sua função seria exercida por uma série de indivíduos, assim como também por estruturas institucionalizadas, escolas ou a figura do conselheiro privado.

Nessa época, não havia intensificação do individualismo, como poderia parecer, mas uma intensificação das relações sociais, já que a relação com o outro continuava sendo valorizada.

O que ocorreu é que a tradição cristã incorporou a relação com o outro na forma de um vínculo de obediência e a relação consigo mesmo com o objetivo de renúncia a si e auto-anulação. O si mesmo constituiu-se mediante obediência, confissão ao outro e busca da verdade de si mesmo. O ascetismo cristão incorporou várias práticas de si da antiguidade, mas recentrando-as em torno da autodecifração, dos processos de purificação e da luta contra os desejos.

Para Ortega,

Isso traz consigo a perda de uma parte de sua autonomia, expressa na substituição do cuidado de si (*epimeleia heautou*) pelo cuidado dos outros (*epimeleia ton allon*), sendo esta última tarefa do pastor. Como consequência, o indivíduo será despojado de seu cuidado, o que significa a perda de sua liberdade. (ORTEGA, 1999, p. 94-95)

Todo esse processo se intensificou, sendo que o poder pastoral, na modernidade, foi dando passagem para outro tipo de poder a partir da integração das práticas da existência aos saberes e práticas médicas, educativas, psicológicas e jurídicas. Tal poder é o poder disciplinar que exerce sua força sobre os corpos dos indivíduos. E, assim, se no “cuidado de si” grego a finalidade era a cidade e o objeto, o “eu”; na modernidade o “eu” se transformou na finalidade.

A vinculação entre amizade e filosofia também foi se desvanecendo e, com a criação das escolas e universidades, a filosofia passou a ser não mais uma ascese, mas um discurso teórico. A amizade perdeu, assim, seu caráter político.

Através de sua genealogia, Ortega mostra como a amizade foi progressivamente desaparecendo do espaço público, deslocando-se para a esfera privada e doméstica, sendo integrada à família nuclear.

Partindo de Foucault, Ortega (1999 e 2002) assevera que a amizade se coloca como uma possibilidade de rompimento com a moral vigente que leva o sujeito a se transformar a partir de suas relações. Para tal autor, a amizade é uma forma de subjetivação coletiva que permite a criação de espaços intermediários capazes de fomentar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos. É um apelo à experimentação de novas formas de vida e de comunidade. Para Ortega (1999 e 2002), Foucault recoloca a questão da amizade na medida em que a traz como meio de atingir uma ética, deslocando-a do conceito do senso comum que se tem de amizade.

Foucault (2006c), em “A hermenêutica do sujeito”, traz a concepção epicurista da amizade, ao indicar que ela revela a “inquietação moralizante” de nossa época. Diz ainda que, embora os textos epicuristas fiquem divididos entre exaltar a amizade e colocá-la como um derivado da utilidade, deve-se pensar sobre a noção de utilidade que está implicada nesse pensamento (FOUCAULT, 2006c): se a amizade tem um princípio utilitário, se ela é útil porque pode ajudar o sujeito, se ela “[...] se inscreve no regime das trocas sociais e dos serviços que vinculam os homens” (FOUCAULT, 2006c, p. 238); é, entretanto, por ela mesma que deve ser escolhida. Foucault (2006c) pergunta, então, porque ela deve ser escolhida por ela mesma, cuja resposta é encontrada na sentença Vaticana 39: “nem é amigo quem busca sempre a utilidade, nem quem nunca a associa à amizade; pois o primeiro faz com o benefício o tráfico do que se dá em troca, o outro rompe com a boa esperança para o futuro.” (EPICURO apud FOUCAULT, 2006c, p. 238). Sendo assim, a amizade não se tornará desejável pela supressão da utilidade, mas por se estabelecer um “[...] certo equilíbrio entre a utilidade e alguma coisa diferente da utilidade” (FOUCAULT, 2006c, p. 238).

Para Epicuro (apud FOUCAULT, 2006c), a amizade é desejável porque faz parte da felicidade. Mas o que é felicidade para ele? É saber que contra os males que podem advir do

mundo estamos protegidos, tanto quanto possível, pela amizade. E tal amizade não é “[...] tanto uma ajuda real, quanto a certeza e a confiança de que podemos receber esta ajuda.” (FOUCAULT, 2006c, p. 239). O que constitui a amizade, então, é saber que os amigos terão uma atitude de reciprocidade correspondente à amizade que lhes foi dedicada. A reciprocidade é a “[...] utilidade de nós mesmos para com os outros e dos outros para conosco [...].” (FOUCAULT, 2006c, p. 240). E é justamente essa reciprocidade que constitui uma das garantias da felicidade, que aqui é vista como ausência de perturbação.

Para Passetti (2003), o tema da amizade remete a “desestabilizar verdades” e poder “pensar ressonâncias de sociabilidade libertária” que vão “contra a consolidação *a priori* da amizade”. Isso se dá pela libertação de visões idealistas tão marcadas em nossos tempos e que colocam a amizade como uma duplicidade insolúvel, como identidade afirmada pela complementaridade, ou, ainda, como uma forma especial e duradoura de relacionamento (PASSETTI, 2003, p. 126-127).

Passetti (2003) afirma que desde os tempos modernos, a amizade está imbricada nas relações de pobreza e de riqueza, circunscrita ao âmbito privado e nas diversas formas de relações de filantropia que mantêm inalterada a condição de subalternidade do favorecido. O autor fala de uma amizade que se desloca da conformidade com o Estado moderno soberano, que coloca a amizade no âmbito de pequenos grupos de homens, reiterando a privacidade das relações de amizade e a traduzindo publicamente a partir de mediações governamentais que a tornam centro de corrupção, para a amizade capaz de provocar resistências e contrapoderes. Apoiado em Nietzsche, Passetti também traz a temática da amizade ligada ao pensamento do amigo como melhor inimigo. Para ele, o amigo é o melhor inimigo porque “desestabiliza constantemente sem visar a destruição” (PASSETTI, 2003, p. 128).

A amizade libertária reserva um lugar importante para a temática da igualdade ao mesmo tempo em que sua possibilidade de realização requer o reconhecimento da diferença e o rompimento com a noção de uniformidade, ao se desvincular de universalismos de direitos. Tal deslocamento dos universalismos é que propicia que a amizade se constitua como uma estética da existência, pois permite viver a instabilidade, a auto-superação e a diferença. Ela se rebela diante da igualdade uniformizadora; ela flui.

A amizade do amigo-inimigo não exige discípulos, mas sim parcerias, pois aquele que instabiliza não está acima ou abaixo, mas ao lado.

O amigo não é um superior, nem a amizade se dá entre superiores hierárquicos, mas entre diferentes nesta igualdade que reconhece o homem como transição e ocaso, um devir que se faz presente, constantemente atualizado. (PASSETTI, 2003, p. 152)

Trata-se do reconhecimento do inimigo que há em nós e que está presente em nosso amigo, numa relação entre “divíduos”, o que implica não a amizade como fusão de dois em um ou em uma relação de igualdade que traz a “afirmação de identidade num solilóquio”, mas a amizade que “afirma a possibilidade de uma criação no reconhecimento da metamorfose contínua: não sou isso ou aquilo, sou isso e aquilo” (PASSETTI, 2003, p. 161).

Trata-se de uma construção de *si* a partir do outro, divíduos na mesma condição, uma diferença entre iguais enquanto experiência e questionamento. Potência de um contra-poder, no sentido foucaultiano, um devir não mais totalizador, na acepção deleuzeana; prazer de fazer pelo desejo de realização. (PASSETTI, 2003, p. 173)

Implica reconhecer também que não existe a atitude certa a ser tomada, pois

É preciso interrogar e experimentar os caminhos que se apresentam ao nosso lado, atrás, para cima e para baixo, e à nossa frente, porque inexistem o caminho. (PASSETTI, 2003, p. 161)

Entre amigos, o que existe é o choque de verdades e entre os quais não existe o melhor ou o maior, mas relações que se horizontalizam.

4. A PESQUISA-INTERVENÇÃO E A INTERVENÇÃO FOTOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

4.1 No campo da pesquisa-intervenção

A intervenção fotográfica está situada no campo da pesquisa-intervenção que, por sua vez, tem sua história inserida em um contexto mais amplo de questionamento à pesquisa experimental baseada na idéia de objetividade e de neutralidade d@ pesquisador(a). Esse contexto implica ainda a construção de possibilidades de trabalho com coletivos, bem como com operadores conceituais que trazem determinada visão de grupo e de instituição e que vão se constituindo em uma abordagem ético-estético-política de pesquisa.

Um dos primeiros movimentos no sentido da superação dos preceitos de objetividade da pesquisa foi protagonizado pela pesquisa-ação, originada na Psicossociologia de Kurt Lewin, na década de 30, nos Estados Unidos (PAULON, 2005). A importância desse aporte teórico-metodológico se dá por compor as primeiras experiências de pesquisa fundamentadas em uma postura ativa perante as questões sociais e desestabilizadoras do mito da objetividade na produção do conhecimento. Tal desestabilização e conseqüente deslocamento de uma visão de neutralidade frente ao objeto estudado ocorreram através da crítica à passividade dos sujeitos na investigação e da idéia de que os comportamentos d@s integrantes dos grupos eram produto de um campo de determinantes interdependentes que constituíam o espaço social (PAULON, 2005).

Se fora de nosso país não há uma preocupação de diferenciação entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante, no Brasil os debates em torno de tais estratégias metodológicas colocam a pesquisa participante como mais centrada na passividade d@ pesquisador(a) perante a realidade pesquisada mantendo, ainda, a binaridade pesquisador(a)/pesquisad@. Já a pesquisa-ação é vista além da inclusão d@ pesquisador(a) na pesquisa, ao se preocupar com a participação dos sujeitos de pesquisa no próprio desenvolvimento da mesma e se embasar em uma ação coletiva.

Ocorre, entretanto, que, se por um lado a Psicossociologia Lewiniana trazia o questionamento à objetividade científica, por outro, ela estava imersa na demanda de desenvolvimento industrial de uma época que visava o controle dos comportamentos

organizacionais, a regulação hierárquica das relações sociais e o aumento da produção por parte das operárias. Isso fez com que não houvesse deslocamento da perspectiva funcionalista de aprimoramento do capitalismo, mas a manutenção das cisões sujeito/objeto e teoria/prática que tal Psicossociologia criticava. A Psicossociologia Lewiniana mantinha-se, então, num âmbito naturalizado da ordem social, no qual as crises e conflitos eram percebidos como desordens, sobre os quais se deve trabalhar, o que minimizaria a dimensão política dos processos observados. Para Rocha e Aguiar (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 60), “as análises se fazem sobre o nível micro-organizacional com a perspectiva de otimizar recursos e relações para um funcionamento social adequado. A pesquisa ganha uma dimensão utilitária e o pesquisador, o papel de agente facilitador do amadurecimento das relações humanas”.

Mesmo procurando romper com a noção de neutralidade na pesquisa, a pesquisa-ação se encontra, ainda, imersa no paradigma moderno de ciência que separa a produção do conhecimento do próprio processo de pesquisa. Tal separação faz com que @ pesquisador(a) se veja como aquela que, munida de conhecimentos, irá levar a consciência até os sujeitos de pesquisa durante a execução da ação planejada.

Na América Latina, a conjuntura sócio-histórica de uma vivência de submissão a governos autoritários por parte de vários países, faz com que a pesquisa-ação seja tomada de forma diferente, com uma postura crítica ao formato reformista-funcionalista norte-americano. Ela se vincula a projetos emancipatórios e autogestionários ligados, principalmente, aos movimentos comunitários e de educação popular junto a populações excluídas. A pesquisa-ação crítica busca “uma ação que visa a mudanças na realidade concreta com uma participação social efetiva”, ensejando “a participação coletiva para a mudança da ordem social”, na qual os objetivos são “definidos no campo de atuação pelo pesquisador(a) e pelos participantes” (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 60). Se a experiência norte-americana mantém as dicotomias sujeito/objeto e teoria/prática, em um dado momento, a experiência latino-americana caminha no sentido da articulação desses pares, pois o conhecimento e a ação sobre a realidade se fazem na investigação das necessidades locais e de uma atuação efetiva sobre tais necessidades, o que possibilita transformações sociais e políticas.

Na primeira fase da Psicossociologia, compreendida entre a década de 30 e de 50 do século passado, a pesquisa bem como o próprio trabalho estava baseada em uma noção

jurídica de instituição, tida como um estabelecimento ou como “organizações de trabalho compreendidas como espaço físico, no qual se agrupam os coletivos a serem trabalhados” (PAULON, 2009, p. 219). Na segunda fase, que ocorreu a partir de meados da década de 50, os psicossociólogos franceses trouxeram, dos Estados Unidos para a França, as técnicas de grupo dos psicossociólogos americanos, sem deixar de realizar, entretanto, uma crítica sobre as mesmas, ao dar a possibilidade, juntamente com os fatores sócio-políticos da época, do surgimento de outra visão trazida por Lobrot, Lourau e Lapassade. Tal visão viria a ser denominada de Psicossociologia Institucional, cujo principal instrumento de ação era a realização de grupos.

Imersos na discussão sobre a construção de uma proposta alternativa ao modelo de tratamento da loucura oferecido pela antipsiquiatria inglesa e inspirados nos tratamentos abertos e desburocratizantes das comunidades terapêuticas, é que autores como Oury e Tosquelles acabam por colaborar na constituição da Psicoterapia Institucional, que buscava uma ação terapêutica baseada na participação ativa d@s pacientes em seus tratamentos e na auto-gestão dos mesmos.

Se em um primeiro momento as práticas ainda estavam alicerçadas sobre um conceito jurídico de instituição enquanto estabelecimento físico, as diferentes práticas que foram se constituindo, como assembleias, grupos operativos e conselhos de classe, começaram a trazer uma ampliação da noção de instituição.

Uma compreensão mais sociológica das instituições, como formas sociais de reprodução das relações, leva ao conceito de “instituições-dispositivos” e a técnicas para produção de questionamento dos estabelecimentos, o que enfocava a dimensão inconsciente que até então não estava em questão (PAULON, 2009, p. 220). Lourau, alinhando-se a uma concepção mais fortemente influenciada pelo marxismo, se colocava enquanto crítico de uma posição estruturalista-lacanianiana, ao dizer que o que ocorria era a psicologização do social ao invés de uma socialização do psíquico.

Em meio às contribuições trazidas por Freinet à educação e à crítica realizada ao Grupo de Educação Terapêutica de Oury e Vasquez, é que Lobrot, Lourau e Fontvieille formaram o Grupo de Pedagogia Institucional que deu nome à corrente de Pedagogia Institucional, a partir da qual ocorreu uma mudança na visão sobre as instituições, que

passaram a ser vistas como regras ou aquilo que se institui no próprio trabalho como os papéis, lugares, estatutos ou rituais. A metodologia de trabalho é a pesquisa-ação de intervenção microssociológica.

Na Europa, ainda na década de 60, Lapassade, Lourau e Guattari deram ensejo ao início formal da corrente teórico-metodológica da Análise Institucional, que teve influência importante sobre os pressupostos da pesquisa-intervenção e sobre a forma com que ela vem sendo trabalhada, ainda hoje, no âmbito da Psicologia social.

Todo o movimento crítico à pesquisa experimental exposto acima, bem como os movimentos sociais e políticos de maio de 68, na França, se postou como condição de possibilidade para que a Análise Institucional questionasse o aspecto ideológico das pedagogias de conscientização e da pesquisa-ação. Isso se deu ao colocar em foco o jogo de interesses e de poder que se encontram no campo da pesquisa. Além disto, a análise institucional traz como ponto fundamental a não separação entre o ato de pesquisar e o momento de construção do conhecimento, sendo estes últimos os substratos da pesquisa-intervenção (PAULON, 2005).

A particularidade da pesquisa-intervenção é a não dissociação entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos e a afirmação de toda intervenção social como um ato político. Logicamente, para a Análise Institucional, o termo “instituição” não pode ter o mesmo significado jurídico e material que apresentava anteriormente. O termo passou, então, a ter o sentido de “produção e reprodução das relações sociais dominantes tanto nos pequenos grupos quanto na estrutura das organizações” (LAPASSADE e LOURAU, 1971 apud PAULON, 2009, p. 208).

Para Lourau, a instituição não é um prédio, algo objetivo ou uma coisa observável, como em outras visões (LOURAU, 1993). As instituições são as normas, mas também o modo como elas vão se atualizando, o que diz respeito, ainda, a como os indivíduos concordam ou não em submeter-se às mesmas. É o sistema de regras que determina a vida dos grupos sociais. É aquilo que já está firmado (ALTOÉ, 2004). A noção de instituição é um artifício teórico que permite compreender o que se passa em um coletivo através da análise do complexo sistema de relações (LOURAU, 1993). Ou seja, “[...] instituição não é um conceito

descritivo; não designa coisas possíveis de serem vistas, sólidas, concretas [...] trata-se de um conceito produzido por (e para) análises coletivas” (LOURAU, 1993, p. 61).

Lourau afirma, ainda:

[...] instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, 10 anos para a institucionalização de crianças deficientes ou 2.000 anos para a instituição da Igreja Católica. O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. (LOURAU, 1993, p. 11)

A análise institucional irá diferenciar os conceitos de instituição, instituinte e instituído. Para Lourau, se a instituição é o movimento, “o instituído, o *status quo*, atua com um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade” (LOURAU, 1993, p. 11-12). Já o instituinte é o que está em processo de afirmação (ALTOÉ, 2004).

O foco da ação analítica é justamente o conjunto complexo de processos sociais, o engendramento das condições institucionais no grupo. Isso quer dizer que o que a Análise Institucional busca é “conhecer melhor o instituído e os diversos níveis contraditórios na instituição” (LOURAU, 1993, p. 12), mas não só as grandes contradições como também a contradição no interior do instituído e no interior do instituinte.

A análise Institucional irá operar ainda com a noção de institucionalização, que, para ela, significa “o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução” (LOURAU, 1993, p. 12).

Além das noções de instituição, instituinte, instituído e institucionalização, a análise Institucional elabora ferramentas metodológicas fundamentais no movimento institucionalista e que passarão a fazer parte da pesquisa-intervenção.

O analisador é um conceito operatório que se constitui em uma dessas ferramentas institucionalistas. Os analisadores se colocam como acontecimentos que podem “agitar”. Eles permitem fazer surgir, “com força”, uma análise e podem ser históricos ou constituídos para

uma intervenção específica. Os analisadores também fazem aparecer, “de um só golpe”, “a instituição invisível” (LOURAU, 1993, p. 35).

Para Lourau, é o analisador que realiza a análise e não @ analista, não se tratando de interpretar e sim de decompor na medida em que “não se trata de construir um discurso explicativo, mas de trazer à luz os elementos que compõem o conjunto” (ALTOÉ, 2004, p. 70). Paulon (2009) nos traz o analisador como aquele que nega, de alguma forma, o instituído, o que revela a dimensão instituinte dos acontecimentos. Isso quer dizer que “[...] o analisador refere-se a todo dispositivo revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento de grupo e que permita, a partir de uma análise de decomposição do que parecia até então como uma totalidade homogênea (uma verdade instituída), desvelar o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda realidade” (PAULON, 2005, p. 24). O analisador é um conceito-ferramenta que afirma a indissociabilidade entre análise e intervenção (PAULON, 2010).

Paulon (2009) também assevera que a intervenção é a possibilidade de aumentar o grau de transversalidade dos grupos, de aumentar a clareza dos entrecruzamentos, das sobre-determinações que atravessam nossas vidas (p. 210).

A análise de implicação, para Lourau (1993), é o cerne do trabalho sócio-analítico e consiste em analisar a si mesmo, enquanto analista ou pesquisador(a), a todo o momento, inclusive no momento da própria intervenção. Tal conceito parte da idéia de que @ pesquisador(a) é sempre parte do campo pesquisado (mesmo que pela sua presença) e rompe com a dissociação positivista entre objeto do conhecimento e observador(a), ao mostrar que “somos objetivados por aquilo que pretendemos objetivar” (PAULON, 2009, p. 210). Paulon (2009, p. 210), por sua vez, afirma que @ analista deve analisar, antes de tudo, “sua implicação com as redes de poder, seu lugar na divisão social do trabalho, nas relações de classe e, enfim, sua relação com as instituições que o perpassam (e a seu cliente) [...], sendo assim, [...] descristaliza-se o papel do cientista e desmistifica-se o lugar do *expert* [...]”. Seria, então, a análise do impacto das cenas vividas e observadas sobre a história d@ pesquisador(a) e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo o lugar de saber e o estatuto de poder d@ perit@-pesquisador@ (PAULON, 2005).

Para Rocha e Aguiar (2003, p. 72), o conceito de implicação “[...] inclui uma análise do sistema de lugares ocupados ou que se busca ocupar ou ainda do que lhe é designado, pelo coletivo, a ocupar e os riscos decorrentes dos caminhos em construção”.

Paulon (2005), partindo de Lourau, declara que existem dois tipos de implicações: as primárias, que incluem a implicação d@ pesquisador(a) com seu objeto de pesquisa-intervenção, com o local e com a equipe, na encomenda social e nas demandas sociais. As secundárias seriam as implicações sociais, históricas e dos modelos utilizados (epistemológicas) e com a escritura ou outros meios de exposição da pesquisa.

Outro importante conceito da Análise Institucional e que influencia a pesquisa-intervenção é o de restituição. Para Lourau (1993, p. 64), a restituição “consiste em se centrar numa tarefa - a de **análise coletiva da situação presente**, no **presente** em função das diversas implicações de cada um **com e na** situação”. A restituição tem, portanto, um caráter político de se direcionar para novas relações sociais, de autogestão.

A restituição não se trata de simples informação, pois ela deve ser pertinente à intervenção e deve ter relação com a análise de suas próprias implicações na situação de intervenção e com “[...] um movimento para retomar os acontecimentos, em geral, excluídos”, “falados apenas em corredores e cafés” (LOURAU, 1993, 51). Isso significa que a restituição não se trata do envio de um artigo à população pesquisada, mas requer “uma restituição pessoal, implicada e posta, dentro da pesquisa, como um procedimento real e necessário do ato de pesquisar (intervir)” (LOURAU, 1993, 55).

Para Lourau, a restituição também “é uma atividade intrínseca à pesquisa” que tem sua importância no fato de, através dela, a população poder “[...] se apropriar de uma parte do status do pesquisador, se tornar uma espécie de ‘pesquisador-coletivo’ [...] e produzir novas restituições, tanto ao agora talvez ex-pesquisador quanto ao presente social mais imediato ou global. Isso seria, efetivamente, a socialização da pesquisa” (LOURAU, 1993, p. 56). A restituição deve, ainda para Lourau (1993), constituir instrumentos para novas reflexões e práticas. Para o autor, @ pesquisador(a) “deve interessar-se apaixonadamente pela **contradição**, ao invés de ‘levar ao povo’ a verdade universal” (LOURAU, 1993, p. 92).

A intervenção fotográfica inscreve-se nos conhecimentos constituídos pela Análise Institucional, bem como no suporte da pesquisa-intervenção e se utiliza do acompanhamento do grupo como uma ferramenta importante. Este acompanhamento tem como objetivo produzir interferências coletivas que gerem micropolíticas de transformação social³⁸, a partir da investigação da “vida de coletividades na sua diversidade qualitativa” (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 66). Para Rocha e Aguiar (2003, p. 66, nota de lateral do texto), o

Qualitativo está ligado à análise dos sentidos que vão gradativamente ganhando consistência nas práticas [...] o desafio dos pesquisadores é ir além do reconhecimento das representações estabelecidas na comunidade investigada, dos consensos que dão forma e apresentam a vida como uma estrutura definida nos seus valores, produções e expectativas. O qualitativo refere-se, então, à possibilidade de recuperar as histórias dos movimentos dessa comunidade, sendo percebido nos conflitos, nas divergências, nas ações que fazem diferença, que facultam a produção de sentidos outros, frente ao hegemônico, para um futuro indeterminado [...]. A pesquisa-intervenção busca acompanhar o cotidiano das práticas, criando um campo de problematização para que o sentido possa ser extraído das tradições e das formas estabelecidas, instaurando tensão entre representação e expressão, o que faculta novos modos de subjetivação.

De acordo com Maraschin (2004), o próprio perguntar “sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar próprios de nossa ou de outras comunidades de sujeitos” produz possibilidades de “autoprodução” tanto n@ observador(a) como n@s observad@s. O pesquisar tomado enquanto uma ação de conhecimento cria territórios de subjetivação nos quais “[...] os ‘objetos de pesquisa’ também são observadores ativos, produzem outros sentidos ao se encontrarem com o pesquisador” (MARASCHIN, 2004, p. 105). Sendo assim, a pesquisa se coloca como “potência instituinte, ou seja, virtualmente capaz de desestabilizar modos de ação já recorrentes na instituição” e “como criação de territórios de conhecimentos-subjetividades que põem em movimento, no mesmo ato, conhecimento, intervenção e autoria” (MARASCHIN, 2004, p. 99).

No âmbito da concepção ético-estético-política do pesquisar, a pesquisa-intervenção traz a dimensão ética foucaultiana de prática reflexiva, a dimensão estética de “[...] criação, articulando os diferentes campos do pensamento, da ação e da sensibilidade [...]” e a dimensão política da “responsabilização frente aos efeitos produzidos, ou seja, sobre os

³⁸ Para maior compreensão a respeito dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-intervenção, bem como das aproximações e diferenciações (principalmente na realidade brasileira), e das demais pesquisas participativas, consultar ROCHA e AGUIAR, 2003; AGUIAR e ROCHA, 2007.

sentidos que vão ganhando forma através das ações individuais e coletivas” (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 67).

Neste estudo, buscamos intervir no tensionamento entre as linhas de visibilidade e dizibilidade, ao tomar a intervenção fotográfica como estratégia metodológica ligada à pesquisa-intervenção. A intervenção fotográfica busca as linhas de visibilidade em tensão com as linhas de dizibilidade e provoca as visibilidades e os modos de ver legitimados e instituídos.

Com base nessa concepção, tem-se à mão algumas ferramentas possíveis que podem ser utilizadas de acordo com o processo do grupo em tal construção do que é possível ver e dos sentidos que podem ser produzidos. Algumas dessas ferramentas são as discussões sobre imagens, oficinas de fotografia e produções com as imagens fotográficas, além do diário de pesquisa e do acompanhamento do grupo. Embora haja multiplicidade de usos da fotografia no campo da Psicologia, experiências de intervenções fotográficas têm sido realizadas ao se considerar, inicialmente, a inserção e acompanhamento dos grupos através dos quais reflexões sobre as visibilidades e a ética do ver são produzidas. Nesse acompanhamento, podem ocorrer oficinas de fotografia, que implicam a sensibilização do olhar, a produção de fotografias sobre temas definidos pelo grupo e a reflexão coletiva sobre tal processo na forma de narrativas visuais, exposições fotográficas ou outros encaminhamentos que possam vir a ser feitos pelo grupo. É no processo, contudo, que a reflexão a respeito dos modos de ver, a partir das temáticas de interesse, serão relevantes e não necessariamente na produção de imagens.

No que se refere à intervenção fotográfica, o diário de pesquisa é outra ferramenta que se faz importante, já que a “interferência” do pesquisador(a) não é vista como uma dificuldade na pesquisa, mas, sim, uma condição do conhecimento. Para Lourau (1993), o diário de pesquisa tem como característica produzir conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa que não é a dos resultados, mas que se refere ao processo da pesquisa propriamente dito. Para ele, “o diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o ‘como fazer’ das **normas**, mas o ‘como foi feito’ da prática). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chama ‘lado mágico’ ou ‘ilusório’ da pesquisa (fantasias, em torno da CIENTIFICIDADE, geradas pela ‘asséptica’ leitura dos ‘resultados’ finais)” (LOURAU, 1993, p. 77), já que o diário de pesquisa propicia desnaturalizar a neutralidade.

O diário de pesquisa reconstitui a história subjetiva d@ pesquisador(a); mostra a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional ou burocrática. Outra característica do diário é a de produzir um tipo de reflexão própria do escrever, pois “o exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular” (LOURAU, 1993, p. 79). O diário propicia, portanto, um movimento reflexivo, já que pode “produzir o surgimento, no aqui-e-agora, de novas análises (quebras) através de acontecimentos em geral desprezados para efeito de análise (exame)” (LOURAU, 1993, p. 84), pois está vinculado à questão da subjetividade.

Para Lourau (1993), a revelação ou não dos atos de pesquisa é uma ação política. O autor assegura que “tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento (e transformação de si) pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais [...]”. O diário de pesquisa contribui para a produção de um(a) pesquisador(a) implicad@, “cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises” (Lourau, 1993, p. 85).

4.2 A intervenção fotográfica: o ato fotográfico em um campo de visibilidades e dizibilidades

Se existe na fotografia uma força viva irresistível, se nela existe algo que, a meu ver, depende da ordem de uma gravidade absoluta [...] é bem isso: *com a fotografia, não nos é mais possível pensar a imagem fora do ato que a faz ser*. A foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber-fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito); é também, em primeiro lugar, um verdadeiro *ato* icônico, uma imagem, se quisermos, mas em *trabalho*, algo que não se pode conceber fora de suas *circunstâncias*, fora do *jogo* que a anima sem *comprová-la* literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma *imagem-ato*, estando compreendido que esse “ato” não se limita trivialmente apenas ao gesto da *produção* propriamente dita da imagem (o gesto da “tomada”), mas inclui também o ato de sua *recepção* e de sua *contemplação*. A fotografia, em suma, como inseparável de *toda* a sua enunciação, com *experiência* de imagem, como objeto totalmente *pragmático*. Vê-se com isso o quanto esse meio mecânico, ótico-químico, pretensamente objetivo, do qual se disse tantas vezes no plano filosófico que ele se efetuava “na ausência do homem”, implica de fato ontologicamente a questão do *sujeito*, e mais especialmente do sujeito *em processo*. (DUBOIS, 1993, p. 15, grifos do autor)

Dubois (1993) coloca o início do século XIX como o primeiro momento da fotografia, quando ela é colocada como uma representação do real, ancorada em conceitos como os de verossimilhança, verdade e autenticidade. Nesse momento, a fotografia é concebida como

ícone, vista como mantendo uma relação de proximidade sensorial ou emotiva entre o signo (representação do objeto) e o objeto dinâmico em si. O ícone remete ao objeto que denota, em função das características que possui, quer o objeto exista ou não; nele contam suas características que remetem, assemelham-se a um denotado real ou imaginário.

Para Foucault (2011), há princípios advindos da pintura ocidental que influenciam o tratamento das imagens em geral. O primeiro deles é o de separação entre a representação plástica (que implica a semelhança) e a representação linguística (que a exclui). Nesse momento da história da pintura, “faz-se ver pela semelhança, fala-se através da diferença”, de modo que o sistema de imagens e o de texto não podem se cruzar ou se fundir, há subordinação entre um ou outro: ou o texto é regrado pela imagem ou a imagem é regradada pelo contexto, uma vez que “[...] o signo verbal e a representação visual não são jamais dados de uma vez só. Sempre uma ordem os hierarquiza, indo da forma ao discurso ou do discurso à forma” (FOUCAULT, 2011, p. 14). O segundo princípio, por sua vez, diz respeito à equivalência entre a semelhança e a afirmação de um laço representativo, não importando o sentido em que está colocada a relação de representação. A função da imagem seria, então, de “se fazer reconhecer, de deixar aparecer, sem equívoco nem hesitação aquilo que representa” (FOUCAULT, 2011, p. 6).

Em “Isto não é um cachimbo”, Foucault (2011) tomará como referência os pintores Magritte, Klee e Kandinski para mostrar o quanto a imagem não é apenas uma representação e que, se as imagens e o texto compõem sistemas diferentes, existem, no entanto, cruzamentos entre eles. Para esse autor, a partir de Kandinski, só é possível se perguntar o que é uma imagem “se referindo ao gesto que o firmou”.

Dubois (1993) atesta que um segundo momento da fotografia é o de denúncia de que ela não é cópia do real, mas sim interpretação, transformação do real, não há realidade fora dos discursos proferidos a partir dela. A fotografia é tomada, então, como símbolo, a partir do qual há uma relação arbitrária, convencionada, entre o signo e o objeto. Sua característica estaria em ser convencional, sem estar ligada à existência real do objeto a que se refere.

Autores como Berger (1999), Sontag (2004) e Flusser (2002) veem a fotografia ultrapassar em muito a pressuposição de realidade e a visão de representação da realidade, às quais tem sido ligada historicamente. Se, para Sontag (2004, p. 16), mesmo quando @s

fotógraf@s procuram refletir a realidade, estão ainda pautad@s por “imperativos tácitos de gosto e consciência”, para Berger (1999, p. 12), “... embora toda imagem incorpore uma maneira de ver, nossa percepção ou apreciação de uma imagem depende também de nosso próprio modo de ver”. Flusser (2002) compartilha dessa ideia, pois afirma que o que vemos ao contemplar imagens não é o mundo, mas sim conceitos relativos a ele, porquanto sua aparente objetividade é uma ilusão. Tais autores tomam, então, a história como uma produção.

As formações históricas, os estratos, são feitos de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de dizível, de regiões de visibilidade e campos de dizibilidades, ou seja, são feitos de uma combinação de maneiras de dizer e de formas de ver.

Uma “época” não preexiste aos enunciados que a exprimem, nem às visibilidades que a preenchem. São os dois aspectos essenciais: por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. (DELEUZE, 2005, p. 58)

Deleuze (2005) afirma que no livro “A arqueologia do saber”, Foucault propunha uma firme distinção entre duas espécies de formações: as discursivas, ou de enunciados, e as não-discursivas, ou de meios. Para Deleuze (2005), Foucault contenta-se em indicar as formas não-discursivas negativamente porque estava ocupado em definir a forma dos enunciados. Em “Vigiar e punir”, entretanto, Foucault dá um novo passo na medida em que toma a prisão como uma formação de meio, em que o conteúdo é o prisioneiro e a delinquência, a forma de expressão, ou seja, a formação de enunciado. Essas duas formas são heterogêneas, pois o Direito Penal diz respeito ao enunciável em matéria criminal, por ser uma família de enunciados e um regime de linguagem que classifica e traduz as infrações, que calcula as penas, entre outras coisas. A prisão, por sua vez, diz respeito ao visível, pois ela própria constitui uma visibilidade. Porém, “[...] as duas formas não param de entrar em contato, insinuando-se uma dentro da outra, cada uma arrancando um segmento da outra [...]. Há pressuposição recíproca entre as duas formas. E no entanto não há forma comum, não há conformidade, nem mesmo correspondência” (DELEUZE, 2005, p. 42-43).

Partindo de Foucault, Deleuze (2005) coloca que o saber é o entrelaçamento entre o visível e o enunciável, por ser o poder sua causa pressuposta, mas, ao mesmo tempo, por

implicar o saber como a diferenciação sem a qual ele não passaria ao ato. Nas palavras de Deleuze,

Todo saber vai de um visível a um enunciável, e inversamente; todavia não há forma comum totalizante, nem mesmo de conformidade ou de correspondência biunívoca. Há apenas uma relação de forças que age transversalmente e que encontra na dualidade das formas a condição para sua própria ação, para sua própria atualização. (DELEUZE, 2005, p. 48)

Deleuze, ao analisar o pensamento foucaultiano, afirma que, se em “A arqueologia do saber”, Foucault concede um primado radical ao enunciado e situa as formações não-discursivas em um espaço que é o de apenas complementar um campo de enunciados, contudo, Foucault diz que há relações discursivas entre o enunciado discursivo e o não-discursivo. Por outro lado, Foucault nunca afirmou que o não-discursivo seja redutível a um enunciado. Para ele, na verdade, o enunciado tem o primado, mas isso não quer dizer redução. As visibilidades permanecerão sempre irredutíveis aos enunciados (DELEUZE, 2005). Nas palavras de Deleuze,

[...] o primado dos enunciados jamais impedirá a irredutibilidade histórica do visível, pelo contrário. O enunciado só tem primado porque o visível tem suas próprias leis e uma autonomia que o põe em relação com o dominante, com a heautonomia do enunciado. É porque o enunciado tem primado que o visível lhe opõe sua forma própria, que se deixará determinar sem se deixar reduzir. (DELEUZE, 2005, p. 59)

Deleuze (2005) também entende que, para Foucault, o saber é constituído por práticas discursivas de enunciados e práticas não-discursivas de visibilidades, pois tal saber não é tido como ciência, já que está atravessado não só por um limiar de cientificidade (mas também de etização, estetização, politização, entre outros) e não está separado da experiência perceptiva ou dos valores imaginários, das idéias da época ou dos dados da opinião corrente. Ele afirma, ainda, que “o saber é a unidade de estrato que se distribui em diferentes limiares, o próprio estrato existindo apenas como empilhamento desses limiares sob orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma” (DELEUZE, 2005, p. 61).

Assim como os enunciados não são nenhuma das unidades linguísticas (significantes, palavras, frases, proposições ou atos de linguagem), mas “uma função que cruza as diversas unidades”, as visibilidades não se confundem com os elementos visuais. Assim como é preciso rachar e abrir as palavras, as frases e as proposições, também é preciso rachar as

coisas e a vista para extrair delas as possibilidades de cada estrato, a fim de extrair delas os enunciados (DELEUZE, 2005).

Ver dessa forma os enunciados e as visibilidades implica, no entanto, pensar que existem locutoræs e destinatári@s variáveis segundo os regimes e as condições, e que essas são variáveis do próprio enunciado que dependem das condições que o definem enquanto função. Quer dizer, não existe *a priori* um sujeito da enunciação. Ele próprio é uma variável do enunciado na medida em que é um lugar, uma posição, que varia segundo o tipo, segundo o limiar do enunciado.

Assim como não existe um mundo a respeito do qual nos é permitido falar, também não existe um mundo onde as coisas visíveis emanam um sentido que só precisaria emergir. “A condição à qual a visibilidade se refere não é, entretanto, a maneira de ver de um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade” (DELEUZE, 2005, p. 66).

Berger (1999, p. 10) diz que “a maneira como vemos as coisas é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos”. Também traz a idéia sobre o olhar ser um “ato de escolha”, a partir do qual “aquilo que vemos é trazido para o âmbito do nosso alcance”.

Duas fotografias produzidas para as oficinas de fotografia coordenadas por Renata Ghisleni de Oliveira, das quais também fiz parte, trazem o ordenamento de gênero através de uma prescrição em que meninos devem usar a cor azul e meninas devem usar a cor rosa.



A fala de um dos integrantes do G8-G, em uma das oficinas de fotografia, nos dá um exemplo de que o que vemos é afetado pelo que acreditamos quando diz: “algumas fotos ganham significado em cima de nosso próprio preconceito, porque as fotos sobre as roupinhas

de bebê, por exemplo, todas separadas em rosa e azul... Só compreendemos o que ali está posto porque nós achamos que azul é para homem e rosa é para mulher” (Diário de pesquisa, 27/11/2009).

Para Deleuze (2005), da mesma forma que os enunciados são inseparáveis dos regimes, as visibilidades são inseparáveis das funções que fazem vermos alguma coisa, que colocam sob as luzes, fazendo surgir as visibilidades. Tais visibilidades não são, então, nem atos de um sujeito vidente, nem os dados de um sentido visual, “não se definem pela visão, mas são complexos de ações e de paixões, de ações e de reações, de complexos multissensoriais que vêm à luz” (DELEUZE, 2005, p. 68).

O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado. (DELEUZE, 2005, p. 68)

Sendo assim, a “verdade” é inseparável do processo que a estabelece e não se define por uma correspondência entre o ver e o falar, pois não há encadeamento indo do visível ao enunciado ou do enunciado ao visível, “mas há um perpétuo reencadeamento sobre a ruptura irracional ou por sobre o interstício. É nesse sentido que o visível e o enunciado formam um estrato, mas sempre atravessado, constituído por uma fissura central arqueológica [...]” (DELEUZE, 2005, p. 74).

Deleuze (2005) se pergunta, então, como a não-relação é relação e o que Foucault quis dizer quando afirmou que não há encadeamento entre visível e enunciável, mas que entre eles há toda uma série de entrecruzamentos. Para Deleuze (2005), Foucault quis dizer que não há isomorfismo, uma forma comum, entre o ver e o falar, entre o visível e o enunciável, mas há insinuação das formas umas sobre as outras, “como numa batalha”. Deleuze conclui, ao afirmar que “é, então, entre o visível e sua condição que os enunciados se infiltram um no outro. [...] É entre o enunciado e sua condição que as visibilidades se insinuam [...]” (DELEUZE, 2005, p. 75).

Falar e ver *ao mesmo tempo*, embora não sejam a mesma coisa, embora não se fale do que se vê e não se veja aquilo de que se fala. Mas os dois compõem o estrato e, de um estrato a outro, se transformam ao mesmo tempo (ainda que não segundo as mesmas regras). (DELEUZE, 2005, p. 75-76, grifo do autor)

Deleuze (2005) lança outra questão: que dimensão é essa, para além do estrato e de suas duas formas (ver e falar), que dá conta tanto da composição estratificada das mesmas, quanto do primado de uma sobre a outra? Pois essa dimensão é a das relações diferenciais de poder, cujos dois aspectos da força ou duas espécies de afetos são a capacidade de afetar e de ser afetado. Ver e falar derivam das relações de poder e encontram nelas suas “condições internas”. E o enunciado, enquanto aquilo que efetua ou atualiza as relações de forças, em uma curva, a curva-enunciado, é aquilo que “integra na linguagem a intensidade dos afetos, as relações diferenciais de forças, as singularidades de poder (potencialidades)” (DELEUZE, 2005, p. 87). No entanto, as visibilidades também integram as relações de forças, na luz, que é sua forma receptiva de integração.

E a relação das duas formas no seio de sua “não-relação” consistirá nas suas respectivas maneiras de fixar relações de forças instáveis, localizar e globalizar difusões, regularizar pontos singulares. Pois as visibilidades, por sua vez, à luz das formações históricas, constituem quadros, que são para o visível o que o enunciado é para o dizível ou o legível. (DELEUZE, 2005, p. 87)

E justamente porque o poder, como força informe, não vê e não fala, é que faz ver e falar, pois “o Ver e o Falar sempre estiveram inteiramente presos nas relações de poder que eles supõem e atualizam” (DELEUZE, 2005, p. 89).

Qual o lugar, então, das fotografias nas linhas de visibilidade? Para Tittoni (2009, p. 16), “a discussão sobre a fotografia, assim, encontra-se imersa na discussão sobre o poder e os modos de subjetivação contemporâneos. Mostra, ao mesmo tempo, linhas de visibilidade e enunciação e potencializa fluxos de produção de resistência e de criação”.

Assim como determinadas condições históricas criam a fotografia, a fotografia cria modos de ver (BERGER, 1999). A “ética do ver”, conceito cunhado por Susan Sontag (2004, p. 13), traz a idéia de que as fotografias, por fazerem parte de outro código visual, “ampliam as nossas noções do que vale a pena olhar e do que pode ser observado”. Para essa autora, ser educado por fotografias faz uma diferença em relação a ser educado por outras imagens mais antigas e artesanais. Para ela, faz diferença também a quantidade de imagens em que estamos imersos, pois “a insaciabilidade do olhar fotográfico” altera o nosso “estar no mundo”.

As afirmações de Susan Sontag fazem pensar que o ver é fruto de uma construção social e histórica que permite visibilizar algumas coisas e que outras tantas ficam invisíveis ao olhar por não encontrarem um sentido possível. Construção histórica e social porque a própria invenção da câmera fotográfica e toda tecnologia dela decorrente influenciam sob medida as possibilidades de olhar.

A reproduzibilidade trazida pela fotografia lança a imagem em outro estatuto. As imagens se multiplicam e tomam o cotidiano e, assim, influenciam as percepções humanas. O próprio olhar através do aparelho fotográfico também altera o estatuto da imagem vista, porque o sujeito que pode ver através de uma câmera não é o mesmo que vê sem tal recurso, já que ele está em outro lugar. Para Benjamin (1994, p. 94), “a natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é outra [...]”.

Para Flusser (2002), a câmera fotográfica e a fotografia são expressões materiais de uma época, objeto pós-industrial que tem seu valor transferido do objeto (câmera fotográfica ou fotografia) para a informação que transmite, estando o olhar marcado por tais condições sócio-históricas e técnicas. Essa idéia também está presente em Berger (1999, p. 20), quando diz que “a invenção da câmera mudou a maneira como o homem via. O visível passou a significar algo diferente para ele”.

Flusser (2002) diz que a imersão no universo fotográfico, de constante flutuação, no qual uma fotografia é rapidamente substituída por outra, habitua-nos à constante mudança. A justificativa para isso seria a invenção do aparelho fotográfico, evento este responsável pelo abandono da “estrutura do deslizamento linear, próprio dos textos, para assumir a estrutura de saltar quântico” (FLUSSER, 2002, p. 67). Para ele, “estar no universo fotográfico implica viver, conhecer, valorar e agir em função de fotografias” (FLUSSER, 2002, p. 66).

Flusser, ao imaginar uma possível crítica de supervalorização da fotografia, salienta que o homem inventa os instrumentos a partir de seu próprio corpo enquanto modelo e toma, então, o instrumento como modelo do mundo. Para este autor, a fotografia, no momento em que “passa a ser modelo de pensamento, muda a própria estrutura da existência, do mundo e da sociedade” (FLUSSER, 2002, p. 72). Sendo assim, “[...] a filosofia da fotografia trata de recolocar o problema da liberdade em parâmetros inteiramente novos” (FLUSSER, 2002, p. 73). Isso se dá porque @ fotógraf@ é aquela cujo pensamento e desejo têm caráter de

mosaico, ela alimenta aparelhos e por eles é alimentada; o fotógrafo ainda é livre, pois tem a liberdade de “jogar contra o aparelho” (FLUSSER, 2002, p 75). Tal liberdade é possível, apesar dela viver o totalitarismo de um aparelho em miniatura, que programa seus gestos, trabalha em seu lugar, brinca com símbolos, despreza o objeto para se concentrar sobre a informação. Ela se depara, então, diante da possibilidade de “viver livremente num mundo programado por aparelhos” (FLUSSER, 2002, p. 76), sendo esta a única revolução ainda possível, um caminho de liberdade.

Tomamos de empréstimo o termo cunhado por Sontag (2004) e o confrontamos à luz dos conhecimentos trazidos por Foucault (2006a, 2006d, 2006e, 2009a) sobre ética. Pautamos o presente estudo pela “ética do ver”, que diz respeito ao que é possível ver, às condições de possibilidade para que algo seja visto (ou não) e a que produções de sentido advêm da reflexão sobre as visibilidades e as invisibilidades. Essa ética está posta em questão durante todo o processo de pesquisa e busca refletir sobre a temática da prática de assessoria jurídica universitária em direitos de gênero.

O uso da fotografia, nesse contexto, se opõe à ideia cientificista da imagem como réplica do real e se aproxima da ideia da fotografia como um instrumento de produção de sentidos que envolve uma processualidade. Sendo assim, não é só o produto fotografia que importa, mas, sim, o viver em um mundo fotográfico, o estar fotógrafo, o fotografar, o ver a fotografia, o expô-la, assim como todos os sentidos produzidos a partir daí. Tais elementos podem implicar, inclusive, o que não foi fotografado.

Dubois (1993) traz uma importante conceituação ao falar do “ato fotográfico”, afirmando que é impossível pensar a fotografia fora de seu contexto constitutivo. Esse autor ultrapassa a separação tradicional entre o produto, a fotografia, e o processo ou o ato que gerou a imagem fotográfica. Dubois (1993) também se coloca no que chama de terceiro momento ou terceiro discurso sobre a fotografia, cuja posição é tida pelo autor como inseparável de sua experiência referencial, afirmando uma existência. A fotografia se colocaria, então, como índice, para depois se postar como ícone (tornar-se parecida) e, finalmente, se colocar como símbolo (adquirir sentido). Ainda para o mesmo autor, a fotografia atesta, serve de testemunho de existência, mas não de sentido. O autor nos diz que as fotografias “não têm significação nelas mesmas: seu sentido lhes é exterior e essencialmente determinado por sua relação efetiva com seu objeto e com sua situação de

enunciação” (DUBOIS, 1993, p. 52). Dubois (1993, p. 59) também ressalta que “com a fotografia não nos é mais possível pensar a imagem fora de seu modo constitutivo, fora do que a faz ser como é, estando entendido por um lado que essa ‘gênese’ pode ser tanto um ato de produção propriamente dito (a ‘tomada’) quanto um ato de recepção ou de difusão [...]”.

A intervenção fotográfica, alinhada com o conceito de “ato fotográfico”, não toma apenas o produto fotografia como fundamental, mas todo o processo pelo qual passa o grupo, no que diz respeito à reflexão sobre as visibilidades e dizibilidades e pela compreensão dessas duas formas que não se reduzem uma à outra, mas “batalham entre si”. Assim, tanto o ver quanto o falar do grupo devem ser tomados como relevantes. A fotografia, entretanto, se coloca como fator importante por potencializar a reflexão sobre as visibilidades e por conter a potência de redimensionar o olhar dos sujeitos. Ela os eleva à posição de autores no saber construído sobre a situação fotografada.

Acredita-se que o agenciamento fotógrafo-aparelho auxilia a pensar a condição de sujeito d@ fotograf@ no ato de fotografar e, portanto, abre possibilidades de reflexões acerca de si e das relações com os outros.

Berger (1999) declara que:

Nunca olhamos para uma coisa apenas; estamos sempre olhando para a relação entre as coisas e nós mesmos. Nossa visão está continuamente ativa, continuamente em movimento, continuamente captando coisas num círculo à sua própria volta, constituindo aquilo presente para nós do modo como estamos situados. (BERGER, 1999, p. 11)

Já Oliveira (2007) traz a dimensão reflexiva ligada à “leitura” da própria imagem:

Desconstruindo e reconstruindo a imagem, as articulações micro e macrotextuais são processadas. A leitura passa a ser um processamento das relações, onde a cadeia de significações é remontada, com base em determinadas regras de combinação, selecionadas para construir a imagem, que são os procedimentos relacionais adotados pelo sujeito criador. [...] Em cada texto visual está registrado um discurso, evidenciando uma visão específica, a do seu criador. A imagem mostra a sua visão de mundo, suas relações com o seu contexto, além da sua capacidade de manipulação do código ao qual pertence a imagem. (OLIVEIRA, 2007, p. 50-51)

Tittoni e Maurenente (2007) afirmam que a intervenção fotográfica potencializa a problematização das produções de realidade através de produções fotográficas. Tittoni (2009), por sua vez, aponta para a intervenção fotográfica como uma possibilidade de aprimorar tecnologias de intervenção que possam mostrar modos de trabalhar invisibilizados pelas normas e padronizações, por poderem agenciar novos modos de subjetivação, para além da forma normativa de ver.

Silva (2008, p. 41) também assegura que:

A fotografia, o fotografar e os sentidos deste processo, viabilizam, dessa forma, desacomodar esta forma de olhar normativa e busca inscrever os sujeitos em outras possibilidades e redes discursivas. Percorrer este espaço em que o olhar inscreve o sujeito no ato de fotografar, possibilitando a problematização dos discursos instituídos pela ética do ver pode, nesta medida, colocar a fotografia como um disparador de processos de produção de subjetividades, e como condição de possibilidade de invenção de si e de diferentes possibilidades de existência.

Nesse estudo, vivenciar a processualidade da intervenção fotográfica convocaria @s participantes do G8-G a uma reflexão a respeito de suas próprias experiências e do lugar do trabalho de assessoria jurídica em suas vidas. Sendo assim, a intervenção fotográfica não incide apenas no ver e no dizer. Ela se constitui “como uma possibilidade de intervir nos modos de **viver**, partindo-se de uma concepção estética da própria vida” (DIAS, Lúcia R. R., 2010, p. 3).

Para Molon (2007), Vygotsky é um autor que traz tal dimensão estética para a própria vida, “[...] o que não significa o adorno nem o artificialismo da vida, mas sim a elaboração criadora da realidade”. A vida é tomada como “um sistema de criação, tensão e superação, encontro e desencontro, conflito e contradição” (MOLON in ZANELLA e outr@s, 2007, p. 128). Nas palavras de Zanella (2010), Vygotsky também aponta a atividade criadora como caracteristicamente humana e como toda atividade que objetiva algo novo, visto que, ao criar, o sujeito transforma a realidade ao mesmo tempo em que transforma a si próprio (ZANELLA e outr@s, in ZANELLA e MEHEIRIE, 2010, p. 14).

Zanella (2007) ainda nos ajuda a pensar na troca de olhares como provocador de movimentos e de novos sentidos que, para Dias (2010), compõem o **viver**.

Os olhares que se encontram e se expõem a trocas, necessariamente produzem movimentos de historicidade, pois por um lado há um sujeito que se depara com um cabedal imenso de riquezas simbólicas, conhecimentos habitando olhares e, por outro lado, há neste próprio olhar nuances que também são provocadoras de movimento. Porque do encontro de olhares brotam sentidos diversos que negociam saberes que se movem por e movem a cultura, historicizando-a. (ZANELLA e outr@s In ZANELLA e outr@s, 2007, p. 173)

Ainda para Dias (2010, p. 11), “a experiência de reflexão sobre imagens, inseridas no contexto da intervenção fotográfica, e, portanto, que parte do conceito foucaultiano de ‘experiência de si’ (FOUCAULT, 2009; FOUCAULT, 2006b) como os modos de reconhecer-se, como aquilo do qual se sai transformado, recoloca o sujeito em relação ao **viver**.”

A experiência da intervenção fotográfica e os processos de ver, produzir e refletir sobre fotografias nela abarcada possibilita que os sujeitos ampliem seus modos de **viver**, ao produzir uma multiplicidade de sentidos e ao transformar a si próprios nesse processo. Através dessa experiência, os sujeitos operam sobre sua própria vida como uma obra de arte, na qual o **viver** está pautado pela reflexão e escolha de seus próprios atos, ou seja, por um movimento ético.

No G8-G, a intervenção fotográfica se deu com a participação de um advogado e duas advogadas, uma monitora e um monitor (que também desempenham o trabalho de assistentes), cinco assistentes, um estudante de Psicologia bolsista de iniciação científica, uma estudante de ciências sociais, um psicólogo e uma psicóloga-pesquisadora.

Além da ferramenta do acompanhamento, ocorrido entre agosto de 2009 e novembro de 2010, foram realizadas quatro oficinas de fotografia. As oficinas emergiram de uma necessidade de melhor trabalhar as visibilidades e invisibilidades que circulavam pelo grupo e tiveram como foco uma temática que estava presente constantemente nas discussões. Essa temática dizia respeito ao próprio funcionamento do G8-G: as mudanças pelas quais vinha passando e as consequências sobre o próprio grupo e seu trabalho. Com base nisso, sugeri que a temática fotografada fosse o “processo do grupo”. A temática foi aceita e, então, o grupo iniciou a produção individual de fotografias, que foram remetidas para mim por e-mail para serem, posteriormente, discutidas nas oficinas de fotografia previamente marcadas.

O acompanhamento foi feito principalmente nas reuniões semanais do G8-G, divididas

entre um primeiro momento de discussão, cuja pauta contemplava assuntos diversos relativos à estruturação, planejamento e avaliação dos trabalhos do grupo, assim como também a questões relativas ao funcionamento do SAJU-UFRGS como um todo. No segundo momento, a reunião se dividia ora em debates sobre textos cujas temáticas fossem de interesse do grupo, ora na discussão de casos atendidos na assistência jurídica.

Além das reuniões, minha participação se deu também nas atividades de assessoria junto à comunidade acadêmica; em reuniões junto aos movimentos sociais; em visitas a organizações que trabalham com a temática da violência doméstica, direitos da mulher e direitos LGBT; bem como nas atividades junto à comunidade em geral.

Em relação ao serviço de assistência jurídica, minha participação se deu através dos debates e discussões ocorridos nas reuniões do G8-G, mas não presencialmente nos atendimentos, em função do foco da pesquisa.

Cabe salientar que todo esse processo de trabalho junto ao grupo fez parte da pesquisa pautada na intervenção fotográfica, trabalho de igual importância às oficinas de fotografia. O diário de pesquisa também foi um importante instrumento metodológico, uma vez que compôs as análises dos processos do G8-G.

Como já posto anteriormente, a intervenção fotográfica tem como ferramentas de pesquisa o próprio acompanhamento do grupo, o diário de pesquisa e as oficinas de fotografia. Tal ideia acompanha o pensamento de Deleuze (2005), ao citar Foucault e tratar a imagem e o texto como não redutíveis um ao outro, porém com entrecruzamentos. Em outras palavras, uma “batalha” entre ditos e imagens.

Assim, na reflexão a seguir sobre a assessoria jurídica universitária enquanto estética da amizade são trabalhados alguns extratos do diário de pesquisa, frases enunciadas pelos integrantes do G8-G, minhas análises e imagens produzidas. Cada capítulo inicia com uma narrativa fotográfica em folhas avulsas, que podem ser movimentadas ao longo da leitura do texto que vem a seguir. Dessa forma, tanto as imagens quanto o texto podem ser lidos de forma independente, como também o texto e as imagens podem se entrecruzar (FOUCAULT, 2011), sendo lidos “em batalha” (DELEUZE, 2005), à medida que o leitor for lendo o texto e olhando as imagens. Sugerimos que ambos sejam feitos para que se possa tanto experimentar

“a fala cega” e “a visão muda”, quanto “os ataques” feitos entre texto e imagens (DELEUZE, 2005, p. 74-75).

1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15



16



17



18



19



20



21



22



23



24



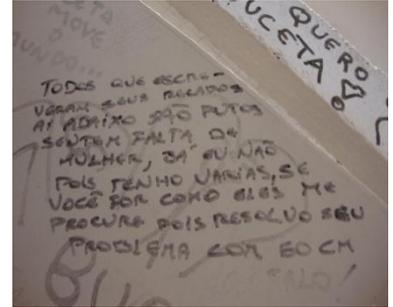
25



26



27



28



29



30



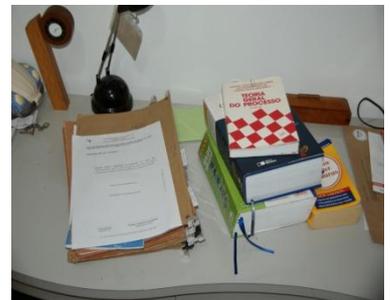
31



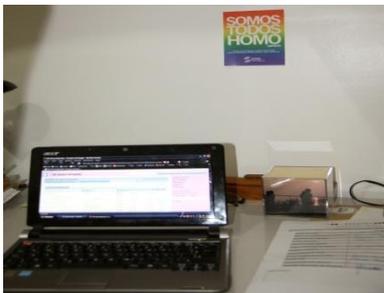
32



33



34



35



36



37



38



39



40



41



5 O FLUXO G8-G E OS MOVIMENTOS DA ASSESSORIA, DO GÊNERO E DAS DISCIPLINAS

5.1 O que se fez possível ver no G8-G

Nas oficinas de fotografia, inúmeros assuntos entram em debate e refletem visibilidades e dizibilidades a respeito do processo do grupo. Exponho abaixo uma síntese de cada uma delas.

Cabe salientar que foi discutida, em reunião anterior às oficinas de fotografia propriamente ditas, a necessidade ou não da realização de oficina de sensibilização. O grupo acreditou não ser necessária, já que as imagens fizeram parte de inúmeros trabalhos realizados ao longo do tempo de acompanhamento, bem como em 2009, por ocasião das oficinas coordenadas pela mestrandia Renata Ghisleni de Oliveira.

A primeira oficina de fotografia ocorreu dia 17/09/2010, teve a duração de 44 minutos e se iniciou com a discussão sobre as dificuldades em se fotografar o tema acordado. Sobrevém, por exemplo, a discussão sobre as diferenças entre olhar fotos e produzi-las. Exemplos disso são: a dificuldade de se inserir o tema em imagem, dificuldades técnicas relativas ao manuseio da câmera ou do celular (acesso ao equipamento, carregamento de bateria, transferência das imagens para o computador, etc.), bem como falta de uma oficina de sensibilização para integrantes ingressos no ano de 2010. Também entra em questão uma reflexão sobre o tempo necessário para o grupo discutir todo o material produzido, ao trazer a dimensão fotográfica enquanto “uma parada para pensar”, bem como o fato de as imagens dispararem outras necessidades (como ocorreu em 2009, em exposição das imagens no evento “Portas Abertas”³⁹ promovido pela UFRGS).

O grupo percebe que se colocar no lugar de fotógrafo traz a dúvida sobre “o que é do grupo e o que é de cada integrante”, o que evidencia a tensão privado *versus* coletivo. Tal tensão é tratada por Dani, ao afirmar que devemos nos “desfazer da ilusão da representação, de achar que temos que representar o grupo, porque, na verdade, é um processo que está se

³⁹ Evento anual, promovido pela UFRGS, no qual as faculdades abrem suas portas para a comunidade participar de inúmeras atividades como palestras, apresentação de trabalhos, exposições, oficinas, e que tem por objetivo informar a comunidade sobre os cursos disponíveis na universidade, bem como possibilitar o contato dos vestibulandos com cursos de interesse.

constituindo”. O processo se constitui, portanto, na própria produção e discussão das imagens, o que evidencia a tensão entre a fotografia como representação e a fotografia como produção de sentidos. A tradição da imagem enquanto representação no ambiente da própria universidade é trazida, bem como o estatuto de maior valorização do texto sobre a imagem. Tal ideia lembra a discussão proposta por Flusser (2002) sobre a “textolatria”, na qual a “idolatria” ao texto faz esquecer que “os mesmos não significam o mundo diretamente” e “os conceitos não significam fenômenos, significam idéias” (FLUSSER, 2002, p. 10).

O fazer fotografias, para alguns, traz a vontade de fazer outras porque produzir imagens “faz pensar”, “faz surgir outras imagens” e “reflexões”.

O grupo decide ver as imagens a partir de cada autor. As primeiras imagens são de Armando (fotografias 1, 2 e 3). Elas trazem discussões sobre as leis herdadas, pelo grupo, da construção normativa jurídica e de como existem limites nessas leis que são da ordem da complexidade da vida, com as quais se lida. As discussões também tratam sobre como o grupo procura operar com tal complexidade e com a visão de que a vida das pessoas é muito mais do que um campo de aplicabilidade de leis. Essa forma de operar se encontra ligada a um “amadurecimento” do grupo, bem como ao trabalho “interdisciplinar”. Além disso, as primeiras imagens evocam situações em que o trabalho do G8-G está presente na vida cotidiana dos integrantes, em suas casas e pertences, desacomodando a dicotomia privado-coletivo.

A segunda oficina ocorreu no dia 24/09/2010, com a duração de 2 horas e 10 minutos. Nesta oficina, eu trouxe materiais sobre imagens, com o intuito de suprir a falta da oficina de sensibilização apontada por alguns integrantes. As fotografias de Vik Muniz⁴⁰ (2009), como as abaixo, fizeram com que se retomasse a discussão sobre a fotografia pelo descolamento do lugar de representação da realidade.

1

2

3

⁴⁰ Vik Muniz é um artista plástico brasileiro, radicado em Nova Iorque, que trabalha com experimentação de novas tecnologias e materiais inusitados como açúcar, diamantes, chocolate líquido, material reciclável, brinquedos, entre outros. Possui obras em pequena e grande escala. “Seu processo de trabalho consiste em compor as imagens com os materiais, normalmente instáveis e perecíveis, sobre uma superfície e fotografá-las. Nessas séries, as fotografias, em edições limitadas, são o produto final do trabalho” (In: <<http://www.escriitoridearte.com/Vik-Muniz.asp#biografia>>). Seu site pessoal é: <<http://www.vikmuniz.net/>>.



41

As mesmas imagens trouxeram a discussão sobre a operosidade do processo de produção fotográfica, no qual não está implicada apenas a criatividade, mas um “treinamento” do olhar, estudo e até mesmo trabalho braçal. A discussão sobre fotografia ser arte ou não trouxe inúmeras nuances, entre elas: o próprio estatuto da arte e sua relação com o trabalho; uma postura de que a arte deva ser algo “inútil”; sua relação com a conjuntura de uma sociedade; a arte como instrumento político; a arte como aquilo que transcende sua função objetiva; arte enquanto potência transformadora; e arte em uma dimensão de invenção e de processo. Ainda se falou sobre as diferenças de olhares sobre as coisas, de os pontos de vista possibilitarem diferentes olhares e da mudança de olhar que ocorre ao longo do processo do G8-G. A autora Beatriz Preciado⁴² e sua proposta de desconstrução da categoria gênero foi lembrada nessa oficina.

As fotografias seguintes (fotografias 4 a 7), de Cid, trouxeram a discussão sobre a presença do protagonismo estudantil no SAJU-UFRGS e do movimento, do “sair do SAJU para a rua”. Foi realizada, ainda, uma grande discussão sobre a prática da assistência, a valorização do saber da pessoa que procura o G8-G e a concepção da assistência como processo reflexivo entre advogado, assistente, psicólogo e a pessoa atendida, no sentido de procurar a melhor solução para aquela situação, sem eliminar outras possíveis.

⁴¹ A primeira fotografia é de uma criança que trabalha nos canaviais e a imagem é feita de açúcar. A segunda imagem é do próprio Vik Muniz e é feita a partir do material que resta de folhas perfuradas. A terceira imagem é de um catador de materiais recicláveis, sendo que a imagem é composta com materiais coletados por estes trabalhadores. Estas imagens são encontradas no livro *Vik*, que consta das referências bibliográficas.

⁴² Filósofa espanhola que, inspirada em Foucault, investiga os processos de subjetivação. Estudiosa da teoria de gênero e da Teoria *Queer*.

A imagem do vinho e da água se misturando no copo (fotografia 7) trouxe a discussão sobre a ruptura das dicotomias tanto dos rígidos limites das disciplinas quanto do que é trabalho do G8-G e a vida. A discussão retomou a temática do que faz parte do G8-G e daquilo que é de cada um, mas no sentido de que o grupo transforma cada um, da mesma forma que cada um transforma o grupo.

As imagens de Sofia (fotografias 8 a 11) evocaram o trabalho com a violência doméstica, com aquilo que “está seco” e “parece que está no fim da vida” e de como pode ser transformado pela atuação do grupo que percebe as “flores” e opera no sentido da transformação da vida das mulheres atendidas. No entanto, a dimensão do sofrimento de quem atende também é falada, das ansiedades causadas e da dor produzida. Diversos pontos de vista foram evocados. Refletiu-se também sobre o lugar das mulheres em situação de violência, bem como o lugar de alguns homens que podem ver a agressão não como violência, mas como forma de controle e até de amor. Diz-se da importância de não cristalizar a imagem dos homens na posição de agressores, nem das mulheres na posição de vítimas. Isso provocou a discussão sobre o lugar do grupo no trabalho de assistência e assessoria, sobre proteção e do quanto o próprio Estado ou um trabalho pode se equivocar e tutelar as pessoas. Tal temática remeteu às práticas do próprio grupo entre seus integrantes. Houve uma ampla discussão sobre o lugar das atas, chamadas, registros no trabalho do G8-G e seus reflexos sobre o grupo. Houve, ainda, uma reflexão sobre a forma de trabalho d@s monitoræs e o quanto potencializam o crescimento e a autonomia do grupo ou geram laços de dependência, que impedem o pensar. Viu-se, então, que esses dispositivos administrativos podem tanto funcionar como limites que cerceiam quanto como instrumentos que garantem uma continuidade do trabalho enquanto um registro histórico do mesmo, além de dar um lugar de pertencimento às/aos integrantes.

A imagem do jato d’água diz respeito à profusão de ideias, das várias sugestões que originam um projeto maior.

Ainda falou-se sobre as prescrições do que seriam características femininas ou masculinas presentes em nossa sociedade desde propagandas, caixas de brinquedos, bem como nos próprios brinquedos infantis, o que fez eco às próximas fotografias, as de Luiz (fotografias 12 a 21). Discutiu-se, então, sobre as prescrições presentes desde a infância e das diferenças de subjetivação de gerações que brincaram com determinados brinquedos e não

com outros presentes hoje. Após isso, discutiu-se sobre a heteronormatividade presente em nosso contexto social e sobre a submissão social da mulher, contrapostas pelas imagens que evidenciam as lesbianidades e as relações que fogem da monogamia e das prescrições do casamento heterossexual (fotografias 12 a 21).

As imagens de Alice (fotografias 22 e 23) visibilizaram “um trabalho muito grande” “que é totalmente novo” e que “não existia” quando ela se afastou do grupo para uma viagem de estudos.

As imagens de Ágata (fotografias 24 a 28) propiciaram a discussão sobre o que é produzido em termos de heteronormatividade nos banheiros públicos e que se refletem em seus escritos com conteúdos hetenormativos, prescritivos, homofóbicos e violentos, que trazem a homossexualidade como doença ou problema a ser resolvido.

As próximas fotografias, de Luiza (fotografias 29 e 30) também com jatos d’água, trouxeram a idéia de processo, de algo que está em movimento, que não para e que porta uma intensidade; de algo que se produz no próprio trabalho e nas reuniões. A outra imagem (fotografia 31) diz das fronteiras entre as disciplinas que se fragilizam, que se borram e, por vezes, que se diluem, dando origem a idéias inusitadas e pelas quais não se esperava, um fluxo. Em outras palavras, o habitar “entre”, algo que não tem fim porque se trata de “uma coisa que gera outra e que gera outra” de acordo com a fala de Luiz. Porém, ao mesmo tempo, para Dani, a imagem fala da dificuldade de “encaixar” as disciplinas, seus discursos, suas práticas, etc. E enxergar no fluxo d’água “um corpo que se levanta”, ao olhar de Ágata, remete à discussão do sujeito que se produz nesse trabalho. A reunião foi lembrada como espaço de “produção, trocas, embates e criação”. No entanto, a troca, a produção e a criação estão presentes também no trabalho coletivo com outras organizações, na quais se fazem outras formas de criação.

Na primeira imagem de Carlos (fotografia 32) foram vistas as diferenças de olhar dentro do próprio Direito: quem o G8-G vê como público para seu trabalho para o direito empresarial é “invisível”. O grupo refletiu, então, sobre a questão do acesso à justiça, o qual está atravessado por um corte de classe social. O grupo retomou a discussão sobre “o que é do grupo” e “o que não é”, pela dissolução desse limite rígido através da visualização daquilo

que não está dentro do SAJU-UFRGS, mas fora, em sua “vida”, na não-separação entre o profissional e o pessoal (fotografias 33 e 34).

A terceira oficina de fotografia ocorreu no dia 08/10/2010, com a duração de 1 hora e 1 minuto e se iniciou com a retomada das imagens de Carlos. Nas imagens 33 e 34 o grupo viu a subjetivação que o trabalho no G8-G opera em seus integrantes, ao formar um determinado olhar que os acompanha por onde quer que eles venham a passar. A temática das prescrições de como ser mulher também retornou. Ocorreu, ainda, a discussão sobre o casamento gay e a tensão presente nesse tema, inclusive nas organizações de defesa dos direitos LGBT, entre a defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a crítica à adesão ao casamento, como uma ideia pautada por uma lógica conservadora e prescritiva; “o que faz com que a ABGLT [Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais] tenha optado pela defesa do PL 122, de criminalização da homofobia”, nas palavras de Ágata. Nesse mesmo debate, foram revistos os argumentos contra a união entre pessoas do mesmo sexo, rotineiramente evocados e calcados na justificativa de ser antinatural. Tal justificativa provocou uma discussão sobre a teoria de Lévi-Strauss, segundo a qual a passagem da natureza à cultura se daria através da filiação, e sobre a influência dessa teoria sobre a psicanálise.

As outras imagens, de Júlia (fotografias 35 a 37), visibilizaram novamente a questão da subjetivação das mulheres e a preocupação com a estética e a beleza, bem como da via de mão dupla que é trabalhar no G8-G, pois aquilo que seus integrantes trazem para o grupo e aquilo que seus integrantes levam do grupo é que os constitui, nesses movimentos. Também emergiu a questão do crescimento do trabalho do grupo e sua preocupação em ampliar a temática para a defesa dos direitos LGBT, ao expressá-la em seus materiais de divulgação (fotografia 38). Olhar para o grupo trouxe a preocupação de como @s assistentes novos se sentem em relação ao trabalho, tendo em vista as inúmeras mudanças que transcorreram em um curto espaço de tempo e o acúmulo de atividades. Debateu-se também a acolhida de novos membros, o repasse do trabalho em andamento, a apropriação dos conhecimentos teóricos importantes para o trabalho, bem como a manutenção do trabalho diante da considerável troca de participantes no final de cada ano, além de sugestões de como contornar tais dificuldades. Falou-se, ainda, das transformações que o trabalho do G8-G opera sobre as pessoas que dele participam, da importância da própria temática nesse processo e do próprio processo de trabalho do grupo que prioriza a discussão e a resolução grupal sobre as decisões a serem

tomadas. Essa modificação se dá desde a fala d@s integrantes como de suas posturas e vivências. A linguagem se sobressaiu nessa discussão e trouxe a reflexão sobre a escrita e a fala d@s integrantes e o uso do universal masculino no SAJU-UFRGS. Trouxe também a dificuldade de uso da flexão de gênero em nossa linguagem escrita e falada, a falta de hábito de uso desta flexão e o quanto sua falta produz uma invisibilidade das mulheres na história e no discurso da ciência.

A quarta oficina de fotografia ocorreu no dia 15/10/2010 e teve a duração de 1 hora e 13 minutos. Nessa oficina, o grupo fez a reflexão sobre o que fazer com as fotografias. Nessa reunião emergiu, primeiramente, a idéia de compor uma narrativa não-linear, em rede, com muitas conexões, “como um mapa hidrográfico”, nas palavras de Cid. Porém, a discussão se voltou para as diferenças entre os escritos dos banheiros masculinos e femininos. Diversas ideias, no sentido de fazer as fotografias circularem pela cidade, foram pensadas. Nessa discussão surgiu uma tensão recorrente entre ter o controle do que as fotografias iriam suscitar nas pessoas e o fato de que isso não seria possível em uma intervenção urbana cujo objetivo seria o de fazer as pessoas se incomodarem e pensar. Emergiu a intenção de desacomodar os olhares das pessoas que viessem a entrar em contato com as imagens, tendo em vista “o poder das pequenas coisas e das visibilidades e invisibilidades”, conforme colocado por Ágata. Surgiu, então, a ideia de realizar uma intervenção em banheiros públicos, mas com a consciência de que algumas imagens só fariam sentido para o próprio grupo. A ideia dos banheiros surgiu a partir da posição de Beatriz Preciado de que os banheiros são “máquinas produtoras de gênero” e que “existe um grande controle dentro dos mesmos” como disse Ágata. Os banheiros abalam a lógica da separação público-privado, bem como estão tensionados entre ser um espaço de liberdade e de controle ao mesmo tempo. O fato de o banheiro ser considerado um espaço de intenso controle faz com que dentro dele operem resistências. A intervenção consistiria em afixar imagens em uma folha de papel em branco, juntamente com uma caneta, o que provocaria a escrita a respeito das imagens. Uma tentativa de retorno sobre o que as imagens viriam a provocar nas pessoas poderia ser obtida através de um acompanhamento das produções que seriam fotografadas pel@s integrantes que as teriam afixado. Os locais poderiam ser banheiros de bares e restaurantes, da própria universidade ou shoppings. Em alguns deles era prevista a breve permanência da intervenção, tendo em vista que os próprios funcionários dos locais possivelmente as retirariam. De qualquer forma, o grupo consideraria que retirar as fotografias do local também é uma reação à provocação das imagens. As imagens também seriam utilizadas em uma oficina para jovens, bem como em

outros trabalhos futuros, como exposições, oficinas etc. A autoria individual se diluiria, já que a produção das imagens é vista como possível através do grupo e pertencente ao grupo. As imagens também estariam disponíveis para qualquer trabalho que o grupo G8-G viesse a planejar, sem a necessidade de um pedido de autorização para quem clicou a câmera fotográfica.

1



2



3



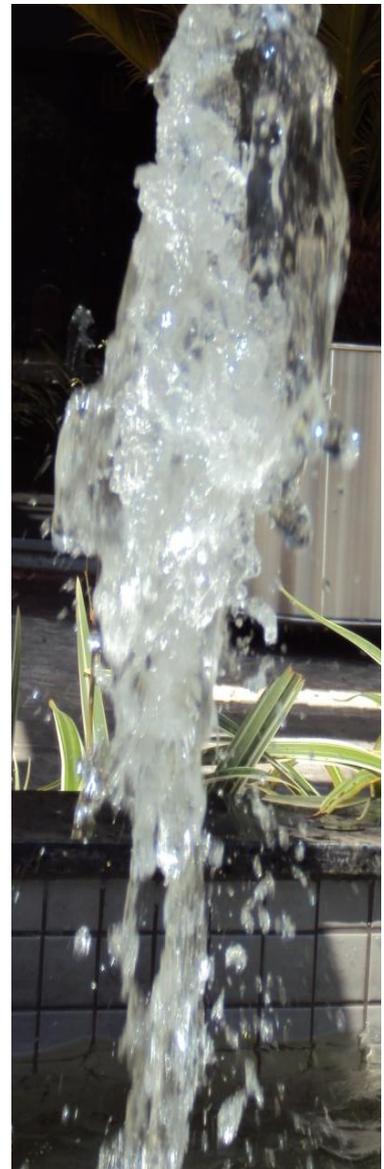
4



5



6



7



8



5.2 O G8-G como um jorro d'água... Ou os movimentos de um fluxo

A imagem aparece como produção da análise dos movimentos e do processo do grupo, ao se considerar que esse processo funciona como potencializador da estética da amizade, na medida em que faz circular os elementos que definem ou redefinem as posições dos sujeitos. Tais elementos são a tensão assistência-assessoria, a categoria gênero e o alargamento dos limites das disciplinas.

Uma imagem mental se coloca, para mim, como um disparador para a compreensão do grupo através da idéia de fluxo, como se percebe no recorte de meu diário de pesquisa transcrito a seguir:

“Depois de conversar com a Jaque sobre o que eu escreveria sobre o G8-G, saio com outra imagem na cabeça: a de um jorro d'água, forte e incessante. Acho que isso tem relação com a imagem anterior, em que estou imersa na água, envolta por toda aquela infinidade, mas o engraçado é que na imagem do jorro não sou eu o que vejo, mas talvez o próprio processo do grupo do qual falava. Um processo que ocorre num jorro de idéias, projetos e aberturas que não cessam e abrem para outras infinitas possibilidades de trabalhos e aprendizagens. Mantém-se a mesma sensação de não se poder falar ou escrever sobre a intensidade de tudo o que se processa lá, e fazê-lo seria como que estancar toda água que jorra ou falar de algo que já não é mais o que existe porque já mudou” (Diário de pesquisa, 22/11/2010).

Três palavras podem ser destacadas do recorte de diário de pesquisa exposto acima: grupo, processo e jorro.

Da Primeira delas, “grupo”, parto para circunscrever a visão a partir da qual me é possível falar.

Em seu livro “Grupo: a afirmação de um simulacro”, Barros (2007) nos traz a genealogia dos grupos, ao mostrar a diversidade de concepções que se faz presente no campo da Psicologia. Nesse momento, não se trata de retomar a genealogia tão bem traçada por Barros (2007), mas de situar de que compreensão de grupo se parte. Na verdade, trata-se de dizer que não se refere à concepção dicotômica indivíduo *versus* sociedade expressa na concepção de grupo enquanto um conjunto de pessoas ou do grupo como um intermediário entre o indivíduo e a sociedade. É uma visão na qual “o grupo não é um dado, é uma construção, desenho que se configura a cada situação” (BARROS, 2007, p. 259).

Grupo se coaduna aqui, então, com o conceito de coletivo exposto por Barros (2007), uma vez que coletivo tem o caráter de multiplicidade e polivocidade, no qual:

Coletivo não é, portanto, somatório de pessoas previamente individualizadas, nem tampouco massa previamente homogeneizada e indiferenciada. O coletivo é impessoal, nele se formam agenciamentos de enunciação, que comportam virtualidades em via de se atualizar. (BARROS, 2007, p. 283)

Para Guattari (apud Barros, 2007, p. 284), o coletivo é uma multiplicidade que está para além do indivíduo e aquém da pessoa, o que revela mais uma lógica dos “afetos” do que uma lógica de “conjuntos bem circunstanciados”. Nessa concepção, o grupo é o “entre”, encontro no qual não encontramos unidades, mas devires. O grupo “entre” não é o lugar de transformação de um conjunto de pessoas a partir das representações internas que cada um possa construir sobre o outro, nem é garantir que o todo seja mais do que a soma das partes ou que se coloque como espaço que sirva de ressonâncias de fantasmas individuais (BARROS, 2007, p. 293). O grupo como “entre” é, na verdade, o devir-grupo que se coloca em relação de movimento e de repouso com zonas ainda não conhecidas que se abrem para a multiplicidade. É também lugar de experimentação que “implica estar em contato com movimentos de **fluxos** de toda natureza, dimensões de existência até então não incluídos naquele território” (BARROS, 2007, p. 300, grifo nosso).

No caso do G8-G, o colocar-se na posição de fotógrafo leva à reflexão do que significa ser um grupo, “o que diz respeito ao grupo”, ao se deslocar de uma idéia de indivíduo (com sua vida privada e particularidades) e de um grupo, à parte, constituído por algumas dessas particularidades. Desfaz-se, então, a idéia de uma divisão entre os sujeitos-indivíduos e o grupo. Helena vivenciou a tensão dessa divisão. Em suas palavras: “Tive vontade de fazer algumas fotos, mas fiquei me perguntando se realmente diziam respeito ao grupo”. À medida que as imagens visibilizam elementos tanto de dentro do espaço do SAJU-UFRGS como de fora, ao entrelaçar visualidades relativas ao trabalho como às vidas dos integrantes, essa divisão vai se diluindo. Ágata diz que pensa nas “milhares de noites que entro madrugada adentro fazendo coisas do G8”. Em suas palavras, diz também: “acho interessante ver pedacinhos da intimidade das pessoas [nas imagens]” e, finalmente, diz que “é levar o grupo para dentro da casa dele, no computador dele, não só aqui”.

Tais comentários mostram um pouco desse movimento de diluição das fronteiras “dentro-fora do grupo” e apontam para o fato de que todas essas vivências subjetivam @s trabalhadoras do G8-G. Nas palavras de uma integrante do grupo:

Luiza: “Fiquei pensando a partir do que a Ágata falou e sobre a temática da oficina, de como levamos as coisas do grupo junto com a gente, não precisa nem ser trabalhando necessariamente, mas o quanto levamos todas as discussões, o que fazemos aqui, o quanto carregamos conosco para onde quer que se vá e o quanto isto nos subjetiva.”

A última frase da última oficina, ao se discutir sobre autoria das fotos e sobre a possível necessidade de consentimento do autor(a) do clique da câmera para uso das fotos, remete à questão do coletivo:

Ágata: O Dani pediu as fotos para usar, hoje, na oficina do “Campo Final”⁴³ [Risos]. E eu cedi. Tem algum problema? Pedi para ele creditar ao grupo.

Luiza: Acho importante creditar.

Luiz: As fotos são do grupo.

Luiza: Como fica se alguém quiser utilizar as fotos de uma pessoa somente?

Cid: Credita ao G8, até porque o pensamento que foi utilizado para se chegar na construção destas fotos foi um pensamento coletivo.

O coletivo que opera dessa forma, que coloca em questão a si mesmo em um movimento de não-identificação com o modo-indivíduo, é um “grupo-dispositivo”, “uma máquina” que se põe a operar, que fabrica outros modos de conexão, outras formas de subjetivação (BARROS, 2007).

O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de criar, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido. O dispositivo tensiona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos. Ele é feito de conexões e ao mesmo tempo produz outras. Tais conexões não obedecem a nenhum plano determinado, elas se fazem num campo de afecção onde as partes podem se juntar a outras sem com isso fazer um todo. (BARROS, 1998, p. 189)

⁴³ A pessoa em questão se refere à “Campanha Ponto Final na Violência contra a Mulher” que, na cidade de Porto Alegre, ocorre na comunidade do Campo da Tuca. Ela sempre comete o lapso de chamar a campanha de “Campo Final”, fato que gerou brincadeiras entre o grupo. Por causa disso, outr@s integrantes passaram a chamá-la assim, provocando risos entre @s colegas.

O grupo-dispositivo tem um caráter ativo e não está no lugar do universal e do invariável; é um “composto”, um “emaranhado de linhas” (BARROS, 1998, p. 185). Ele faz ver, faz falar e faz ser (RODRIGUES, 1998).

Barros (1998) parte da leitura de Deleuze sobre Foucault para dizer que o dispositivo tem quatro tipos de linhas: as de visibilidade, de enunciação, de força e as de subjetivação. Tais tipos de linhas serão tratados a seguir.

As linhas de visibilidade e as linhas de enunciação são as que o grupo-dispositivo faz ver e faz falar através de determinadas regiões de visibilidade e de campos de dizibilidade. As linhas de força, por sua vez, estão presentes na dimensão do saber-poder, de forças em jogo que naturalizam e desnaturalizam os modos de viver e provocam mudanças, o que leva a estar “*no meio, no entre*, onde não há mais identidades que se sustentem, a não ser a da evidente provisoriade [...] que se põe *aberta às bifurcações divergentes*, que escapam do ‘ou’ que dualiza e se afirma no ‘e’ que multiplica” (BARROS, 1998, p. 187). Finalmente, as linhas de subjetivação geram a produção de subjetividade, “as linhas de modos de existir”.

No grupo-dispositivo, “a dimensão de si não está determinada *a priori*” (BARROS, 1998, p. 188). Barros afirma que o grupo incide exatamente onde a linha subjetivação-indivíduo se faz presente, através das conexões não só entre pessoas diferentes, mas também entre “modos de existencialização diferentes”. Segundo ela, “isto cria um vasto campo de confrontos, de interrogações, que se propagam criando fossos onde antes estava cimentado”. Tais confrontos e interrogações podem ser visualizados nas falas abaixo, retiradas de meu diário de pesquisa:

“Em uma reunião do grupo, dois trabalhadores do G8-G conversam, sendo que um diz: ‘Entre no G8 como um desafio; sabia que iria me defrontar com minha educação machista. Aprendi muito no grupo.’ O outro coloca: ‘Também aprendi muito e, de tudo o que aprendi, tem mais a ver com posturas do que com questões jurídicas, tem a ver com formas diferentes de ver as coisas’.” (Diário de pesquisa, 12/03/2010)

Trata-se de um grupo em processo, segunda palavra ressaltada do extrato de meu diário de pesquisa. Para BARROS (2007), processos são sequências de operações que levam sempre a outras sequências, é uma rede de conexões que não para de se produzir. O acesso a

um processo se dá pelos recortes que fazemos e as problematizações possíveis dizem respeito aos modos como está se operando a produção das conexões (BARROS, 2007, p. 200).

Para Barros (2007), há algo diferente que se passa nos grupos do que se passa em uma relação bipessoal.

No grupo

[...] se estabelecem conexões não apenas entre pessoas diferentes, como também entre modos de existencialização diferentes. Isto cria um vasto campo de confrontos de certezas, de expectativas, de interrogações, que se propagam como ondas sonoras, abrindo fossos onde tudo estava cimentado, fissurando o que estava congelado. (BARROS, 2007, p. 310)

A autora continua, dizendo que “estar frente a outros dispara movimentos inesperados porque é o desconhecido – não só enquanto experiência, como também enquanto modo de experimentar – que passa a percorrer as superfícies dos encontros” (BARROS, 2007, p. 310). Para a mesma autora, a experiência da diferença pode se constituir quando alguém vai se percebendo diferente, mas também quando ocorrem “[...] processos que entram em contato com singularidades não-individuais, em um terreno que não cabem mais dualidades nem intermediários, apenas devires” (BARROS, 2007, p. 313).

Ela diz, ainda, que o trabalho **em** grupo é aquele que aciona a problematização, a “desindividualização” e a experimentação. Sendo assim, subjetividade é sempre elemento de grupo. Coadunando-se com a ideia de ética Foucaultiana, a autora diz que toda escolha é uma história porque “[...] é produzida por um conjunto de forças que faz irromper, em um dado momento, a si mesmo como escolha” (BARROS, 2007, p. 317). Experimentar é alterar os processos hegemônicos de subjetivação existentes e que separam os indivíduos dos movimentos coletivos que os produzem. É também estar a favor dos movimentos de criação em uma via estética que é encontrada quando se aciona a problematização, cria-se problemas, põe-se a pensar e quando se decompõe “verdades” tomadas como naturais e universais.

No G8-G a problematização foi constante. Problematização de seu próprio funcionamento; das consequências de seus trabalhos e de seus “pequenos” atos; das estratégias de visibilização de seu trabalho; da relação com outras organizações; da relação entre monitor e monitora com @s demais trabalhadoras; da ação do monitor e da monitora no grupo; da utilização dos expedientes administrativos como registros de presenças, certificados

e atas de reuniões; das produções de dizibilidades e visibilidades de seus materiais; bem como do tipo de atendimento realizado no local e que efeitos tal atendimento produz.

Nesse grupo de trabalho, os casos atendidos são considerados na sua complexidade e não como uma “demanda jurídica” apenas, ao operar a partir da história de vida de cada pessoa atendida, de sua relação com @s demais implicados na situação e do fluxo do caso na sua complexidade jurídica, subjetiva e sócio-histórica. Morin (1996, p. 55) nomeia como pensamento complexo “[...] um pensamento capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados.” Para esse autor, pensar de forma complexa seria não utilizar os princípios de disjunção, separação e redução ainda muito presentes em nosso mundo e operar através de um “pensamento onde estará sempre presente a dificuldade”. Há complexidade “onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações” (MORIN, 1996b, p. 274).

A busca de soluções para as problemáticas dos sujeitos que procuram tanto o serviço de assistência quanto o serviço de assessoria se dá pela via da complexificação e não da simplificação, como se pode perceber neste extrato de diário de pesquisa que trata de uma reunião:

“Enquanto discutíamos a realização de um manual de gênero para distribuição interna no SAJU, acabamos discutindo sobre como lidar com os casos LGBT que vêm para o G8-G com toda uma trajetória de atendimento em que a pessoa está colocada no lugar da doença (transtorno de personalidade de gênero) e, para acelerar o processo, o advogado tem que entrar nessa lógica. Ágata diz que temos que lidar com vários limites éticos, no qual a pessoa se ‘ofende’ se dissermos que ela não tem o ‘transtorno’ porque já vem de um trabalho de anos assumindo esse lugar. Cid traz um sentimento de estar traíndo o que pensa na medida em que reafirma esse lugar para que a pessoa consiga o que quer, que é a mudança do nome social. Luiza coloca que, como já disse na reunião anterior, a grande questão é poder conversar sobre as possibilidades com a pessoa que nos procura e ela poder optar, se houver essa possibilidade, já que algumas já vêm muito decididas, e colocar o tema para discussão talvez fosse uma violência para esse sujeito. Luiza coloca ainda que talvez não consigamos dar conta dessas coisas na assistência, mas em outros fóruns (de assessoria) como em um grupo de transexuais como a Ágata tinha sugerido anteriormente”. (Diário de pesquisa, 27/08/2010)

O extrato do diário de pesquisa permite perceber que há uma preocupação do grupo com os efeitos sociais que as demandas trazidas podem provocar, bem como com as condições nas quais essas demandas foram criadas, em termos de trajetórias de vida de quem

busca o serviço. Nesse caso, trata-se de problematizar a demanda com quem busca o serviço e não de simplesmente atender a um pedido

A discussão sobre os reflexos da postura d@s trabalhadoras do G8-G perante @s candidat@s a advogad@s e assistentes do G8-G também evoca esse tema, conforme registro em meu diário de pesquisa:

“Ocorre uma discussão sobre uma fala do Carlos na seleção de assistentes para o grupo e se é importante ou não desmanchar a idéia d@s estudantes de que quem entra no G8-G é gay. Carlos, que é visto como gay na faculdade porque usa seu tênis rosa e ‘sustentou’ a idéia (não a desmentiu) na penúltima seleção, resolveu colocar, na última, que muitos integrantes são hetero, para desmanchar a idéia de que ‘não vou entrar naquele grupo porque quem está lá é gay’. Ágata coloca que não acha uma boa ficar expondo a sexualidade d@s integrantes do grupo porque, afinal de contas, ninguém fica se cobrando, no grupo, sobre seu posicionamento. Dani coloca que acha que deixar em suspenso a sexualidade d@s integrantes talvez faça mais efeito de reflexão. Carlos diz que resolveu fazer isto para mexer com esse conceito (o de que quem entra no G8-G é, necessariamente, gay)”. (Diário de pesquisa, 27/08/2010)

Essas problematizações produzidas na experiência junto ao G8-G sugerem pensar o processo do grupo na direção de uma estética da existência, no qual a reflexão entre @s trabalhadoras opera modificações neles próprios, ao ocorrer um movimento ético de uma prática reflexiva. No grupo, a relação consigo e com os outros também se dá através da autocriação, que se desloca dos modos tradicionais em se fazer Direito e se reflete em posições que levam em consideração uma multiplicidade. Dimensão estética da “vida como obra de arte”, que porta a ação que integra o que se diz, com o que se faz e com o que se é.

Poder-se-ia pensar em uma estética da amizade, na qual as práticas reflexivas têm como ponto fundamental os efeitos do trabalho sobre um coletivo, ao se tomar a igualdade e a diferença não como um par binário e contraditório, mas como aspectos que se entrecruzam nas trajetórias individuais das comunidades atendidas, como na fala de Boaventura de Sousa Santos, que diz que se deve “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize” (SANTOS, 2003). Vê-se, então, uma amizade que não nega a utilidade, mas que está para além dela, que é baseada na confiança de que se pode ajudar e ser ajudado. Tal amizade estabelece uma relação de reciprocidade, como diz Foucault (2006c), relação de parceria na qual a pessoa ou comunidade atendida está “ao lado” e não abaixo (PASSETTI, 2003), mantendo sua

autonomia. É, portanto, uma estética da amizade também porque se desloca dos “universalismos de direitos” e busca uma prática que, além de se afastar das prescrições morais de como ser um bom operador ou uma boa operadora da lei, ou psicólogo@ ou cientista social, coloca em questão tanto a multiplicidade de fatores entrelaçados em uma problemática quanto sua própria prática, “desestabilizando verdades” (PASSETTI, 2003).

O seguinte extrato da segunda oficina de fotografia mostra um pouco disso:

Luiza: [...] a gente não se dá conta do quanto se produz coisas diferentes aqui. E também lembro do que o Armando falou de que, outro dia, discutimos e discutimos um caso e quando chegou a hora de atender a pessoa, todo mundo se olhou e ficou aquele silêncio. E alguém disse: “Tá, e aí? Não ficou nada resolvido, né?” e o Armando disse: “Tá, mas a gente está aqui para ajudar a cliente a pensar e não para resolver por ela”.

Esse tipo de pensamento vai em direção a uma amizade como a colocada por Passetti (2003), na qual o amigo está colocado como o melhor inimigo porque o desestabiliza sem visar à destruição. A amizade também mantém a igualdade ao mesmo tempo em que reconhece a diferença. É uma relação de parceria, em que estão presentes tanto as trocas como os embates. Isso pode ser visto na fala de Ágata, descrita abaixo (ao falar das imagens da mesa do SAJU-UFRGS que não puderam ser descarregadas de seu celular, por falta do cabo de transmissão de dados):

[...] acho que uma mesa de reuniões é sempre um espaço muito representativo, de onde se tem as trocas, os embates, as criações; é o lugar de produção. Acho que representa muito de nós e desse processo (do grupo).

Trocas, essas, que se operam num entrecruzamento de muitas idéias e opiniões, presentes nas imagens dos jatos. Sobre isso, abaixo a seguinte conversa:

Júlia: eu pensei na coisa da idéia, de que alguém dá uma sugestão e quando se vê, surge uma idéia.

Armando: a idéia é o jato.

Luiza: Talvez várias idéias que formam uma maior.

Em outro extrato de uma das oficinas de fotografia aparecem as seguintes falas:

Luiza: A (imagem) do jato [...] fiz porque estava muito com a sensação [...] de que o trabalho no grupo jorra, que é algo que se produz. [...] Para mim, tem a ver com intensidade, que está sempre jorrando, que não para e é um movimento forte, uma eclosão [...] e que [...] tem muito a ver com o processo do grupo [...].

Júlia: Dos altos e baixos... Que representam o grupo... Fases que o grupo passa.

Luiza: Gostei mais da imagem da água da outra fotografia (fotografia 29), mas nesta aparece uma planta sobre a água, como se a água viesse e jorrasse e fizesse um movimento de abertura (fotografia 30). [...] Pensei nisso que se produz e que já não é mais da mesma natureza. De novo a coisa de que os efeitos que a gente gera produzem coisas que a gente não vai nem saber que gerou.

Luiz: É sem fim, a gente gera e vão gerar outras.

Estes extratos evocam também a terceira palavra que se destaca do fragmento do diário de pesquisa que é jorro. E o jorro visto na imagem pode ser traduzido pelo termo *fluxo*.

Para Deleuze (1997), fluxo remete a considerar o que é fluído, “é um modelo de devir e de heterogeneidade que se opõe ao estável, ao eterno, ao idêntico, ao constante” (DELEUZE, 2011, p. 19). Seguir o fluxo é itinerar, é ambular (DELEUZE, 1997, p. 92).

Pensar o G8-G enquanto um coletivo em processo, um fluxo, necessita que se parta de uma compreensão da realidade não como algo composto de objetos a serem conhecidos ou decodificados por um sujeito (nesse caso, uma pesquisadora) que venha apreendê-la e posteriormente enunciar uma verdade sobre ela. Poder falar de processo e de jorro (ou de fluxo) implica falar de sujeito e objeto sem dicotomias (BARROS, p. 199).

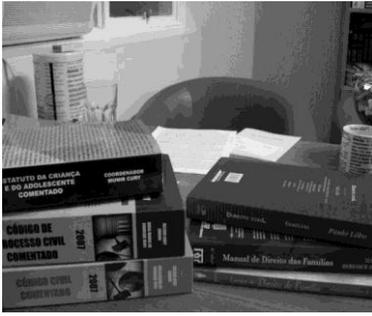
Partindo desse modo de ver é que se faz possível trazer alguns movimentos que compõem o fluxo G8-G. Trata-se daquilo que me foi possível ver a partir da relação estabelecida no grupo, pelo grupo habitar o “entre”, permitir-se “rizomatizar”, ou seja, seguir “[...] uma orientação de proliferação, não por binarização, mas por proliferação. Cada talo, cada haste vai criando uma superfície aberta a torções que os encontros promovam” (BARROS, 2007, p. 291), justamente como Júlia traz em sua imagem (fotografia 40), dos vários “movimentos” e das várias “sensações”.

Os movimentos aqui trazidos – tensão assistência-assessoria, categoria gênero e diversidade de disciplinas – não são categorias analíticas congeladas em si mesmas, mas

podem transversalizar-se nos movimentos e experiências do grupo. Esses movimentos também dizem respeito a encontros e como eles se agenciam. Tais encontros são: encontro com o conceito pós-estruturalista de gênero que coloca em questão as identidades binárias, encontro com a tensão assessoria-assistência e o que advém desse embate e finalmente o encontro com a diversidade de disciplinas que rompe com seus limites. Quanto aos movimentos, eles se colocam como condições de possibilidade no processo de subjetivação d@s trabalhadoras do G8-G. Importa realçar aqui as marcas que advém desses encontros e que produzem subjetivação, visibilizadas pelas imagens (fotografias 7 e 8) que acidentalmente produzo ao mexer nas fotografias produzidas para as oficinas, como expresso neste extrato de meu diário de pesquisa:

“O zoom na borda da letra me faz ver um detalhe que é imperceptível quando se vê a imagem por inteiro. Uma inscrição na borda é o que me parece à primeira vista. Na verdade são as inscrições que estão por trás do papel e que se refletem no espelho, inscrições que não vemos se olhamos apenas por um determinado ângulo, inscrições justamente no “S” que remete a uma pluralidade, a pluralidade de que falo na foto. Inscrições subjetivas, inscrições que são produzidas por um processo de subjetivação em um coletivo, em uma pluralidade de idéias, gestos, ações, pensamentos, trabalhos, estudos... Mas não são somente letras que estão inscritas, imagens também. E essas inscrições, por sua vez, fazem verter, produzem algo que é de outra ordem, um pingo de luz que disso emana.” (Diário de pesquisa, 10/12/2010)

Trata-se de encarar o G8-G como coletivo, grupo-dispositivo e, como diz Rodrigues (1998, p. 195), “desprender-se do instituído conforto das representações macrorreativas para embarcar na deliciosa aventura micro do incessante engendramento processual real”. Trata-se também de buscar compreender que movimentos são esses que incrustam suas marcas no processo de subjetivação d@s trabalhadoras do G8-G (Fotografias 7 e 8).

1⁴⁴

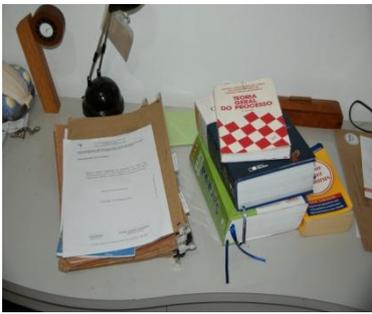
2



3



4



5



6



7



8



9



⁴⁴ Imagem produzida pelo G8-G para as oficinas de fotografia coordenadas por Renata Ghisleni de Oliveira no ano de 2009.

5.3 A assessoria e a assistência jurídica: um campo de tensões

O trabalho de assistência não é fato novo na história do direito. A preocupação com a parte mais desprotegida da população tem registro desde as mais antigas civilizações. Está presente no Código Hamurabi, a mais antiga codificação de leis de que se tem conhecimento. O Código Hamurabi é um monumento talhado em rocha, na Mesopotâmia, por volta de 1.700 a. C., que tem como objetivo a construção de leis “[...] para que o forte não oprima o fraco e para que seja feita justiça à viúva e ao órfão” (ALTAVILA apud PIERRI, 2008, p. 8). No entanto, é na legislação ateniense que a assistência judiciária é positivada. Exemplo disso é que dez advogados eram nomeados a cada ano para exercer a defesa das pessoas sem recursos para tal. No direito romano não se concebia a representação, uma vez que a pessoa deveria falar em direito próprio. No baixo império, com o fortalecimento dos ideais de igualdade e humanidade, é incorporada a possibilidade da representação, através de um advogado, para quem não tivesse recursos para constituí-lo. Na Idade Média, não é mais permitida a defesa gratuita dos mais necessitados. Tal defesa só se revigoreu a partir da Revolução Francesa e foi universalizada através da Declaração do Estado de Virgínia (1776) e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Daí em diante, a assistência no campo judiciário passou a ser adotada por praticamente todas as constituições.

No Brasil, as primeiras manifestações em relação ao assunto datam das Ordenações Filipinas, na época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, e perduraram até a criação do Código Civil, em 1916. Enquanto garantia constitucional, a assistência judiciária gratuita apareceu na Constituição de 1934 (artigo 113, §32), desaparecendo, em seguida, na Constituição de 37, outorgada por Getúlio Vargas na época do Estado Novo, mantida como norma infraconstitucional no Código de Processo Civil de 1939. Na Constituição de 46, que simboliza o retorno do país à democracia, houve o revigoramento desse direito sancionado através do seguinte texto: “o poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados” (artigo 141, § 35).

Como se pode notar, a Constituição de 46, ao determinar que a assistência judiciária seja concedida “na forma da lei”, fez necessária a criação de uma lei que a regulamentasse.

Assim, foi criada a lei 1060/50⁴⁵, quatro anos mais tarde, para fazer esse papel. A Constituição de 67, alterada pela emenda constitucional de 69 (artigo 150, §32), continuou garantindo tal direito, mas manteve a necessidade de uma regulamentação por lei infraconstitucional.

A Constituição de 88⁴⁶ trouxe uma mudança importante tanto ao dispor que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (artigo 5º, caput), como ao garantir que o Estado prestaria assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovassem insuficiência de recursos (inciso LXXIV). Observe-se que aqui não se trata mais de assistência judiciária apenas, mas também de assistência jurídica.

PIERRI (2008) diferencia assistência judiciária de jurídica e ainda de assistência gratuita ou justiça gratuita. Assevera que os próprios textos legislativos dão margem à confusão dos termos que, na verdade, são diferentes. Para esse autor, por assistência gratuita entende-se a gratuidade de todas as custas e despesas judiciais para o correto desenvolvimento do processo. Já a assistência judiciária gratuita é o patrocínio gratuito da causa por um advogado, ou seja, é a defesa do assistido em juízo, oferecida pelo Estado, que pode ser feita por organizações não estatais, conveniadas ou não pelo poder público. Por fim, a assistência jurídica é mais ampla e envolve serviços jurídicos e não jurídicos relacionados ao processo, como orientações individuais ou coletivas, esclarecimentos de dúvidas e programas de informação a toda uma comunidade. Para PIERRI (2008), a própria Lei 1060/50 confunde os termos acima, na medida em que utiliza o termo assistência judiciária, o qual deveria se referir à justiça gratuita. Para ele, a assistência judiciária só está sendo usada corretamente no artigo 1º, nos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º e no artigo 16. Já o artigo 14, parágrafos 1º e 18º utilizam o termo assistência, que é o serviço, enquanto se refere ao prestador de serviço.

Observa-se, então, a partir dos pequenos extratos históricos expostos acima, que as mudanças históricas ao direito de assistência não remetem a uma evolução histórica linear da garantia do direito à assistência jurídica, que já está presente desde a antiguidade até os dias de hoje, mas de uma correlação de forças sociais e políticas que possibilitam que ela esteja presente, ou não, de diferentes formas e com diferentes nuances. Justamente isso coloca em

⁴⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1060.htm.

⁴⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

questão o que significa o “necessitado”, citado pela Constituição de 88, enquanto que a Lei 1060/50, ainda em vigor, por entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), garante que o Estado concederá assistência judiciária aos necessitados nos termos da lei (artigo 1º), considerando necessitado, “todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família” (artigo 2º, parágrafo único). Percebe-se o tensionamento entre @s operador@s do direito na compreensão da Lei 1060/50 em sua articulação com a Constituição de 88. Para alguns (algumas) há o entendimento de que a palavra necessitado não trata de um conceito rígido e não tem correlação direta com o fato de a pessoa não possuir bens. Para est@s, é possível que a pessoa não seja completamente desprovida de recursos materiais e, ainda assim, seja um necessitado jurídico. Outr@s, entretanto, fazem uma leitura do termo necessitado, desde o ponto de vista econômico. Na primeira compreensão, contudo, o patrimônio da pessoa não seria parâmetro para determinar sua condição de necessitado. Não é isso, entretanto, o que se vê, geralmente, na prática da assistência jurídica⁴⁷.

Luz (2008) coloca que ainda há uma grande invisibilidade da temática da assessoria jurídica, que há pouca produção teórica nesse campo, no qual se pode encontrar um número maior de estudos sobre a assistência judiciária. Esse autor enfoca a assessoria jurídica popular como uma prática ancorada na “teoria crítica” ou em uma “Sociologia jurídica crítica”, que tem por base a teoria marxista e que, portanto, demonstra uma preocupação com as classes mais desassistidas, numa busca de “formas emancipatórias de compreensão e de exercício do direito” (LUZ, 2008, p. 1-2). Para tal autor, o trabalho desenvolvido pelos serviços de assessoria universitários seria um importante campo de atuação no ambiente da assessoria jurídica popular, juntamente com o campo da advocacia militante. Ambas foram constituídas e constituintes de um processo histórico ocorrido durante as décadas de 70, 80 e 90, que redundou em uma noção de cidadania participativa e em “novas subjetividades coletivas” (LUZ, 2008, p. 232). As assessorias universitárias teriam, ainda, um importante papel no “rompimento dos padrões do ensino jurídico tradicional” (p. 233).

Citando Campilongo, Luz (2008) coloca que os serviços legais podem ser divididos em tradicionais e inovadores. Os serviços legais tradicionais, no plano do atendimento, seriam

⁴⁷ Os artigos de Pierri (2008) e Sales trazem a discussão a respeito da Lei 1060/50, bem como a repercussão do termo “necessitado” e as diferenças da assistência judiciária, assistência jurídica e justiça gratuita.

aqueles que priorizam os interesses individuais, que mantêm um modelo tradicional de assistência judiciária e que possuem uma orientação paternalista e um apego ao formalismo. O atendimento individualizado traria a marca liberal, com base na qual “o indivíduo é encarado como um ser isolado, dissociado das contradições sociais e históricas do mundo em que vive” (LUZ, 2008, p. 62). O discurso desse tipo de serviço, mesmo que não explícito, estaria ancorado na liberdade individual, ao levar a uma responsabilização individual acerca das questões jurídicas trazidas. Os litígios jurídicos seriam tratados pontualmente e deslocados das múltiplas determinações sociais. Já os serviços inovadores seriam um contraponto dos serviços tradicionais na medida em que procuram se envolver com pautas coletivas, ao romper com o ideário liberal individualista.

No plano do relacionamento, o serviço legal tradicional estaria baseado em um assistencialismo paternalista, que envolve uma preocupação com a situação econômica daquele que procura o serviço. Isso resultaria em uma postura caritativa e condolente daquele que presta o serviço e de uma postura de vitimização e de desarticulação com os membros de sua comunidade, por parte do demandante. Já o trabalho dos serviços inovadores procura substituir essa relação baseada no assistencialismo por uma relação que privilegia o processo de tomada de consciência dos direitos, da capacidade transformadora e do exercício da cidadania. Sendo assim, os serviços inovadores se deslocam da preocupação com os rígidos critérios de pobreza necessários para a adequação às exigências legais que lidam com o conceito de “necessitado”, ao ampliar a conotação econômica para uma conotação de necessidade jurídica.

Luz (2008, p. 66) coloca que o próprio Campilongo, autor da idéia exposta, aponta que essa tipologia está baseada em dicotomias, individual/coletivo e paternalismo/emancipação, que podem levar a “generalizações simplificadoras”.

Luz (2008) traz, então, a leitura proposta por Elaine Junqueira, que compara os serviços modernos e os serviços pós-modernos de assessoria jurídica. Do ponto de vista da matriz organizativa, os serviços modernos trabalham a partir de uma visão de um Estado enquanto instrumento de uma classe dominante. Isso se dá pelo fato de que as demandas devem estar organizadas contra as violências do mesmo, ao circularem no âmbito dos setores produtivos e por estarem envolvidas com os direitos trabalhistas. A filiação discursiva desses serviços tem apoio na metanarrativa marxista, que traz a idéia de emancipação social aliada ao

modelo socialista como orientação política. Nos serviços pós-modernos, há o trabalho com “uma matriz organizacional voltada para identidades particularizadas, subjetividades sociais filtradas por questões específicas, por grupos de serviços particularizados: de mulheres, doentes mentais, crianças etc.” (LUZ, 2008, p. 69). As demandas estão relacionadas às questões de identidade cultural, ao acentuar mais a noção de consumo do que de produção. Já no que diz respeito à filiação discursiva, os serviços pós-modernos apresentam duas posturas: o pós-modernismo cético que se apóia na crise do modelo neo-liberal, no qual há a “descrença na possibilidade de legitimação de um modelo político verdadeiramente democrático” e o pós-modernismo afirmativo, que percebe a crise desse modelo como abrindo “[...] a possibilidade de participação, de afirmação de subjetividades e de organização de grupos até então excluídos da lógica representativa tradicional” (LUZ, 2008, p. 71). Sua orientação política está calcada, portanto, no fortalecimento dos grupos sub-representados.

O trabalho do G8-G se encontra imerso nas discussões que põem em questão a assistência e a assessoria jurídica como contrafluxo ao discurso da assistência judiciária, identificada com o direito “tradicional” e que operam uma tensão nesse campo. Porém, outro tensionamento opera sobre o G8-G e sobre o SAJU-UFRGS como um todo, à medida que também se encontram imersos nas discussões que ou opõem a assessoria jurídica à assistência jurídica ou englobam esta última à primeira, ao colocar a assistência como subproduto menos importante da assessoria, por “tratar-se de uma prática individualizante”.

Assim é que os discursos dos serviços de assessoria moderna e da assessoria pós-moderna, na nomeação de Junqueira (apud LUZ, 2008), circulam pelo SAJU-UFRGS e criam tensões que, muitas vezes, operam como uma divergência irreconciliável entre alguns grupos.

No G8-G, a discussão sobre assistência e assessoria é constante e ocupa muitos momentos das reuniões. Há uma identificação do grupo com autores pós-estruturalistas, que se aproximam da visão dos “serviços pós-modernos”, mas que, ao mesmo tempo, já os questionam no sentido de serem serviços que reforçam movimentos identitários e que, portanto, operariam dentro de uma normatização sociopolítica. Ao invés de embasar seus estudos e trabalhos em autores como Marx e Gramsci, como em alguns grupos de assessoria do SAJU-UFRGS, o G8-G opera através dos conceitos de Foucault (1995). Assim, o grupo procura pensar o poder enquanto “relações de poder”, como algo que não é exercido somente do Estado sobre as comunidades, mas que também está presente em todas as práticas.

Esses outros extratos de meu diário de pesquisa trazem um pouco das preocupações que circulam pelo grupo e sua forma de perceber a assistência e a assessoria:

“Ágata traz uma discussão que perpassa as assembléias do SAJU que fala sobre a divisão entre grupos de assistência e grupos de assessoria (...) como se o trabalho de assistência não fosse um direito da pessoa atendida. Faz-se uma discussão sobre como se deveria denominar essa pessoa atendida, já que não se trata de uma cliente porque o SAJU não é um escritório modelo. [A discussão] Foca o tensionamento entre os termos cliente *versus* assistida *versus* atendida. (...) O projeto Generalizando seria um ‘plus’, não uma predominância sobre a assistência [...]. No conselho, as discussões levam para uma idéia de que a assessoria engloba a assistência, mas também há um receio de que a assessoria diminua a assistência. Com o fato de o projeto expirar no final de 2009 e haver a necessidade de revisão do mesmo e reapresentação, volta a discussão assessoria *versus* assistência. Há um medo de que, ao nomear o grupo como ‘generalizando’, a assistência do jeito que o G8 faz, individualizada, venha a se invisibilizar. [...] Ágata coloca que alguns discursos no país, sobre a assessoria, são negadores da assistência, como se os atendimentos jurídicos gratuitos não pudessem fazer atendimentos individuais, mas somente às comunidades. Entretanto, o G8 não faz a assistência ‘bastantão’, sem pensar. (Surge a questão) ‘Será que o trabalho de assistência do G8 é igual a de outros grupos?’ Ágata acha que não porque tem a Psicologia junto, e a assistência é estruturada, pensada, cuidada, com leitura teórica e se pensa ‘como foi nosso atendimento hoje?’. Tem o grupo de fotografia, que surgiu da assistência, o atendimento é feito na sala e não nos corredores ou no ‘balcão’, e se preocupa com a mediação. Ágata conta que na reunião de final de semana do conselho se falou em assessoria + assistência. Comentamos que, geralmente, a estrutura que se organiza é ‘ou-ou’ e não ‘e’.” (Diário de pesquisa, 23/10/09)

Pois para o G8-G se faz importante trabalhar com base na idéia de “e”, a partir da qual a assessoria e assistência não se opõem, bem como a assessoria não subsume a assistência como algo menos importante. Para o G8-G, o que se opera é um borramento das fronteiras entre assistência e assessoria, já que a compreensão do que é assessoria e seus pressupostos entra em questão também no trabalho de assistência, ao se fraturar a dicotomia assistência *versus* assessoria.

Outro extrato do diário de pesquisa me parece importante por se tratar da reflexão a respeito do caso de uma mulher, que emerge justamente em meio a uma discussão sobre assessoria e assistência, por ocasião de minha apresentação de projeto de pesquisa. Na ocasião, @s trabalhadoras construíram uma solução pouco usual com o casal que estava em processo de separação. A resolução veio a bom termo para ambos:

“[...] o G8 não faz um atendimento ‘modelo fordista’, ‘a gente não quer enfiar petição em ninguém’. Armando diz: ‘tu lembra o caso da R.? Sentamos e pensamos: não

sabemos o que fazer com isto, pois ela necessitava de uma solução não jurídica. Eu não pensava em tocar uma petição pro juiz solucionar. Ela saiu do lar e estava morando na rua. A solução seria dividir a casa em duas, mas que juiz iria dar um troço desses (uma solução dessas)?'." (Diário de pesquisa, 04/12/2009)

Percebe-se claramente essa postura em atendimentos de assistência que extrapolam o que se chama de “solução jurídica” e que implicam resoluções que saem do âmbito processual e individual, geralmente pensadas pel@s operador@s do direito.

As imagens trazidas para as oficinas de fotografia (fotografias 7 e 8) visibilizaram e trouxeram a discussão sobre as leis que o grupo herda da construção normativa jurídica e seus limites. Tais leis o grupo procura ressignificar. Emerge o questionamento: “o que o grupo faz com as leis dos nossos pais?”. Pois é nas pessoas que as leis esbarram, são elas que estão “por trás das leis” (fotografia 8). São as pessoas que mostram como as leis possuem limites. Tais leis são contrapostas pela “análise do amor” (fotografia 7), algo que foge da normativa costumeira, de uma visão positivista na qual os afetos seriam relegados. A laranja (fotografia 7) aparece com o significado de amadurecimento do grupo e da possibilidade de lidar com esses limites. Na primeira oficina (fotografia 2), as imagens também visibilizam uma assistência que opera através de “um atendimento totalmente vertical, de um olhar de submissão de quem é assistido para quem atende, de portas fechadas”. A cadeira preta enuncia “a própria noção de distância, o poder intelectual” e a cadeira grande “oprime a cadeira pequenininha”.

Tal reflexão faz o grupo retomar uma discussão sobre o quanto o G8-G tem uma assistência constituída sobre bases diferentes das que são criticadas nas imagens e do quanto essa produção diferenciada fica invisibilizada no trabalho do dia a dia, por não se ter a dimensão de tal diferença e do quanto escrever sobre essa experiência seria importante. Trata-se, portanto, de uma produção diferenciada porque procura levar em conta a autonomia. Autonomia, essa, tão relevante no trabalho de assessoria quanto no trabalho de assistência jurídica, como enunciado neste extrato da segunda oficina de fotografia:

Luiza: [...] E também lembro do que Armando falou de que outro dia discutimos, discutimos um caso e quando chegou a hora de atender a pessoa, todo mundo se olhou e ficou aquele silêncio e uma pessoa disse “tá, e aí? Não ficou resolvido nada, né?” e o Armando disse “tá, mas a gente está aqui para ajudar a cliente a pensar e não para resolver por ela”. Juntando essas duas coisas, eu vejo como se opõem a isso (assistência falada anteriormente).

Armando: Nosso papel não é simplesmente dizer o que a pessoa tem que fazer, mas sim construir junto com ela, e esse não é o nosso papel, mas sim de qualquer pessoa que pegue um problema sério na mão. Não é fácil se colocar na posição onde não se dá a solução para uma pessoa que está em uma situação mais complicada, que é o que ela quer; mas não é o que ela vai receber porque uma boa parte de profissionais já não vê mais isso como um modelo a ser seguido, mas é difícil se colocar nesse tipo de posição porque tu pode ser visto não como o profissional que quer ajudar naquela situação, mas como um profissional que não está entendendo o caso porque não está dando a solução”.

Ainda na segunda oficina, a discussão continua:

Cid: A foto do copo é uma foto que tentei montar, está caindo água e vinho. [A imagem] Partiu da dicotomia, de dois pólos e mostra o G8 rompendo isso, misturando as coisas e quebrando as dicotomias.

Armando: Isto [líquido do copo] é outra coisa, não é água e vinho mais.

Luiza: Achei legal a foto porque olhei e deu bem a ideia de ter uma dicotomia, uma binaridade, de ter duas coisas separadas, divididas aparentemente, porque a vida não é assim, mas a gente divide, e no momento que aquilo entra no copo já não é mais aquelas duas coisas, mas elas estão ali e são uma coisa nova.

As fronteiras entre assistência e assessoria se borram, práticas se misturam como água e vinho vertidos em um copo - o copo G8-G - e os princípios da assessoria jurídica se “derramam” para a assistência, nas quais a invenção se faz presente em uma opção pela vida enquanto portadora do belo, do transformador, ao manter a alteridade e a diferença presentes em uma estética da amizade que leva ao reconhecimento do lugar do outro como legítimo. Atendimento em assistência e em assessoria que parte de uma horizontalização entre trabalhadoras do G8-G e pessoas ou comunidades com as quais contribui, mas não é “uniformizadora”, pois leva em consideração as trajetórias individuais e as peculiaridades de cada um(a) (indivíduo ou comunidade) em contato com seu trabalho. Em tal trabalho não existe “a” atitude certa, como diz Passetti (2003), mas soluções construídas em conjunto. É estética da amizade porque se trata de um trabalho que “desestabiliza”, porque põe a pensar tanto pessoas e comunidades atendidas quanto trabalhadoras do G8-G, mas “não destrói” (PASSETTI, 2003). É também trabalho que busca a construção de parcerias.

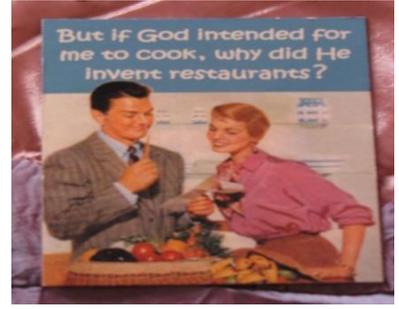
1



2



3



4



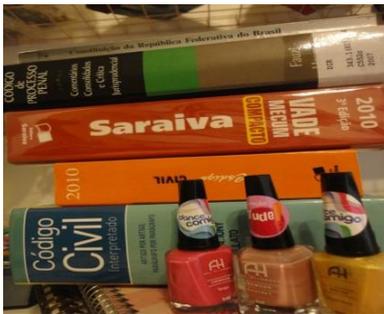
5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15



16



17



18



19



20



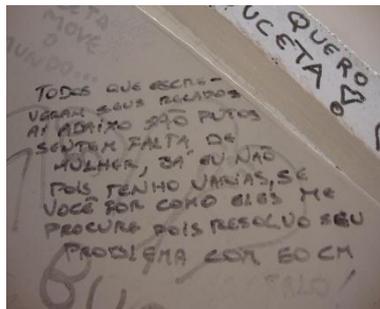
21



22



23



24



5.4 De direitos das mulheres a direitos de gênero

Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em **fluxo**. (SCOTT, 1995, p. 93, grifo nosso).

Na vertente que entendo como mais fértil e crítica dos Estudos Feministas não há possibilidade – nem pretensão – do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição é **operar com categorias analíticas instáveis**, é **movimentar-se** em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção. (LOURO, 2003, p. 145, grifos nossos)

No que diz respeito aos direitos das mulheres, o estudo se coloca em uma conjuntura de importantes transformações do panorama internacional e nacional no que diz respeito aos direitos das mulheres e combate à violência doméstica, que implicam a atuação dos movimentos feministas, do Estado, através de políticas públicas nesta área, e do âmbito jurídico brasileiro, que tem na promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.430 de 07/08/2006)⁴⁸ um ponto crucial de sustentação jurídica no combate à violência contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha traz profundas modificações na forma de compreensão e atendimento não só jurídicos, como também de assistência social em relação às mulheres e de lugar dessa problemática no âmbito da sociedade brasileira.

Antes de a Lei Maria da Penha ser promulgada, a violência doméstica e familiar contra as mulheres era regulada pela lei Federal 9099/95 e era competência dos Juizados Especiais Criminais (JECrim). A referida lei federal foi criada para regulamentar os crimes de menor potencial ofensivo, cuja pena não fosse superior a 1 ano. Nessa circunstância, a violência doméstica contra as mulheres tinha um caráter secundário em que a pena era apenas de pagamento de cestas básicas e, na impossibilidade do réu não poder arcar com esse gasto, a prestação de serviços comunitários. Sendo assim, todas as consequências da violência sofrida pelas mulheres ficavam invisibilizadas.

Internacionalmente, a violência contra as mulheres já era enfrentada através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

⁴⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

(CEDAW), aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas e em vigência desde 1979. Esse instrumento, contudo, não fazia referência à questão específica da violência doméstica e sexual contra as mulheres. Tal questão foi complementada através da incorporação da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres de 1993 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção de Belém do Pará) de 1994. As conferências Internacionais de Viena, Cairo e Beijing também foram importantes instrumentos de defesa dos direitos das mulheres⁴⁹. Embora o Brasil já fosse signatário de muitos desses instrumentos de defesa dos direitos das mulheres, o sistema judiciário nacional, contudo, não os aplicava.

Em 1998, após seu marido ter cometido inúmeras situações de agressões e duas tentativas de homicídio, é que o caso de Maria da Penha foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). A denúncia foi realizada em conjunto pelas organizações CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher). Em 2001, o Estado brasileiro foi condenado pela OEA por negligência e omissão quanto à violência doméstica, evento histórico que ocasionou o avanço da legislação através de pressões internacionais e dos movimentos feministas atuantes no país.

O Brasil foi o único dos dezessete países da América Latina que até 2006 não dispunha de legislação específica que previsse mecanismos de proteção e prevenção para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O panorama legal nacional e internacional não se encontra isolado de demais fatos sociais, mas muito pelo contrário: a história das mudanças legais se confunde com a história do movimento feminista.

O conceito de gênero se gesta no debate entre feministas, estudios@s e ativistas políticos, originado de uma interconexão de processos que não tem uma única direção como origem. Tais processos também fazem com que a palavra gênero não esteja circunscrita em um sentido apenas, mas tenha lugar nas diversas formas que a luta feminista assume pelo mundo e na conseqüente produção histórica peculiar, através da qual as linguagens fazem parte das políticas vividas e marcam as diferenças (HARAWAY, 2004).

⁴⁹Para aprofundamento do debate a respeito da legislação internacional relacionada aos direitos da mulher, ver “As mulheres e os direitos humanos”, publicado por CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) em 2001.

O movimento feminista se estrutura enquanto movimento organizado, no ocidente, no século XIX. Tem por objetivo a manifestação contra a discriminação das mulheres, baseada principalmente na busca da conquista sufragista, da possibilidade de voto, bem como de outras reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo e acesso a determinadas profissões consideradas masculinas.

Nesse momento histórico, o conceito de gênero implica, então, um sentido político ligado aos movimentos de mulheres feministas do pós-guerra. Hoje a teoria feminista incorpora mais do que pensar em mulheres, mas também se pode falar de homens dentro de uma perspectiva pós-estruturalista da teoria feminista, uma vez que a dominação masculina também oprime homens que não estão dentro de uma lógica hegemônica, conforme Welzer-Lang (2001). No século XIX, institui-se o conceito moderno de gênero que coloca as mulheres enquanto um coletivo histórico e as coloca como sujeitos em processo. Esse primeiro momento da organização feminista é conhecido pelo nome de primeira onda do movimento feminista e procura contestar os sistemas históricos que naturalizam a diferença sexual, ao buscar transformá-los. Nesse momento, o feminismo estava ligado ainda à distinção natureza-sociedade através da distinção sexo-gênero e estava também ligado, ainda, aos interesses das mulheres brancas e de classe média (SCOTT, 1995; HARAWAY, 2004, LOURO, 2003).

Nos anos 60, a noção de gênero estava também ligada a práticas terapêutico-intervencionistas empiristas e funcionalistas, principalmente nos Estados Unidos. Tais práticas colocaram gênero como uma problemática individualista, no âmbito contextual da sexualidade característica da sociedade burguesa, dominada pelos homens e racista (HARAWAY, 2004). Esse contexto era ligado a inúmeros fatores. Entre eles, a leitura instintualista de Freud; a psicopatologia e somatologia sexual dos grandes sexologistas do século XIX (Krafft-Ebing, Havelock Ellis) e seus seguidores; o contínuo desenvolvimento da endocrinologia bioquímica e fisiológica desde os anos 20; a psicobiologia de diferenças sexuais; as inúmeras hipóteses de dimorfismo sexual hormonal, de cromossomos e neural, que convergiram nos anos 50 e, finalmente, as primeiras cirurgias de redefinição de gênero por volta de 1960. Estes fatores ofereceram condições para o surgimento das pesquisas ligadas a “identidade de gênero” (termo cunhado pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, nos Estados Unidos). Tal conceito foi formulado com base em uma distinção natureza/cultura, a partir da

qual sexo seria vinculado à biologia, no que diz respeito aos hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia, enquanto que gênero seria ligado à cultura e aos conhecimentos advindos da Psicologia e Sociologia. Nessa visão, “o produto do trabalho da cultura sobre a biologia era o centro, a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher” (HARAWAY, p. 216).

A segunda onda do feminismo se inicia no final da década de 60, quando o movimento feminista, além de manter suas preocupações sociais e políticas, volta-se para a teorização das questões relativas às mulheres, ao procurar evidenciar o quanto as mesmas haviam sido ocultadas enquanto sujeitos, inclusive na ciência. Nesse momento, em que o paradigma funcionalista de “identidade de gênero” está sedimentado, colocam-se as discussões voltadas para o determinismo biológico *versus* construcionismo social, por darem a possibilidade para a crítica ao binarismo natureza/cultura. Entretanto, a crítica não ocorreu com a mesma intensidade, no que diz respeito ao par binário sexo/gênero, já que tal distinção se fazia útil contra os discursos dos determinismos biológicos das diferenças sexuais, presentes contra as feministas em diversos espaços sociais. Não houve, então, uma crítica maior sobre o conceito de gênero, uma vez que o movimento feminista se utilizou do argumento da primazia da cultura/gênero sobre biologia/sexo como estratégia política, no esforço de deslocar as mulheres do pólo da natureza para o da cultura e de colocá-las enquanto sujeitos sociais da história, construídas e autoconstrutoras. O que ocorreu foi que a categoria “natureza” acabou sendo utilizada contra o movimento feminista em sua luta de reconhecimento da mulher enquanto sujeito social (HARAWAY, 2004).

Nos anos 70 e 80, enquanto houve uma explosão do paradigma interacionista que procurava ratificar a primazia da cultura sobre a biologia e do gênero sobre o sexo, autoras feministas como Gayle Rubin, Adrienne Rich e Monique Wittig fizeram uma apropriação diferenciada do binômio sexo/gênero, ao trazer a ideia de que a heterossexualidade obrigatória seria o ponto central na opressão das mulheres. A estratégia política era, então, a de recusa ao casamento, baseada na concepção de que o valor das mulheres era atribuído em função de seu valor de troca e de mercadoria. Assim é que a categoria gênero teorizada a partir da reificação não contemplava a compreensão do sistema raça/sexo ou raça/gênero e ficou restrita à parcela de mulheres brancas, por não abarcar um movimento interracial. Essas teorias, contudo, a partir de suas discussões sobre a heterossexualidade, trouxeram o lesbianismo e suas teorizações para dentro do movimento feminista, legitimando-o (HARAWAY, 2004).

Assim é que, nos anos 80, o questionamento sobre a questão racial colocou em xeque o que vinha sendo pensado sobre a questão de gênero, ao evidenciar as raízes coloniais e racistas da questão. Ao mesmo tempo, o movimento lésbico rompeu com a idéia das mulheres enquanto grupo natural e trouxe o conceito de diferença para o âmbito do movimento feminista.

O termo gênero assumiu, então, um caráter de categoria de análise, junto à classe e raça, pois visava rejeitar o determinismo biológico que se fazia presente em termos como sexo ou diferença sexual e enfatizava o caráter social e relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1995, HARAWAY, 2004, LOURO, 2003). Mostrava que “[...] não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 2003, p. 21).

Esse tipo de pensamento afastou-se das proposições essencialistas de gênero e fez uma crítica a um primeiro momento da teoria feminista que colocava no patriarcado uma origem para a opressão das mulheres, já que esse se tornou “[...] um conceito universalizante, capaz de anular ou reduzir expressões diversas da assimetria do gênero em diferentes contextos culturais” (BUTLER, 2003, p. 64). Butler (2003) nos alerta para o perigo de uma história de origem da feminilidade nos afastar de uma construção cultural complexa, fazendo-nos cair na ideia de uma inevitabilidade histórica, ancorada na antropologia estruturalista de Lévi-Strauss. Essa teoria deu suporte à diferenciação sexo/gênero a partir da distinção natureza/cultura que supõe um feminino biológico, que se transforma numa “‘mulher’ socialmente subordinada”, ao postular “que o ‘sexo’ está para a natureza ou matéria-prima assim como o gênero está para a cultura ou o ‘fabricado’” (BUTLER, 2003, p. 65).

Para Butler (2003), contudo, o próprio conceito de “sexo-como-matéria [...] é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção natureza/cultura e das estratégias de dominação por ela sustentadas” (BUTLER, 2003, p. 66, tradução livre). A concepção de “sexo-como-matéria” coloca a natureza como pré-discursiva e não permite o questionamento do que ela venha a ser perante a multiplicidade de configurações culturais.

Para a autora, entretanto, a designação de sexo é política e, portanto, “fabricada”, já que a vida corporal não está ao largo de uma teorização. O sexo estaria longe de ser uma condição estática do corpo, mas sim um processo mediante o qual as normas reguladoras de uma sociedade materializam-no, produzem-no, circunscrevem-no e diferenciam os corpos que controla. Se o sexo não é uma condição do corpo, então, essas práticas regulatórias devem reiterá-lo constantemente através da performatividade, que é “uma prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia”, ao materializar o sexo do corpo, a diferença sexual e ao consolidar o imperativo heterossexual (BUTLER, 2008, p. 18, tradução livre). O sexo não é, então, algo que alguém tem ou uma descrição do que alguém é, mas uma norma mediante a qual alguém pode chegar a ser viável. O sexo é “[...] essa norma que qualifica um corpo para toda vida dentro da esfera de inteligibilidade cultural”, junto a outras normas que também operam sobre o corpo (BUTLER, 2008, p. 18, tradução livre). O sexo é uma construção, mas não uma construção que trata de uma natureza enquanto superfície passiva, exterior ao social e por sobre a qual o sexo se constrói. Não se trata de um sexo construído anteriormente ao gênero, como uma ficção pré-linguística. Sendo assim, tanto sexo como gênero são formações discursivas, frutos de construções sócio-históricas imersas em relações de poder.

Para Scott (1995), a definição de gênero é resultado da interconexão de duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Essa compreensão articula as inter-relações entre sujeito individual e organização social, coadunando-se com a visão foucaultiana de poder enquanto “relações de poder” (FOUCAULT, 2009b). Essa compreensão ultrapassa a noção de poder social unificado e o compreende como “constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para Joan Scott (1995), é fundamental que se questione a oposição binária homem/mulher e o processo social das relações de gênero. Também é importante reconhecer que homem e mulher são “categorias vazias e transbordantes” (SCOTT, 1995, p. 93), pois não têm nenhum significado transcendente e, mesmo parecendo fixas, contêm definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Com base nessa concepção, a categoria gênero é constituinte da identidade dos sujeitos, mas a idéia de identidade, entretanto, não é de uma conformação de características

imutáveis que perduram por toda a vida do sujeito, mas de algo plural, múltiplo e até mesmo contraditório.

Consequentemente, torna-se importante diferenciar gênero de outros conceitos como sexualidade, identidade sexual e identidade de gênero. A sexualidade é aquela que se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo e que normalizam, instauram e produzem verdades. A identidade sexual, por sua vez, é aquela que se constitui através das formas como os sujeitos vivem sua sexualidade. E, finalmente, a identidade de gênero é a identificação social e histórica com “masculino” ou “feminino”. As identidades de sexo e gênero estão inter-relacionadas e frequentemente são passíveis de confusão. São, porém, diferentes, tanto é que sujeitos masculinos ou femininos podem ser hetero, homo ou bissexuais (LOURO, 2003).

Não se trata, então, de uma decisão do sujeito sobre seu gênero, a partir de sua vontade individual, mas de uma regulação em função da qual o gênero se constrói através de relações de poder e das restrições normativas que produzem e regulam os seres corporais (BUTLER, 2008).

Tais regulações consolidam o imperativo heterossexual, o que possibilita certas identificações sexuadas e exclui outras. Produzem, assim, uma esfera de “seres abjetos”, de não-sujeitos, mas que, entretanto, formam o exterior constitutivo do campo dos sujeitos, que também se coloca como o interior do sujeito. (BUTLER, 2008). Trata-se de sujeitos e de corpos que “não importam”⁵⁰, que parecem não adequadamente generizados e que chegam a ser questionados em sua humanidade.

Ainda para Butler (2008),

[...] a construção de gênero opera apelando a meios *excludentes*, de modo tal que o humano se produz não só por cima e contra o inumano, como também através de uma série de forclusões, de supressões radicais às quais se nega, estritamente falando, a possibilidade de articulação cultural. (BUTLER, 2008, p. 26, tradução livre)

⁵⁰ LOURO (2000) opta pela expressão “corpos que pesam” em lugar da expressão “corpos que importam”, utilizada na tradução em espanhol, por acreditar que aquela conserve parte do jogo que Judith Butler faz com a expressão inglesa “*bodies that matter*”, já que em inglês o verbo “*to matter*” significa importar, ter importância, mas o substantivo “*matter*” significa também “matéria”. Ao traduzir “*to matter*” por “pesar”, Louro objetiva evocar uma propriedade da matéria que é o peso e procura manter, dessa forma, esse jogo entre “ter importância” e sua relação com a “matéria”, que Butler traz em seu texto.

Se a construção não é um ato único nem um processo causal iniciado por um sujeito que culmina em uma série de efeitos fixados, mas, sim, um processo temporal que opera através da reiteração de normas, é no curso dessa reiteração que o sexo se produz, através de práticas identificatórias⁵¹. No entanto, é também nesse mesmo curso que ele se desestabiliza (BUTLER, 2008). Se as proibições constituem o sexo, reelaborar seus termos traz a possibilidade de constituir modos variáveis de delinear as superfícies do corpo. E é precisamente porque as proibições nem sempre surtem o efeito de acatar plenamente o ideal social que “[...] podem delinear superfícies corporais que não signifiquem as polaridades heterossexuais convencionais” (BUTLER, 2008, p. 105, tradução livre).

Para a mesma autora, não se trata, então, de se estabelecer se deveríamos ou não fazer referência à matéria ou de falar ou não da categoria “mulheres”, já que

[...] a categoria de mulheres não se torna inútil mediante a desconstrução, senão que se converte em uma categoria cujos usos já não se reificam como “referentes” e que apresenta a oportunidade de que se a abra ou, mais precisamente, de chegar a significar de maneira que nenhum de nós pode predizer de antemão.” (BUTLER, 2008, p. 55, tradução livre)

As categorias de sexo se caracterizarão, então, dentro do discurso político, pela própria instabilidade que tais categorias produzem e rechaçam e:

Ainda que os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar as identificações em favor de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência da *desidentificação* seja igualmente essencial para a rearticulação da competência democrática. Na realidade, é possível que tanto a política feminista como a política *queer* (*queer politics*) se mobilizem precisamente através de práticas que destacam a desidentificação com aquelas normas reguladoras mediante as quais se materializa a diferença sexual. Tais desidentificações coletivas podem facilitar uma reconceitualização de quais são os corpos que importam e que corpos não de surgir ainda como matéria crítica de interesse. (BUTLER, 2008, p. 21)

⁵¹ Para aprofundamento dessa temática, bem como da reflexão empreendida por Judith Butler sobre a teorização lacaniana das práticas identificatórias, ver o capítulo 2 do livro “Problemas de gênero” (2003). Os capítulos 2 e 3, principalmente, do livro “Cuerpos que importan” (2008), e o capítulo 3 do livro “La vie psychique du pouvoir” (2002) constam nas referências bibliográficas desta dissertação.

Essa forma de compreender a categoria gênero faz com que @s estudos@s feministas contemporâne@s deixem de olhar exclusivamente para as mulheres e passem a produzir análises também sobre as masculinidades, além de realizar interlocuções com o movimento LGBT, bem como com o movimento de estudos negros e estudos culturais, que são campos “abertos”, marcados pelo debate e pela diversidade analítica, que propõem muitas perguntas e poucas afirmações categóricas (LOURO, 2003).

Uma nova política de gênero se delinea, ao combinar movimentos que englobam o transgênero, a transexualidade, a intersexualidade e suas complexas relações com a teoria feminista e *queer*, no sentido de “[...] desvelar os mecanismos sociais que estabelecem imposições identitárias” (MISKOLCI e PELUCIO, 2007, p. 256).

A Teoria *Queer* se origina, na década de 80, a partir dos Estudos Culturais⁵² norte-americanos na tensão crítica aos estudos sociológicos sobre as minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais, justamente no encontro com as teorizações do pós-estruturalismo francês e sua problematização aos conceitos clássicos de sujeito e identidade. Dois desses teóricos passam a ser referência para este estudo: Foucault e Derrida.

Os estudos de Foucault (FOUCAULT apud MISKOLCI, 2009) contribuem na medida em que tal autor rompe com a hipótese repressiva que vigorava até meados da década de 70 e afirma que a sexualidade não é proibida, mas produzida por meio dos discursos. O autor francês expõe e analisa a invenção do homossexual, ao mostrar que as identidades sociais são efeito da forma como o conhecimento é organizado e que tal produção é naturalizada nos saberes dominantes.

Já Derrida contribui com o conceito de suplementaridade, ao mostrar que os significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural, na verdade, é histórico. Sendo assim, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua definição. Derrida contribui, ainda, com a perspectiva metodológica da desconstrução, que é um procedimento analítico para mostrar o implícito

⁵² Os Estudos Culturais surgem como vertente crítica dentro do espaço das Humanidades (que eram separadas das Ciências Sociais na academia norte-americana) às versões economicistas do marxismo que deixavam de responder às demandas de grupos sociais como operários, imigrantes, negros, mulheres e homossexuais. Os Estudos Culturais deram origem aos Estudos Pós-Coloniais e à Teoria *Queer* (MISKOLCI, 2009).

dentro de uma oposição binária. Trata-se de explicitar o jogo entre presença e ausência (MISKOLCI, 2009).

Teresa de Lauretis utiliza o termo Teoria *Queer*, em 1990, em uma conferência na Califórnia, para contrastar o estudo *queer* com os estudos gays e lésbicos apoiados em movimentos identitários. O nome *queer* é utilizado justamente por seu caráter pejorativo e agressivo, de xingamento, que está ligado à anormalidade e desvio e passa a ter seu sentido transformado (MISKOLCI, 2009).

A crítica aos movimentos identitários se dá no sentido de que operam a partir de representações sociais vigentes, heteronormativas. Entretanto, a idéia não é de uma desqualificação dos movimentos identitários, mas de apontamento do hegemônico e de crítica dos regimes normalizadores que criam identidades e as subordinam (MISKOLCI E PELUCIO, 2009).

Para Miskolci, Eve Sedgwick (SEDGWICK apud MISKOLCI, 2009) foi uma teórica fundamental à Teoria *Queer*, pois trata da forma contemporânea de lidar com a sexualidade, já que não se prende à discussão de gênero marcada pelo heterossexismo de oposição homem-mulher, nem aos estudos de minorias (gays e lésbicas). Demonstra que a dominação das mulheres está inter-relacionada à rejeição das relações amorosas entre os homens, ou seja, a homofobia. A autora mostra, ainda, o quanto a sociedade contemporânea tem sua estrutura baseada no dualismo hetero/homo, por naturalizar a heterossexualidade e torná-la compulsória. Dessa idéia surge o termo heteronormatividade, como “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo daqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p. 156). Sendo assim, o trabalho *queer*, a partir do conceito de heteronormatividade, não é uma defesa dos sujeitos não-heterossexuais, mas uma análise dos meandros da heteronormatividade expressa tanto nos “mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo” como “na padronização heteronormativa dos homo orientados” (MISKOLCI, 2009, p. 157).

No Brasil, os estudos sobre sexualidade foram alocados na antropologia social e eram compreendidos como estudos das minorias, que precisam ser pensadas não como minoria numérica, mas como os sujeitos que não correspondem às normas e à hegemonia. Na Sociologia, predominavam as pesquisas sobre mulheres ou de gênero, pois tanto em uma

quanto em outra os estudos *queer* tiveram uma incorporação parcial e seletiva, ao manter intocado o heterossexismo. E justamente o que a Teoria *Queer* propõe é o questionamento dos sujeitos sexuais como estáveis, que teriam comportamentos coerentes e regulares.

O interesse da Teoria *Queer* por travestis, transexuais e intersex se deve ao compromisso crítico sobre as identidades e sobre a concepção de sujeitos unitários e estáveis. No entanto, “não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem na ‘defesa’ de sujeitos estigmatizados, pois isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência” (MISKOLCI, 2009, p. 175). A busca seria de uma compreensão sobre os sujeitos em conflito com a ordem de gênero vigente, com o compromisso político de evidenciar a produção de identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que possam encontrar um mundo habitável.

Para Miskolci (2009), *queer* toma o significado, então, de integrador e interseccional, pois se difunde por todas as áreas da disciplina sociológica. Acredita-se que esse papel interseccional, além de ocorrer entre várias áreas de uma mesma disciplina, ocorra também entre várias disciplinas, como o Direito e a Psicologia, por exemplo.

O G8-G, em contato com o movimento feminista e sua transversalização com o movimento LGBT, passou a questionar o conceito de gênero com o qual operava, ao buscar na Teoria *Queer* subsídios que pudessem ampliar sua visão. Muitos questionamentos emergiram a partir de uma complexificação do campo de trabalho: “e se fôssemos procurados por um homem que cometeu uma agressão contra uma mulher para ser atendido?”, “e se um homem agredido por uma mulher nos procurasse?” ou “por que não atendermos a população LGBT?” (Memórias de uma pesquisadora)⁵³. De um serviço de prestação de atendimento a mulheres em situação de violência e, portanto, baseado em um viés identitário, o grupo passou a circular por situações que colocam em questão a complexidade dos casos. Tal complexidade foi posta em um jogo entre levar em conta as identificações como uma importante estratégia política e operar por um processo pós-identitário como estratégia de ruptura com as normas reguladoras que colocam a heterossexualidade como única possibilidade. Assim, não só as mulheres passaram a serem vistas como indivíduos possíveis de atendimento na assistência ou na assessoria jurídica.

⁵³ Dou o nome de “memórias de uma pesquisadora” a estes fragmentos de experiência vivenciados durante o percurso de pesquisa e que, no entanto, não constam do diário de campo.

Conceitos como heteronormatividade, construção de identidade de gênero e performatividade passaram a fazer parte das discussões correntes no grupo e ficaram visibilizadas em duas narrativas fotográficas construídas para a seleção do evento “Fazendo Gênero”⁵⁴.

Narrativa sobre direitos da população LGBT:



Narrativa sobre direitos da mulher e violência doméstica:

⁵⁴ Trata-se do encontro sobre gênero “Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos”, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na cidade de Florianópolis, de 23 a 26 de agosto de 2010. Para esse evento, foram enviadas as duas narrativas fotográficas. Dessas, foi selecionada a narrativa sobre violência doméstica para a exposição. As fotografias que constam dessas narrativas foram produzidas pelos integrantes do G8-G por ocasião das oficinas de fotografia coordenadas pela mestrandia Renata Ghisleni de Oliveira, atividade integrante de seu trabalho de pesquisa “Assistência-assessoria jurídica universitária e direitos da mulher: (trans)formações possíveis. As imagens foram retomadas pelo grupo após a conclusão da dissertação tomando a forma de narrativas fotográficas.



Em ambas as narrativas (uma sobre a violência doméstica e outra sobre os direitos LGBT), aparece a ideia de uma construção heteronormativa desde a infância, através de prescrições de beleza e feminilidade ou de diferenças de valor em relação ao feminino e ao masculino, que, junto a outros fatores, podem contribuir para a violência de gênero (DIAS, 2009).

Nas oficinas de fotografia, realizadas por ocasião do presente estudo, a temática das prescrições de gênero também é visualizada. As discussões do grupo passam pelas normas reguladoras de nossa sociedade que constituem formas de ver as mulheres, atribuindo-lhes determinadas características diferentes dos homens e que passam por uma identidade de gênero fortemente ligada à beleza. Essas prescrições são veiculadas por inúmeros meios, muitas vezes invisibilizados, devido à naturalização com que se colocam em nosso dia a dia. As imagens produzidas pelo G8-G visibilizam tais normatividades relacionadas, por exemplo, à literatura, através de livros que orientam adolescentes de como serem meninos ou meninas. Para Dani, a fotografia 1 lhe faz pensar nas prescrições e no quanto elas vão mudando:

Penso numa coisa mais performativa, numa coisa mais... O que a mulher deve ser, porque se pegarmos hoje o livro “O que toda garota deve saber” deve dar um choque absurdo. (Terceira oficina de fotografia)

Também se vê a presença dessas prescrições em propagandas, ao relacionar o papel feminino com o cuidado doméstico e delimitar o lugar da mulher como o doméstico, privado, em oposição ao espaço do homem, como o do trabalho, o público. Tal situação foi narrada por Carlos:

Eu vi uma caixa de banco imobiliário (jogo para crianças e adolescentes) dizendo que é diversão para toda família e que aparece o pai e o filho jogando na sala e no fundo está a mãe lavando e a filha secando louça na cozinha! (Segunda oficina de fotografia)

Essas normas reguladoras estão presentes em todos os âmbitos da vida, tanto em casa quanto no SAJU-UFRGS, (fotografia 4) e subjetivam os sujeitos desde sempre, através dos jogos de identificação. A fotografia 2 evidencia uma integrante do G8-G quando criança e, em segundo plano, adolescente, em sua foto de 15 anos, junto a inúmeros cosméticos, maquiagens e perfumes:

Luiza: Porque tu pensou nisso das idades diferentes?

Júlia: Porque foi uma coisa que foi construindo, que eu não tinha. Quando era menor não me preocupava, saía de casa de qualquer jeito e depois fui criando uma preocupação com a questão estética. Quando pequenininha estou de vestido...

Alice: Toda gaúcha já foi prenda...

Luiza: Tu não te preocupava, mas alguém se preocupava...

Ágata: Uma continuidade nessa preocupação... [...]

Luiza: Legal isso, porque fala de uma preocupação que não é da gente inicialmente, mas isso vai formando até chegar no ponto em que acaba sendo (da gente – mulheres). (Terceira oficina de fotografia).

Na segunda oficina de fotografia, Ágata disse:

É diferente uma criança que foi subjetivada pela Barbie ou que foi subjetivada pelos bebezões. Vocês lembram que quando a gente era pequena não ganhava Barbies e sim aqueles bebezões? Eu brinco com a minha mãe dizendo que a história de eu não querer ter filhos ou casar é culpa dela por não ter me dado os bebezões.

Outra forte prescrição em nossa sociedade é a do casamento. O G8-G traça uma interessante discussão sobre o mito do amor romântico e de como essa forte prescrição não atinge somente os heterossexuais, mas também os homossexuais:

Dani: Falamos da heteronormatividade, mas o mito do amor romântico é uma coisa que discutimos pouco, porque hoje, pensando o público homossexual, tem pegado muita gente também. Talvez essa discussão potencialize a figura política do homossexual, que é tido como promíscuo e que exerce sua sexualidade de um modo mais espontâneo e que é uma figura importante que está presente como desafiador. Porque quando se começa a trabalhar heteronormatividade, se vê que liga com tudo e a figura da pessoa homossexual que não se importa com o amor romântico, ela é cada vez mais importante porque está sendo combatida hoje inclusive pelos movimentos gays. Existem mais movimentos de homens gays do que de mulheres lésbicas justamente por não se entender que isso é parte desse processo de

dominação também. Essa coisa de que hoje é importante o casamento gay. O casamento gay vai modificar tanto assim o preconceito?

Luiza: Lembro de quando discutimos a história do casamento, falamos um pouco sobre isso, que a referência é sempre esse modelo (do casamento monogâmico heterossexual).

Sofia: É uma questão de proteção também, principalmente quando morre um.

Dani: Não estou falando legalmente, mas mais da questão simbólica... Simbolicamente isso vai diminuir tanto o preconceito? (Terceira oficina de fotografia)

A discussão continua em torno do quanto a situação é complexa para o movimento social que luta pelos direitos da população LGBT, criando, inclusive, uma tensão dentro do próprio movimento.

Ágata: O próprio movimento se dividiu em torno disto. O casamento gay era uma bandeira há uns anos atrás. A ABGLT e todas as articulações definem uma bandeira única, a “bandeira da vez”, e o casamento homossexual causou tanta discórdia que foi preterido em relação ao PL 122⁵⁵ [...] Alguns setores da ABGLT defendem que o casamento gay seria incluir os gays numa lógica que já é heteronormativa, que é conservadora e que visa à propriedade e que não seria interessante. Já outros setores dizem que não, que os gays também têm direito de ser conservadores, que os gays conservadores também têm que ter guarida na legislação; tu não é obrigado a te casar, mas, se quiser, tem essa possibilidade.

Dani: Não tô dizendo que não sou a favor da legislação porque isso é o mínimo para que se possa chamar o Brasil de um estado de direito.

Luiza: Fiquei pensando em cima do que a Sofia falou. Vocês acham que é muita viagem esses direitos não necessariamente estarem resguardados pela via do casamento?

Ágata: Já existem, na verdade, os projetos de lei que tramitam que não são projetos de casamento, mas de união estável.

Sofia: Os direitos da união estável são bem menores, a companheira tem bem menos direitos do que a mulher.

Luiza: Então é complicado até dentro da heterossexualidade...

Ágata: Na França tem o negócio do PACS⁵⁶ [...], mas não é um casamento, dá quase os mesmos direitos que o casamento, mas é uma categoria distinta. É a questão que o Clodovil⁵⁷ fez um projeto, que também era nesse sentido, ele [o projeto] [...] era menos que união estável, era uma espécie de união patrimonial, que asseguravam as mesmas garantias, basicamente, de um casamento, mas não era um casamento. Então a questão é: por que essa resistência em inserir os homossexuais dentro da categoria casamento, por que casamento não? O casamento tem esse peso simbólico. (Terceira oficina de fotografia)

⁵⁵ Projeto de Lei 122/2006 da Câmara, que propõe a criminalização da homofobia, ou seja, a criminalização de qualquer discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Disponível em <<http://www.abglt.org.br/port/plc122.php>>.

⁵⁶ Pacto Civil de Solidariedade (PACS) adotado pela lei 99-994 em 15 de novembro de 1999, na França. Informações disponíveis em <http://www.vidalusa.com/juridico/textes/04_2000.htm>.

⁵⁷ Deputado Federal Clodovil Hernandes, autor do Projeto de Lei 580/07 que prevê a regulamentação da união civil de pessoas do mesmo sexo. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/446458.pdf>>.

A foto 9 chama atenção não só porque nela se vê o movimento do grupo, mas também porque Helena, que é uma assistente da “turma dos novos”, enxerga, pela primeira vez, depois de já ter visto esse material, que “a menininha está no azul e o carinha está no rosa”. Seria “uma tentativa de subversão” por parte do grupo dessa outra prescrição de que mulheres devem gostar ou usar objetos e roupas cor de rosa, enquanto homens devem gostar ou usar a cor azul.

Mas se a sociedade opera por “práticas divisórias”, nas quais se tem o certo e o errado como categorias rígidas e fixas, como na foto 7, em que temos o “right” como direito e certo e “left” como esquerdo e errado, muitas proibições, por vezes, desmoronam em um processo de resistência (foto 8) ao dar visibilidade para outras possibilidades.

As fotos seguintes visibilizam (foto 14 a 20) outras possibilidades de orientação sexual que não só a heterossexualidade, representadas pelas relações lésbicas. Embora atravessadas pelas prescrições relativas à identidade de gênero, através da estética “Barbie”, com base na qual o desejável é a mulher magra e alta, a intenção é dar lugar a outras possibilidades, trazê-las do plano de “fora” para o de “dentro”, ao dar-lhes legitimidade por escapar do plano do “abjeto”, como diz Butler (2008). E é justamente por estarem colocadas como “abjetas”, que essas relações não se incluem nas hegemonicamente aceitas pela sociedade. Os sujeitos são tidos, muitas vezes, como “não-humanos” e sofrem todo tipo de violência, como as estampadas nas imagens de um banheiro masculino (imagens 21 a 24). Tais imagens são importantes não só por evidenciarem a violência de gênero, mas também pelo local onde ocorre: um dos banheiros da universidade.

Essas discussões mostram movimentos que o G8-G vai produzindo no sentido de uma ampliação do conceito de gênero que opera sobre @s trabalhadoras e se coloca como experiência que constitui sua subjetividade, por estarem implicadas em um movimento ético na direção de sua finalidade, ou seja, quem se quer ser.

Acredita-se que o conceito pós-estruturalista de gênero, por exigir que se pense de um modo plural e que se acentue que os projetos e representações sobre mulher e homem são diversos, como diz LOURO (2003), provoca um questionamento a respeito da identificação de gênero d@s própri@s trabalhadoras, bem como de seu lugar perante tal temática. Lidar com a categoria pós-estruturalista de gênero implica se pensar enquanto ser instável e mutante.

Para Louro (2003), as múltiplas identidades não devem ser tratadas como “[...]‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as”, “[...] elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes ‘posições’” [...] que “podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo oscilar, deslizar entre elas – perceber-se de distintos modos” (LOURO, 2003, p. 51).

Operar com tais categorias instáveis de um campo teórico “aberto”, que está em contínua construção, marcado pelo debate e pela diversidade analítica, que não está dirigido só para a análise, mas para a intervenção social, acolhe, para LOURO (2003), a própria crítica como parte de sua construção. E, quem sabe, poderíamos dizer, que acolhe uma autocrítica por parte d@s trabalhadoras do G8-G.

Para NARVAZ e NARDI (2007), embora Foucault tenha trazido a reflexão sobre uma nova ética que se contrapõe aos discursos normatizantes, não problematizou as questões de dominação de gênero. Mantém-se como extremamente atual a problematização foucaultiana como “[...] uma nova forma de constituição da subjetividade, de novos modos de sujeição que se estabeleçam como uma escolha ativa e pessoal na construção de uma existência bela – como uma estética da existência [...]” (NARVAZ e NARDI, 2007). Pelo exposto acima, acredita-se que o G8-G opere nessa direção.

No G8-G, a construção de uma existência bela passa por um processo de subjetivação que implica se despir de preconceitos como evidente na frase de um integrante do G8-G, já citada, ao dizer que seu maior desafio ao entrar no G8-G foi se defrontar “com sua educação machista” ou, então, na fala do outro integrante, quando disse que o que mais aprendeu no G8-G não foram “questões jurídicas”, mas “formas diferentes de ver as coisas”. Essa construção de uma existência bela passa pelo movimento na direção de uma estética da amizade que, no lugar do preconceito, constrói posturas que operam através da diversidade e da aceitação do múltiplo (PASSETTI, 2003). Também indica posturas que se contrapõem à uniformização da vida e potencializam a abertura para as singularidades. Uma vida bela que se constrói no sentido de viver a “instabilidade”, a “auto-superação” e a “diferença”.

1



2



5.5 As fraturas nos limites das disciplinas

Em “A ordem do discurso”, Foucault (2007) mostra como os discursos são formados e como operam no sentido de proliferarem através de procedimentos de exclusão, já que não é qualquer pessoa que pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar. Essas regulações dos discursos se dão por um jogo entrecruzado de interdições, separações e oposições verdadeiro-falso. Foucault (2007) traz o exemplo da loucura e de como o discurso do louco não circula como o dos outros, por ser considerado nulo ou sem importância. Outro exemplo emerge no próprio âmbito das oficinas de fotografia, realizadas neste estudo, quando se abordava a questão da utilização do universal masculino na linguagem. Na terceira oficina, refletiu-se sobre os modos como a flexão masculina se coloca como a primeira e mais importante na divisão binária masculino-feminino, o que invisibiliza a presença das mulheres na linguagem e no meio acadêmico inclusive.

Na conjuntura do presente estudo poderíamos pensar nos discursos que produzem e configuram as relações entre @s técnic@s e a pessoa (ou comunidade) que recebe o serviço de assistência ou assessoria jurídica, sobretudo se pensarmos nas desigualdades produzidas pelos discursos presentes no chamado “direito tradicional”. Até mesmo se pode pensar nos modos como os discursos produzem tais condições de sujeito, na medida em que, para o autor, o sujeito é produzido **no** e **pelo** discurso, sendo a desigualdade efeito do discurso. O mesmo ocorre no interior da Psicologia e em alguns de seus setores que encontram suporte na teoria positivista. Isso ocorre porque eles também estão embasados em uma “vontade de saber” que investe em conhecimentos que cumprem os critérios de serem “verificáveis e úteis” (FOUCAULT, 2007, p. 17) e que coloca tudo o que não cumpre esses critérios como falso.

Para Foucault (2007), essa vontade de saber exerce sobre os outros discursos uma pressão e um poder de coerção. Quer dizer, os discursos não são, então, elementos neutros e estão imersos em relações de poder. Toda relação de poder possui um campo correlato de saber: isso é o saber-poder (FOUCAULT, 2009c). Para Deleuze (2005), embora haja uma diferença de natureza entre poder e saber, uma heterogeneidade, há também uma pressuposição recíproca, ou seja, “capturas mútuas” entre um e outro, uma articulação que dá origem ao complexo saber-poder. Assim como há um poder de coerção em favor de determinados discursos, também há um contrafluxo que faz com esses mesmos discursos sofram pressão da

parte de outros, em um processo de resistência e contra-resistência, pois não é possível que existam relações de poder sem “pontos de insubordinação” (FOUCAULT, 2009b).

Poderíamos pensar nos limites que o linguajar, os jargões e termos técnicos da Psicologia, do Direito ou das Ciências Sociais impõem e o quanto eles restringem a “entrada”, nessas redes discursivas, de pessoas que com eles não estão habituados. É o que Foucault (2007) chama de princípio de rarefação, que impede que qualquer um(a) que não seja “qualificad@” para entrar na ordem de um determinado discurso o faça.

As mesmas forças de fluxo e contrafluxo que estão presentes nas linhas de dizibilidade estão presentes nas linhas de visibilidade e nos fazem colocar foco em algumas imagens. São as dizibilidades e as visibilidades que atualizam as forças. Como aponta Deleuze (2005, p. 89), o poder “não fala e não vê, faz ver e falar”. Os procedimentos de controle dos discursos e das visibilidades podem, ainda, operar tanto dentro de uma mesma disciplina, como também, entre as disciplinas.

Para Foucault (2007),

[...] uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos. (FOUCAULT, 2007, p. 30)

Do ponto de vista do exercício do poder, as disciplinas são tramas que constituem a possibilidade de fazer andar “as capacidades técnicas, o jogo das comunicações e as relações de poder” (FOUCAULT, 2009b). Não que a disciplina seja o poder, mas “[...] a disciplina é um procedimento possível do poder” (FOUCAULT, 2006e, p. 224). Mais do que responder à verdade e ser a soma de tudo o que se possa dizer de verdadeiro sobre alguma coisa, a disciplina precisa responder a determinadas condições, ao se inscrever em um horizonte teórico e expelir tudo o que não esteja dentro de determinados limites. Sendo assim, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2007, p. 36).

Na ótica foucaultiana, o discurso não está dado para que possa ser descoberto, não é uma apreensão da realidade ou fruto de um pensamento original de um indivíduo que constitui uma unidade. Para Foucault, o discurso é um “grande zumbido incessante e desordenado” (FOUCAULT, 2007, p. 50). Se dele há algo que permanece, é em função de uma regularidade,

que não se opõe, entretanto, à dispersão. Se os discursos têm, então, uma regularidade, eles têm também a possibilidade de construção de novos enunciados, de formulação de novas proposições.

No caso do Direito e da Psicologia⁵⁸, no G8-G ocorre um encontro que é da ordem de um acontecimento, assim como no encontro com a ONG SOMOS, já abordado em outro momento (página 34). Trata-se de um acontecimento porque se opera uma dispersão da ordem do material, embora o acontecimento não seja “o ato nem a propriedade de um corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 57). Trata-se de um acontecimento também porque desse encontro surgiu uma forma de trabalhar em assistência e assessoria constituída no próprio fazer, em um processo que poderia ser pensado enquanto singularização.

No G8-G, todas as decisões relativas ao trabalho quanto ao próprio grupo são tomadas coletivamente em uma mesa, que “é quadrada, mas mais parece a tábua redonda do Rei Artur”⁵⁹ (Memórias de uma pesquisadora). Este processo ocorre através da discussão onde emergem assuntos que, em um ordenamento disciplinar “pertenceriam” ao discurso da Psicologia ou do Direito. Esta discussão ocorre em outra lógica, onde psicólog@s e advogad@ ou estudantes de Psicologia e de Direito falam de casos que envolvem tanto questões psicológicas como questões jurídicas, intrincadas umas nas outras, ocorrendo uma fragilização dos limites rígidos de cada uma das disciplinas. É possível a psicólog@s ou estudantes de Psicologia falarem de questões jurídicas como é possível a advogad@s ou estudantes de Direito falarem de questões relativas à subjetividade.

Na assistência, por exemplo, os atendimentos são realizados, geralmente, por um(a) advogad@, um(a) assistente e alguém da área da Psicologia (estudante ou profissional), não sem consultar, contudo, a pessoa que procura o serviço sobre o assentimento em relação a essa presença, nesse momento.

⁵⁸ Se a referência aqui é ao Direito e à Psicologia e não às Ciências Sociais é porque o encontro das primeiras se deu em 2007, quando se iniciou a assessoria da Psicologia ao SAJU. A entrada das Ciências Sociais no G8-G se deu bem mais tarde, em 2010, quando o grupo já havia realizado deslocamentos importantes em suas práticas. Isso não quer dizer que a entrada das Ciências Sociais não vá operar outros possíveis deslocamentos.

⁵⁹ Referência à lenda britânica do Rei Artur que reunia seus cavaleiros em torno de uma mesa (tábua) redonda, que, por não ter cabeceira, representava a igualdade entre seus membros.

Tal tipo de prática coloca em questão os discursos de cada disciplina, por não ser possível que cada uma se mantenha dentro de limites de controle rígidos em relação à sua própria linguagem. Os conhecimentos devem ser trocados e os limites de cada uma não desaparecem, mas se fissuram e se afrouxam. A linguagem própria do discurso do Direito é apropriada pela Psicologia e vice-versa, ao compor novas possibilidades de trabalho. Um exemplo desse afrouxamento disciplinar e do rompimento com os discursos, muitas vezes herméticos de cada uma, pode ser trazido através da discussão ocorrida na terceira oficina de fotografia. Nesse momento, emergiu no grupo a discussão sobre a teoria lévistrossiana⁶⁰ e sua influência sobre algumas escolas psicanalíticas, presentes na Psicologia. A discussão, inicialmente, fluiu mais entre uma psicóloga e um psicólogo presentes no trabalho. No entanto, foi uma estudante de direito que tomou a palavra para situar @s assistentes nov@s sobre a importância dessa discussão para o grupo e sobre a influência da construção teórica baseada na binaridade natureza/cultura e na construção teórica da interdição ao incesto, assim como as consequências da utilização desse discurso ao se referendar uma visão heteronormativa em algumas teorias que circulam na Psicologia.

O atendimento a uma moradora de rua se colocou como um encontro importante que opera não só a fratura na dicotomia assistência/assessoria, mas também nos papéis tradicionais de operador@s do Direito que escutam as demandas jurídicas e encaminham os processos e de psicólog@s que escutam e resolvem as demandas subjetivas. Nesse caso, as necessidades são múltiplas. No entanto, está evidente a necessidade de uma intervenção específica da Psicologia, devido ao diagnóstico de psicose. Por isso, o grupo buscou uma assessoria na rede pública de atenção à saúde através do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)⁶¹. Após reunião com a equipe do CAPS e várias reuniões entre @s trabalhador@s do SAJU-UFRGS, que discutem o manejo mais adequado do caso, avaliou-se que seria importante a advogada continuar o atendimento em função do laço de confiança já estabelecido entre ela e a mulher atendida. A continuidade do atendimento teve o intuito de restabelecer o vínculo da mulher atendida com o CAPS, que era bastante frágil devido a seus sintomas persecutórios. Evidencia-se, então, que não foi um profissional da área da Psicologia que se responsabilizou pela continuidade do atendimento, mas uma advogada, mesmo a necessidade primária da cliente sendo um atendimento relacionado às suas questões subjetivas. Essa situação se coloca como

⁶⁰ Claude Lévi-Strauss, filósofo e antropólogo francês, considerado o fundador da antropologia estruturalista. Escreveu vasta obra que influenciou o pensamento psicanalítico por sua idéia de que a interdição do incesto seria a regra que assegura o domínio da cultura sobre a natureza.

⁶¹ O CAPS é uma unidade pública de saúde local e regionalizada que oferece cuidados em saúde mental.

um exercício tanto para a advogada, como para tod@s @s trabalhadoras que integram o G8-G, que dão suporte para a primeira através das discussões a respeito do caso. Ocorre, então, uma ruptura nos papéis esperados, no que diz respeito a que profissional “deveria” se responsabilizar pelo atendimento da pessoa em questão. Nesta situação, o grupo se movimenta na direção de uma prática conjunta em que os conhecimentos se inter cruzam fazendo emergir soluções singulares e que rompem com a ordenação disciplinar.

Para Deleuze (2005, p. 35), Foucault, em *Vigiar e Punir*, traz a idéia do poder enquanto uma estratégia, algo que se exerce e não que se possui. Não é privilégio de uma classe dominante ou atributo, mas relação. Ou seja, Foucault pensa o poder enquanto produtor de realidade. No contexto desse livro, as disciplinas são “[...] um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo” (DELEUZE, 2005, p. 35).

Nas palavras de Foucault (2009c),

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 2009c, p. 133)

As disciplinas visam não somente aumentar as habilidades do corpo, mas torná-lo útil, através de uma política de coerções, de um trabalho sobre o corpo que se coloca como “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2009c, p. 133-134). Ainda para Foucault (2009c, p. 134), “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” que porta uma série de funções.

Essas funções são: 1) A distribuição dos indivíduos no espaço, para o que se utiliza de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, bem como o princípio do “quadriculamento”, em que cada indivíduo tem o seu lugar. Evita-se, assim, a distribuição por grupos, ao se decomporem os coletivos e se criar um “espaço útil”, serial, que marca lugares, indica valores, garante a obediência dos indivíduos, bem como a economia do tempo e dos gestos. Na fotografia 2 da página 95, pode-se pensar todos esses elementos. 2) O controle da atividade através do horário, da “elaboração temporal do ato” que controla o desenrolar e as

fases do próprio ato para que nada fique ocioso ou inútil e da articulação corpo-objeto, na qual se tem a definição de cada relação que o corpo mantém com o objeto que manipula, o que leva à utilização exaustiva do mesmo. 3) A capitalização do tempo que o decompõe em sequências separadas e ajustadas, ao organizá-las segundo um esquema analítico de sucessão de elementos simples em uma sequência de complexidade crescente que é delegada a cada um dos indivíduos de acordo com suas “capacidades”. 4) A composição das forças transforma o corpo singular em um elemento que pode se mover e se articular com outros e que se constitui “como peça de uma máquina multissegmentar” (FOUCAULT, 2009c, p. 158), assim como as séries de tempo que se combinam ao se ajustarem umas às outras, de forma que a máxima quantidade de força seja extraída. Para que isso ocorra, é necessário um sistema de comando no qual a ordem não seja explicada, mas sim, que provoque o comportamento desejado.

Para que tais funções sejam cumpridas e a disciplina atinja seu objetivo de “adestrar”, utiliza-se de três grandes técnicas.

A primeira, o olhar ou a vigilância hierarquizada, parte do princípio de uma visibilidade total e o exercício da disciplina se coloca pelo jogo do olhar, “onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”, ao se desenhar “a rede dos olhares que se controlam uns aos outros” (FOUCAULT, 2009c, p. 165). O autor diz que:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. (FOUCAULT, 2009c, p. 170)

A sanção normalizadora, segunda grande técnica, diz respeito a uma atividade repressora, uma “micropenalidade” do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade, pela qual as pequenas frações da conduta se tornam penalizáveis, porquanto os “desvios”, ou seja, o que foge à regra é o foco. Seu efeito deve ser corretivo,

isomorfa à obrigação, por passar pelo sistema gratificação-sansão e separar os “bons” dos “maus” indivíduos. Tal operação incide não sobre os atos, mas sobre os indivíduos.

O exame, a terceira técnica, permite que os indivíduos sejam diferenciados, vigiados e normalizados. Seu objetivo é aqueles que se sujeitam a ele. Nele, estão implicados um campo de saber e um tipo de poder. O exame “inverte a economia da visibilidade no exercício do poder” na medida em que o poder disciplinar se torna invisível e impõe a visibilidade aos que submete. Nele, os indivíduos também são vistos sem cessar e são remetidos a códigos, transformando-se em “casos”.

Para Foucault (2009c) é justamente o poder disciplinar que dá condição para que se constitua o modelo jurídico de nossa sociedade, baseado na norma e no poder de normalização, em que há uma igualdade formal entre tod@s, uma homogeneidade (a regra) à qual toda gradação de diferenças individuais deve estar remetida. A Psicologia, por sua vez, está implicada como mecanismo científico de individualização “[...] em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do *status*, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável [...]” (FOUCAULT, 2009c, p. 184).

Enquanto um coletivo subjetivado em relações de poder disciplinares, o G8-G não escapa às funções disciplinares e suas técnicas. Entretanto, vários movimentos de resistência às mesmas são observados.

O que chama a atenção no G8-G é que há uma reflexão a respeito de como o grupo opera nos fluxos de poder, nas relações internas, entre seus membros. Da mesma forma, na relação daquelas que exercem a monitoria com @s demais trabalhadoras do grupo, assim como do grupo com o SAJU-UFRGS como um todo e do grupo com outras organizações de defesa dos direitos das mulheres e de gênero e do grupo com a comunidade em geral.

Em uma das oficinas de fotografia realizadas por Renata Ghisleni de Oliveira, veio à tona a relação do G8-G com a faculdade de Direito, sendo que se aborda essa estratificação e separação em departamentos que acaba por ocorrer em uma mesma faculdade, assim como das tensões que se criam entre eles. No entanto, também emerge a reflexão sobre certa tensão entre professoras e SAJU-UFRGS, já que “o SAJU é considerado um reduto em que @s professoras não entram”, como uma forma de resistência aos ensinamentos tradicionais e a

“uma relação mestre-alun@ de muita verticalidade”. Essa verticalização fica evidente em vários momentos, como no trote aos (às) estudantes recém-ingress@s na faculdade, no qual colegas que já estão no curso fazem com que estas últim@s beijem a estátua de Thompson Flores⁶². Para Luiz, que não beijou a estátua quando de seu ingresso no curso, o “que realmente faz a diferença é o que tu faz com isso”, ou seja, se há um processo de reflexão ou não sobre o ato e como isso se reflete na vida (Diário de pesquisa, 11/12/2009). Luiz está falando, então, de uma escolha ética, que o sujeito pode escolher se quer se sujeitar ou não.

O G8-G realiza seu trabalho de assistência em duas pequenas salas (disponíveis para tal), ocupadas por uma mesa e duas cadeiras que ficam distribuídas uma de cada lado da mesa. No caso do G8-G, no momento do atendimento, mais duas cadeiras são acrescentadas para que as quatro cadeiras comportem, além da pessoa atendida, um advogado ou uma advogada, alguém da área da Psicologia e um(a) assistente. A mesa, vista como algo que separa a pessoa atendida de quem atende, colocando-as em uma posição de distância e possibilitando uma separação, é colocada um pouco de lado, mesmo no espaço exíguo, como se percebe na seguinte fala: “A gente tenta formar uma rodinha com as cadeiras” (Memórias de uma pesquisadora). Ao se deixar a mesa de lado, tod@s @s participantes da conversa ficam na mesma posição. Assim, não há uma separação de corpos entre @s trabalhadoræs do G8-G ou entre trabalhadoræs do G8-G e pessoa atendida. Essa é uma tentativa de resistência e não-sujeição à decomposição dos coletivos que o “quadriculamento” (FOUCAULT, 2009c) dos espaços esfacela. Essa forma de trabalhar é fruto de discussões a respeito da assistência e da assessoria jurídica e do ordenamento dos espaços. Pode também ser visibilizada nas fotografias 1 e 2 da página 95.

Na relação interna do grupo, essa questão da disposição espacial também vem à tona à medida que a mesa, mesmo retangular, funciona como a “távola redonda”, onde tod@s participam da construção do trabalho independente de sua formação, idade, grau de instrução, gênero, orientação sexual etc. A demanda de trabalho crescente advinda da assessoria remete à discussão sobre o modo de funcionamento do grupo, uma vez que reflete que “discutir com todo o grupo e decidir com todo o grupo é muito mais demorado, mas garante uma maior horizontalidade, garante que tod@s, ou a grande maioria, estejam inteirad@s do que está

⁶² Magistrado, jornalista e político, nascido em Porto Alegre, onde exerceu a função de promotor público e desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Foi o fundador da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

acontecendo e das decisões importantes”. As atividades não são delegadas àquelas mais “capacitados” para tal, mas são realizadas em parceria. Um trabalho realizado sempre a “muitas mãos” (Diário de pesquisa, 23/07/2010). Ágata pensa tais questões a partir da narrativa fotográfica apresentada por ocasião da apresentação do projeto do presente estudo ao G8-G. (fotografia 43, página 18).

Outra característica marcante do SAJU-UFRGS na horizontalização entre advogad@s e assistentes é o protagonismo estudantil. Se @s advogad@s são @s responsáveis pelo trabalho advocatício desenvolvido no grupo, inclusive o que diz respeito ao realizado pel@s assistentes, são @s estudantes @s responsáveis pelo trabalho do grupo dentro do SAJU-UFRGS. Portanto, são @s estudantes que tem o poder de avaliar o trabalho d@ advogad@ em relação ao grupo, num entrecruzamento de poderes formais que não se faz presente na grande maioria dos serviços jurídicos de outras universidades.

Na experiência junto ao SAJU-UFRGS e no período de realização deste estudo, o processo de questionamento e mudança de monitoræs pode ser destacado e indica o movimento de reflexão do grupo em relação aos poderes disciplinares. No SAJU-UFRGS, a mudança de monitoria ocorre anualmente e é realizada através de indicação d@s monitoræs do grupo que escolhem @s sucessoræs. No G8-G, uma ampla discussão a respeito do que é a monitoria e do que o grupo espera d@s monitoræs leva à sucessão de monitoria através de processo de votação. Isso se dá em uma escolha de organização interna que contraria o instituído e prima pela horizontalização. No entanto, tão importante quanto o próprio processo de escolha através do voto é o processo de debate que ocorre em função dessa decisão, assim como as consequências do mesmo no funcionamento do grupo. O debate aponta a necessidade de que ocorra uma descentralização por parte d@s monitoræs, mas que se refletiria em uma mudança em tod@s @s outr@s integrantes. Ou seja, refletiria em uma mudança na forma do grupo operar, já que ele seria impelido a uma divisão de tarefas “administrativas” (organização de pauta de reuniões, relato das reuniões do grupo, verificação de entrada de e-mails para o grupo, respostas a e-mails para outras organizações, contatos, organização de material de divulgação, etc.). Tais tarefas acabavam por ficar ao encargo, geralmente, daquela que exerce a monitoria. A modificação foi percebida como algo que não seria fácil para o grupo e que, com certeza, acarretaria muitas mudanças em seu funcionamento e organização. Ainda assim, também foi vista como importante e necessária. Como uma primeira modificação, o G8-G adotou o sistema de realização de relato de reuniões em sistema de rodízio, em que a cada dia

um dos membros do grupo realiza as tarefas (sem a obediência de um rodízio rígido, entretanto). Pode-se pensar essa primeira modificação no funcionamento do grupo, em relação às questões administrativas, como um movimento em direção à descentralização no que diz respeito às informações e horizontalização das responsabilidades quanto ao trabalho. Tal horizontalização estava presente na própria escolha d@ monitor(a) por tod@s @s trabalhadoras do grupo, através da votação e não mais do expediente da indicação que ficava sob responsabilidade total apenas d@s monitoras.

Os expedientes administrativos são alvo de inúmeras discussões, justamente por serem instrumentos disciplinares de extrema contundência. As atas, os registros de presença, a emissão de certificados de participação do SAJU-UFRGS, entre outros, são tema de discussões recorrentes justamente por serem considerados instrumentos de controle. Não só essa consciência se faz importante, mas a discussão das modalidades de seu uso está sempre presente nas problematizações do grupo, uma vez que são instrumentos necessários e cotidianos, que poderiam ser usados como estratégia de controle e disciplinarização.

Como podemos perceber, está presente no G8-G uma disponibilidade para a reflexão sobre o trabalho que exerce, sobre seu funcionamento interno, sobre as relações que estabelece com a comunidade e com o SAJU-UFRGS e sobre os fluxos de poder no qual está imerso. Tal reflexão leva a tomadas de decisões na direção de uma ética que leva em conta a liberdade de escolha sobre a que se sujeitar, por que e como. Dessa forma, a discussão sobre o disciplinamento do saber, na forma de campos de conhecimento que não se comunicam, é ponto de reflexão no grupo juntamente com as formas de disciplinamento e de controle cotidianos, que apontam para outras faces da discussão disciplinar. Tal disciplinamento também tem seus limites borrados pelo encontro com outras organizações de defesa de direitos das mulheres e direitos da população LGBT, que fazem com que, nesse âmbito, as formas de operar do G8-G também sejam questionadas. Em uma intensa discussão sobre o trabalho da assessoria e as mudanças que ele acarreta sobre o funcionamento e trabalho do G8-G, Ágata diz: “[...] a universidade vê a assessoria de uma forma bem diferente do que os movimentos sociais e isso, às vezes, pode causar uma separação entre universidade e movimentos sociais.” A discussão sobre as diferenças e os movimentos do grupo desestabiliza o que é tido como o certo para o grupo. Exemplo disso pode ser visto nas palavras de Ágata: “fiquei meio com uma sensação de ‘e agora, o que a gente faz, para onde vai?’”. Mais adiante, ela ainda acrescenta a estranheza em relação ao funcionamento de reuniões entre as organizações que planejam um

grande evento na área dos direitos da população LGBT, das quais o G8-G participou. Sua surpresa foi perceber que, mesmo tendo uma forma muito diferente de trabalhar, um evento de grande porte é planejado e executado com qualidade. Nas palavras de Ágata: “a reunião é muito mais fluida no sentido de levarem a reunião mais frouxo, de pararem o assunto no meio [...] e depois continuam. A gente vê uma coisa tão grande [...] e fica imaginando que foi organizada por um grupo muito grande e que teve uma grande organização, sendo que ela é organizada por aquelas poucas entidades que estavam lá presentes”. Essas falas demonstram a “desestabilização” que o “choque entre as verdades” (PASSETTI, 2003) pode operar e que está presente em uma estética da amizade.

Acreditamos que o próprio encontro das diferentes disciplinas leve o G8-G à construção de uma relação pautada na estética da amizade, na qual o “amigo é o melhor inimigo”. Isso se dá pelo operar em situações que se colocam como complexas, pelo afrouxamento dos limites das disciplinas e a reflexão sobre as relações entre @s integrantes do grupo, entre o grupo e as pessoas e comunidades atendidas, bem como entre o grupo e outras organizações que defendem os direitos das mulheres e da população LGBT. Essas são as relações nas quais as verdades sobre o próprio trabalho são desestabilizadas. E, se a relação se inicia a partir da utilidade, transcende-a em muito, pois confia que se as trocas não podem extinguir as “perturbações” (FOUCAULT, 2006c) inerentes à vida, podem minimizá-las. Da mesma forma, desse “choque entre as verdades” (PASSETTI, 2003) emergirá a melhor solução para o problema que se coloca no momento. No trabalho do G8-G está presente o “prazer de fazer pelo desejo de realização” (PASSETTI, 2003) que se coaduna com uma estética da amizade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O percurso de acompanhamento do G8-G mostra o SAJU-UFRGS como um importante espaço de formação dos estudantes de Direito, que têm, nesse local, um foco de resistências às práticas jurídicas tradicionais, colocando-o como possibilitador de construção de novas formas de operar no Direito. A tensão que se coloca entre o SAJU-UFRGS e o modelo jurídico tradicional, bem como a tensão entre os próprios grupos do SAJU-UFRGS traz um confronto de verdades que pode se colocar como gerador de outras práticas inovadoras e que venham a favorecer seu principal objetivo de defesa dos direitos humanos e de garantia de acesso à justiça.

A presença do protagonismo estudantil traz para @s estudantes a possibilidade de experienciar não só o trabalho de advogd@ como também o lugar de coordenação de um serviço, principalmente em grupos que se pautam por uma gestão mais horizontal como no caso do G8-G, onde as decisões em âmbito grupal se refletem nas reuniões de conselho, estas também geridas pel@s própri@s estudantes. Uma prática que se coloca enquanto técnica e política, pois as decisões d@s estudantes é que definem os rumos do trabalho e da organização. Dimensão de decisão não encontrada na maioria dos outros serviços jurídicos universitários. A gestão estudantil subverte, ainda, a lógica hegemônica de que os “mais experientes”, “mais velhos” ou com “maior titulação” devam ser responsáveis por uma organização, desestabilizando fronteiras e abalando uma das tantas faces da lógica disciplinar presente em nossa sociedade.

Estes diferenciais, presentes no SAJU-UFRGS, se refletem também sobre @s profissionais e estudantes oriundos de outras faculdades. No caso de psicólog@s, o tensionamento se faz entre a psicologia jurídica, herdeira de uma visão positivista e uma psicologia jurídica que entende os sujeitos como fruto de determinadas condições sociais, mas também como construtores desta mesma sociedade. Uma visão, esta última, que não se preocupa em buscar a verdade dos fatos ou a respeito do sujeito, mas em construir possibilidades de resolução para as problematizações da vida.

O projeto de extensão “Assessoria em psicologia ao SAJU-UFRGS”, construído em parceria pela faculdade de psicologia da UFRGS e pelo SAJU-UFRGS e que se colocou como porta de entrada para este estudo, se constitui como importante possibilitador de trocas entre a

Psicologia e o Direito. A presença de psicólog@s no grupo G8-G e o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar se colocam como exemplo de trabalho conjunto que se alastra para outros grupos, abrindo possibilidades de invenções em práticas *psi* no campo da assessoria e da assistência jurídica.

A presença de pesquisadoras com uma postura de implicação ético-política auxilia o SAJU-UFRGS na construção de um trabalho voltado para os direitos humanos e para o acesso à justiça, assim como auxiliou o grupo G8-G em seu movimento em direção à assessoria e às comunidades, ampliando, inclusive, seu olhar sobre o que se constitui enquanto um trabalho político. A restituição que se dá em processo, ao pesquisar, se coloca como uma onda que propaga seus reflexos dentro do grupo, dentro do SAJU-UFRGS e se estende por todas as comunidades em contato com o trabalho.

A ideia presente nos princípios da pesquisa-intervenção e, conseqüentemente da intervenção fotográfica, de que tanto @ pesquisador(a), quanto a própria pesquisa e seu “objeto” se constroem ao longo do caminho, se confirmam neste estudo, o que se evidencia não só na linguagem utilizada no mesmo, mas também se faz presente no próprio percurso de escrita da dissertação. Este reflete um processo que é tanto movimento do grupo quanto movimento de constituição da pesquisadora enquanto tal. Constituição que parte de um esforço de apropriação da teoria foucaultiana e opera um encontro com a teoria deleuziana através do livro “Grupo: a afirmação de um simulacro” de Barros (2007), que foi procurado para dar conta da concepção de grupo presente na problematização. Um encontro, um acontecimento, porque a idéia de fluxo dava sentido teórico a alguns escritos do diário de pesquisa que traziam o G8-G como um “jorro d’água”, assim como a leitura que Deleuze (2005) faz de Foucault impulsiona a discussão sobre o intercruzamento entre visibilidades e dizibilidades. Este encontro opera um deslocamento naquilo que se imaginava como percurso da escrita. Assim é que este encontro promove aberturas no sentido de um desejo de busca de estudos que venham a compor entrelaçamentos entre o aporte foucaultiano e o deleuzeano.

Outras aberturas, ainda, se fazem presentes na medida em que o longo acompanhamento do trabalho do G8-G gera um material farto e coloca inúmeras questões que não seriam possíveis de serem contempladas em apenas um estudo. Uma destas questões é a já referida temática da restituição. Em um extrato de meu diário de pesquisa pode-se perceber como este tema faz questão para mim, enquanto pesquisadora, mostrando o desejo de pensar a

restituição para além do grupo acompanhado na pesquisa, pensando-a em ondas que se estendem, em vários momentos e de várias formas para a sociedade, durante o processo de pesquisar:

“Pensando sobre a proposta de exposição na Dom Bosco [Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre] me dou conta de que a restituição não é algo que diz respeito somente àquelas pessoas que participaram da pesquisa [...]. Na verdade a restituição é um processo em cascata que não conseguimos nem ver sua abrangência, pois **pode se propagar em ondas não sendo mais o mesmo daquilo de onde partiu**, como ocorre no caso do G8, onde as fotos feitas para a dissertação da Renata viraram narrativas, mesmo depois de sua saída. As fotos foram expostas no Fazendo Gênero e atingiram as pessoas que estavam no evento, os atuais integrantes do G8 que já não são os mesmos daquela época e que lidaram com as mesmas dentro de uma técnica de seleção e podem vir a atingir estudantes de outra faculdade.... que tb irão propagar isto. É realmente a restituição para a sociedade quando o (...) produzido se propaga desta forma.” (Diário de pesquisa, 08/09/2010)

Outra abertura que se faz presente é a da investigação do próprio movimento do G8-G em direção à cidade, movimento possibilitado por outros que o próprio SAJU-UFRGS já percorreu quando em contato com o “Direito achado na rua” e que também se coaduna com o movimento do G8-G na direção das comunidades. Este percurso pode se colocar como um desafio de investigação da relação do grupo com a cidade como foco de intervenção com as imagens. Desafio semelhante pode se colocar na busca da compreensão da relação do grupo com a temática recorrente dos banheiros públicos tensionando a relação público-privado e colocando-se como “máquina” de produção de gênero. Abertura esta que rizomatiza em outra e gera a curiosidade sobre as idéias de Beatriz Preciado, que não puderam ser contempladas neste estudo por limitação temporal. Temáticas ainda mais afeitas ao mundo jurídico como a mediação e outras relacionadas a gênero como pornografia, profissionais do sexo, entre muitas outras, se colocam como possibilidades de estudo em um grupo fecundo em reflexões. Autor@s como Butler, relevantes para o contexto das discussões pós-estruturalistas, merecem aprofundamento.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, assim como o SAJU-UFRGS já se fez “modelo” de trabalho inovador para outros serviços de assistência e assessoria jurídica universitária, ainda hoje se coloca neste lugar, sendo que tanto o SAJU-UFRGS, como o próprio G8-G, em suas especificidades, têm muito a contribuir não só com outros serviços universitários, como com

qualquer outra organização que opere no sentido da prática em direitos humanos e de acesso à justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau**: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BARROS, Regina D. Benevides de. Dispositivos em ação: o grupo. **SaúdeLoucura** - Subjetividade, São Paulo: Editora Ucitec, n. 2, p.183-191, 1998.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo**: A afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2007. 350 p.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107.

BERCKER, Patrícia V. e RAMOS, Leonardo S. de O. **SAJU/UFRGS**: Uma história de protagonismo e re(invenção). In: XII Encontro da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária, Porto Alegre, 2010, trabalho não publicado.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 165 p.

BUTLER, Judith. Assujettissement, résistance, re-signification: entre Freud et Foucault. In: _____. **La vie psychique du pouvoir: l'assujettissement en théories**. Paris: Leon Scherer, 2002. p. 135-164.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008. 345 p.

_____. Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual. In: _____. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 61-109.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assessoria jurídica popular: falsa promessa? **Revista do SAJU**. Porto Alegre, Edição especial, n. 5, p 37-47, dez 2006.

CEPIA. **As mulheres e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001. 116 p.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. 142 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Lúcia Regina Rudit. **A intervenção fotográfica em um grupo de direitos da mulher e de gênero**: subjetividade, estética e ética. In: Disciplina Imagens na e da pesquisa. Universidade Federal de Santa Catarina. Porto Alegre, 2010, trabalho não publicado.

DIAS, Lúcia Regina Ruduit e outr@s. **A intervenção fotográfica em um grupo de direitos da mulher e de gênero**: subjetividade, estética e ética. In: IX Congresso Internacional de Salud Mental e Derechos Humanos. Buenos Aires, 2009, trabalho não publicado.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. São Paulo: Papirus, 1993. 362 p.

Escolas jurídicas. **Revista do Saju**, Porto Alegre, n. 1, 3 ed. nov. 92.

FARAH, Armando. SAJU: retalhos de uma história. **Revista do SAJU**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 151-154, 2000.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 82 p.

FOUCAULT, Michel. **La arqueologia del saber**. 21. ed. Buenos Aires: siglo XXI, 2003.

_____. **Uma estética da existência**. (Entrevista com A. Fontana) *Le monde*, 15-16 julho de 1984, p. XI.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ditos e escritos V**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 264-287.

_____. Foucault (1984) In: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 234-239.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006c. 680 p.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006d. 176 p.

_____. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 2009a. 333 p.

_____. **Isto não é um cachimbo**. Disponível em <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em 07/02/2011.

_____. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2007. 79 p.

_____. Política e ética: uma entrevista (1984) In: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e, p. 218-233.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 253-278.

_____. **El sujeto y el poder**. Disponível em <<http://www.campogrupal.com/poder.html>>. Acesso em 30/06/2009b.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009c. 291 p.

GRUPO DE ASSESSORIA JUSTIÇA POPULAR (GAJUP). **Assessoria Jurídica Popular no SAJU-UFRGS**. In: XII Encontro da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária, Porto Alegre, 2010, trabalho não publicado.

GIROTTI, Willian Mella. **Com quantos pixels se faz um psicólogo?** In: Disciplina de Fotografia e produção do conhecimento: fotografia e psicologia, Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, trabalho não publicado.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, (22) 2004, p. 201-246.

LOURAU, René. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. Disponível em <<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/issue/view/20>>. Acesso em 19/06/2010.

LOUREIRO, Inês. **Arte e beleza: diferentes formulações Foucaultianas sobre a estética da existência**. Maio/2004. Disponível em <<http://www.uff.br/ichf/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-1-Cap3.pdf>>. Acesso em 21/01/2010.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176 p.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 179 p.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/01/2011.

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria jurídica popular no Brasil: paradigmas, formação histórica e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 246 p.

_____. Formação da assessoria jurídica popular no Brasil. **Revista do SAJU**. Porto Alegre, Edição especial, n. 5, p 97-114, dez 2006.

_____. O SAJU e sua Paidéia: a experiência sajuana na formação de novos paradigmas para o ensino jurídico. **Revista do SAJU**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 169-190, 1999.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01/03/2010.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: O desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISKOLCI, Richard e PELUCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero** (UFF). Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 257-267, 2007.

MOLON, Susana Inês. Constituição do sujeito volitivo e criativo: educação estética em Vygotsky. In: ZANELLA, Andréa Vieira e outr@s (org.). **Educação estética e constituição do sujeito**: reflexões em curso. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007. 262 p. p. 121-130.

MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a, p. 45-58.

_____. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b, p. 274-289.

MUNIZ, V. **VIK**. Organização de Leonel Kaz e Nigge Loddi. Texto de Paulo Herkenhoff. Rio de Janeiro : Aprozível Edições, 2009. 144 p, 29,5 x 37 cm, ilustr.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 222 p.

NARVAZ, Martha e NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, n. 1, p. 45-70, março/2007.

NUNES, Thiago Calsa. **Breves apontamentos e suas tendências**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saju/?pag=3>>. Acesso em 27/12/2010.

OLIVEIRA, Renata Ghisleni de. **Assistência-assessoria jurídica universitária e direitos da mulher**: (trans)formações possíveis. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Sandra R. R. Sobre leitura de imagens. In: ZANELLA, Andréa Vieira e outr@s (Org.). **Educação estética e constituição do sujeito**: reflexões em curso. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007, p. 37-55.

O que é Saju? **Revista do Saju**, Porto Alegre, n. 1, 3 ed. nov. 1992.

O que é o Saju? **Revista do Saju**, Porto Alegre, n. 2, set. 1992.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. 184 p.

_____. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002. 173 p.

PASSETTI, Edson. Amigo, o melhor inimigo. In: ____ **Éticas dos amigos**: invenções libertárias da vida. São Paulo: Imaginário; CAPES, 2003, p. 125-195.

PAULON, Simone M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, set-dez 2005, vol. 17, n. 3, p. 18-25. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>>. Acesso em 21/07/2010.

_____. Instituição e intervenção institucional: percurso conceitual e percalços metodológicos. **Mnemosine**, 2009, vol. 5, n. 2, p. 189-226. Disponível em <<http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/365/596>>. Acesso em 19/06/2010.

PAULON, Simone M.; ROMAGNOLI, Roberta C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e pesquisa em psicologia**, 2010, n. 1, p. 85-102. Disponível em <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>>. Acesso em 21/07/2010.

PIERRI, J. C. C. Diferenças entre assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. **Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA**, Valença, v. 1, n. 1, p. 7-17, mar./ago. 2008. Disponível em <http://www.faa.edu.br/revista/v1_n1_art01.pdf>. Acesso em 02/01/10.

RAMOS, Leonardo Serrat de O. **História do SAJU-UFRGS: Histórico de 1950-1963**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/saju/historia/historia-50-63.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2010a.

_____. **Convênio SAJU e LBA – 1989**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/saju/historia/convenio-saju-lba-1989.pdf>. Acesso em: 26/12/2010b.

ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof.**, dez. 2003, vol. 23, n. 4, p. 64-73. Disponível em <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000400010&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 14/12/2009.

RODRIGUES, Heliana de B. C. Dispositivos em ação, ação dos dispositivos. **SaúdeLoucura – Subjetividade**, n. 6, São Paulo: Editora Ucitec, 1998, p. 192-196.

SALES, Lilia Maia de Moraes. **Assessoria jurídica gratuita como forma de acesso à justiça e inclusão social**. Disponível em <http://www.mediacaobrasil.org.br/artigos_pdf/3.pdf>. Acesso em 02/01/10.

SANTOS, Boaventura S. **Reconhecer para libertar - os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SAVICKI, Michele. **A Mediação como balizadora de princípios Sajuanos: o compromisso para com o social e a cooperação**. Projeto de formação do grupo de mediação do SAJU-UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pró-Reitoria de Extensão, documento não publicado.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre. 20(2), p. 71-99, jul/dez 1995.

SILVA, Paula Marques da. **Políticas públicas e formação em saúde: a formação profissional como experiência e prática de si**. Projeto de dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 107 p.

_____. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 112 p.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. Ensino do direito e assessoria jurídica. **Revista do SAJU**, Porto Alegre, Edição especial, n. 5, p 19-36, dez 2006.

TITTONI, Jaqueline (Org.). **Psicologia e fotografia**: experiências em intervenções fotográficas. Porto alegre: Dom Quixote, 2009. 151 p.

TITTONI, Jaqueline, MAURENTE, Vanessa. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & sociedade*. 2007, 19 (3) p. 33-38.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas PAGU**, v. 2, 2001.

ZANELLA, Andréa Vieira e outro@s. Olhares e traços em movimento: análise de uma experiência estética em um contexto de formação continuada de professoras(es). In: ZANELLA, Andréa Vieira e outro@s (Org.). **Educação estética e constituição do sujeito**: reflexões em curso. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007. 262 p. p. 37-55.

ZANELLA, Andréa Vieira e outr@s. Breve retrato de algumas das muitas voltas do coração: as pesquisas do NUPRA. In: ZANELLA, Andréa Vieira; MEHEIRIE, Kátia (Org.). **Diálogos em psicologia social e arte**. 1. Ed. Curitiba: Editora CRV, 2010. 287 p. p. 11-24.

ANEXO A

Termo de Concordância Institucional

Nome da pesquisadora: Lúcia Regina Rudit Dias

Nome do orientador: Jaqueline Tittoni

Ao assinar este documento estou consentindo que a pesquisadora Lúcia Regina Rudit Dias, orientada pela Prof^a. Dra. Jaqueline Tittoni, realize atividade de pesquisa no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS sobre os temas de pesquisa: assessoria jurídica, direitos da mulher, reflexão ética e estética da amizade. O objetivo desse estudo é analisar o trabalho em assessoria jurídica nos direitos da mulher e os efeitos desta experiência na reflexão ética dos trabalhadores deste serviço. Para tanto, autorizo a participação da pesquisadora nas reuniões da equipe de assessoria jurídica em direitos da mulher do G8-Generalizando do SAJU/ UFRGS, bem como da participação nos trabalhos de assessoria junto à comunidade em geral.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas das quais os integrantes do G8-Generalizando farão parte, reconhecendo que:

1º Foram explicados a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Dissertação de Mestrado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado.

3º A entidade poderá interromper a realização da pesquisa quando desejar.

4º Em caso de qualquer desconforto gerado pela pesquisa a entidade poderá recorrer ao Comitê de Ética do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5º A entidade participará da pesquisa sem qualquer ônus financeiro.

6º Houve o esclarecimento de que os usos das informações obtidas pela ocasião da pesquisa estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (1996) - Resolução nº 196/96.

7º Os dados coletados por ocasião da presente pesquisa serão armazenados na sala 128 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

8º A assinatura constante neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade, inerentes à pesquisa científica.

9º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, sendo uma entregue ao SAJU-UFRGS e a outra permanecendo de posse dos pesquisadores.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Prof^a Dra. Jaqueline Tittoni. Este documento foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, sito à Rua Ramiro Barcelos, 2600, o qual poderá ser contatado pelo telefone 3308.5698 ou pelo e-mail cep-psico@ufrgs.br, e

aprovado em 28/06/2010. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias coloca-se à disposição através do telefone (51) 3308-5468 ou pelo e-mail: luruduit@terra.com.br.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Lúcia Regina Ruduit Dias

Pesquisadora

Guilherme Jantsch

Coordenador do SAJU-UFRGS

ANEXO B

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Título da pesquisa: A assessoria jurídica universitária nos direitos da mulher como dispositivo de reflexão ética: uma estética da amizade?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da pesquisadora: Lúcia Regina Rudit Dias

Nome do orientador: Jaqueline Tittoni

Ao assinar este documento estou consentindo participar do estudo realizado pela pesquisadora Lúcia Regina Rudit Dias e orientado pela Prof^ª. Dra. Jaqueline Tittoni, sobre os temas de pesquisa: assessoria jurídica, direitos da mulher, reflexão ética e estética da amizade. O objetivo desse estudo é analisar o trabalho em assessoria jurídica nos direitos da mulher e os efeitos desta experiência na reflexão ética dos trabalhadores deste serviço.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas de que participarei e me submeto às mesmas de livre e espontânea vontade, reconhecendo que:

1º Foram explicados a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Dissertação de Mestrado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado.

3º Poderei interromper a realização das tarefas quando desejar.

4º Em caso de qualquer desconforto gerado no momento da aplicação do instrumento poderei recorrer ao Comitê de Ética do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5º Participarei desta pesquisa sem qualquer ônus financeiro para mim.

6º Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (1996) - Resolução nº 196/96.

7º Os dados por mim fornecidos serão armazenados na sala 128 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

8º A minha assinatura neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade, inerentes à pesquisa científica.

9º Fui informado (a) de que as fotografias por mim produzidas não deverão conter pessoas passíveis de identificação, com a exceção de minha própria imagem, que dou o consentimento de uso em função da pesquisa e de sua divulgação.

10º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Profª Dra. Jaqueline Tittoni. Este documento foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, sito à Rua Ramiro Barcelos, 2600, o qual poderá ser contatado pelo telefone 3308.5698 ou pelo e-mail cep-psico@ufrgs.br, e aprovado em 28.06.2010. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Lúcia Regina Ruduit Dias coloca-se à disposição através do telefone (51) 3308-5468 ou pelo e-mail: luruduit@terra.com.br.

Porto Alegre, 05 de novembro de 2010.

Lúcia Regina Ruduit Dias

Pesquisadora

Participante